

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Identities, Política e Poder no Extremo Ocidente: Discursos coloniais e a
construção da Nação no Brasil e Argentina oitocentistas.**

Brasília, novembro de 2014.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Marcio César Barbato de Oliveira

**Identities, Política e Poder no Extremo Ocidente: Discursos coloniais e a
construção da Nação no Brasil e Argentina oitocentistas.**

Área de concentração: História das Relações Internacionais

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do
Programa de Mestrado em Relações Internacionais da
Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Estevão de Rezende Martins

Brasília, novembro de 2014.

Marcio César Barbato de Oliveira

Identities, Politics and Power in the Extreme West: Colonial Discourses and the Construction of the Nation in Brazil and Argentina in the Nineteenth Century.

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Mestrado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: **Prof. Dr. Estevão de Rezende Martins**

Banca examinadora:

Prof. Dr. Estevão de Rezende Martins
PPG IREL/UnB

Profa. Dra. Elizabete Sanchez Rocha
Departamento de Relações Internacionais/UNESP –Campus de Franca

Prof. Dr. Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion
CEPPAC/UNB

Brasília, novembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação de mestrado pode ser considerado tarefa fácil, se comparada à delicada arte de viver neste mundo. Evitando os escuros vales da tristeza e da solidão, ao mesmo tempo em que buscamos um lugar banhado pelo esplêndido sol da felicidade e da alegria, tropeçamos repetidas vezes, caímos até, às vezes insistimos longamente em erros já constatados, enfim, nos entregamos ao sofrimento, condição quase inexorável, por força dos intrincados mecanismos de nossa presença física e mental como seres vivos, conscientes e sensíveis. E assim mesmo, para além de nossas pequenezas, o grandioso mistério da existência continua pairando sobre nossas cabeças, insondável para os toscos instrumentos de nossas pretensamente avançadas ciências, trazendo outonos e primaveras, sóis e chuvas, mares e montanhas, e por entre essas poderosas forças - um espanto -, o milagre da vida. Cada grão de areia parece tentar nos indicar o caminho da plenitude, enquanto gastamos nossa atenção com os detalhes insignificantes.

A pesquisa, creio, pode ser entendida como uma forma de arte, de expressão da potencialidade criativa, estética mesmo, que torna tão mais significativa nossa existência humana. O prazer de confirmar uma hipótese na leitura de um texto ou fonte primária se assemelha ao júbilo do navegante, que divisa os contornos de terra nova em sua luneta, balançando-se com as ondas no convés, ou do peregrino que, subindo a um monte alto, torna-se capaz de observar uma parte ainda desconhecida do mundo. O anseio por conhecer pode ser justamente considerado como o móvel principal deste trabalho, não desconsiderando as demandas materiais de uma sociedade complexa e organizada em torno do consumo, e as preocupações éticas que orientam o tipo de pergunta que se faz aos vestígios do passado.

Como agradecer a todos os que tornaram uma pesquisa como essa possível? Imagine-se cada agricultor que colheu o trigo do pão de cada dia, cada pensador que ampliou o leque de questionamentos possíveis, cada antepassado que perpetuou sua semente. É preciso agradecer a cada pequeno elo da intrincada teia da existência, que nos garantiu a possibilidade preciosa de estar aqui, nesse momento, escrevendo essas mesmas palavras.

Em

especial

agradeço:

À minha mãe, meu avô, minha avó e minha irmã que, cada um à sua maneira, contribuíram para o meu processo de crescimento, e continuam me ajudando até hoje. E a meu irmão que me ensinou a arte de ler o mundo como se fosse um livro.

Aos companheiros de experiências, Tuba, Regata, Teol, Perdido, Zé, Neemias, Chong, Tritão, Chica, Sancho, Punk, Hima, Horacio, Zanga e todos os outros que passaram ilesos, ou um pouco menos que isso, por uma vida que nunca pensamos que poderia ser tão boa e foi eterna enquanto durou.

Aos professores e orientadores Estevão, Marcos Alves, Bete e Tânia, que jogaram meu mundo no liquidificador para depois ajudar a juntar os pedaços disformes e ver se formava alguma figura coerente. Também não posso me esquecer dos professores Daniel Jatobá e Jacques Novion, que forneceram importantes peças para a montagem desse quebra-cabeças.

Aos irmãos jardineiros, André, Leudo, Patrick, William, Mozart, Kami, Amanda, Hellen, Heitor e todos os outros. Vocês são meu verdadeiro tesouro. À Caiano, que nos acompanha sempre.

A todos os mestres que nos ensinam, com sua infinita paciência, a misteriosa arte de viver.

Que todos os seres possam ser felizes, livres do sofrimento e da causa do sofrimento.

Que eles possam alcançar a alegria perfeita, permanecer nela e viver em equanimidade.

Que eles possam sustentar o amor por todos os seres sem discriminação.

“Plantamos flores, colhemos flores”

Resumo

Este trabalho realiza um estudo exploratório das possibilidades de investigação proporcionadas pelas perspectivas pós-colonial e decolonial para o estudo da construção nacional no Brasil e Argentina oitocentistas. A partir de uma pesquisa teórica dessas correntes, analisam-se as narrativas nacionais expressas na “História Geral do Brasil” (1854; 1857), de Francisco Adolfo de Varnhagen e no “Facundo: Civilização e Barbárie” (1845) de Domingo Faustino Sarmiento, em busca da presença de hierarquizações de raça/cultura identificáveis com o auxílio dos conceitos de eurocentrismo, colonialidade do poder, invenção do outro e categorias articuladas.

Palavras-chave: Brasil, Argentina, século XIX, narrativas nacionais, eurocentrismo, colonialidade do poder.

Abstract

This presentation shows an exploratory study on the possibilities of investigation allowed by the post-colonial and decolonial perspectives for the study of national construction in nineteenth century Brazil and Argentina. Beginning from a theoretical research on this currents, we analyse the national narratives expressed on the “História Geral do Brazil” (1854; 1857), by Francisco Adolfo de Varnhagen and the “Facundo: Civilização e Barbárie”, by Domingo Faustino Sarmiento, on the search of race/culture hierarchies, identifiable with the aid of the concepts of eurocentrism, coloniality of power, invention of the other and articulated categories.

Keywords: Brazil, Argentina, XIX century, national narratives, eurocentrism, coloniality of power.

Sumário

Introdução	9
1. Modernidade, Colonialidade, Eurocentrismo: Perspectivas teóricas sobre as hierarquias de saber/poder no sistema-mundo moderno-colonial	13
1.1 Modernidade, colonialismo e críticas	13
1.2 Frantz Fanon e Albert Memmi: Racismo e violência nas sociedades coloniais	16
1.3 O orientalismo de Edward Said	21
1.4 Modernidade-colonialidade	24
1.5 Conclusões Parciais	38
2. Nação e Civilização no Atlântico Sul: As narrativas nacionais de Sarmiento e Varnhagen	41
2.1 O contexto histórico: Instabilidades, disputas políticas e os esforços de construção nacional no Brasil e Argentina pós-independência	41
2.2 “El Montonero de la palabra”: Dados biográficos de Domingo Faustino Sarmiento	52
2.3 Facundo: Civilização e Barbárie	54
2.4 O “Pai da historiografia Brasileira”: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro	65
2.5 A História Geral do Brasil	68
2.6 Conclusões parciais	75
3. Colonialidade do poder e violência epistêmica do global ao local: A modernidade eurocêntrica e as narrativas nacionais de Sarmiento e Varnhagen	77
3.1 Considerações preliminares	80
3.2 Mito da Modernidade, Estado de Natureza e Avanço Civilizacional	84
3.3 Colonialidade do Poder, Tropos e Heterarquia	87
3.4 Estado e escrita disciplinar	92
3.5 Violência epistêmica, violência sociopolítica	95
Considerações finais	100

Introdução

Este trabalho realiza um estudo exploratório das possibilidades de investigação que oferecem algumas tradições teóricas que se organizam em torno do “colonial” como problema de pesquisa para os estudos sobre história latino-americana, mais especificamente o período de construção nacional no Brasil e Argentina, em meados do Séc. XIX. A linha de investigação, genericamente, se refere às hierarquias e relações de poder do âmbito da raça e da cultura – em contraposição aos enfoques centrados no âmbito político ou socioeconômico -, entendidas como relacionadas à dinâmicas de poder de longa duração e largo alcance geográfico, associadas aos desenvolvimentos da modernidade europeia e da expansão colonial que a acompanhou.

A pesquisa empírica se baseia na análise de obras intelectuais estabelecidas pela historiografia como narrativas nacionais de posição central no debate sobre a construção nacional nesses dois países em meados do séc. XIX, contextualizada através de pesquisa bibliográfica sobre o período. Além disso, busca-se apontar preliminarmente relações entre as hierarquias presentes no plano discursivo e relações de dominação, inclusão e exclusão observáveis no plano das relações sociais e políticas. Assim mesmo, o foco aqui se dá sobre a forma como essas hierarquias se observam no plano discursivo, ficando a sua relação com a dinâmica sociopolítica apenas apontada e sugerida como possibilidade para futuros trabalhos.

O argumento central do trabalho utiliza os conceitos de eurocentrismo e colonialidade do poder, defendendo que os processos descritos por eles, entendidos como mecanismos articulados de tipificação e hierarquização cultural/racial, componentes do que se chama aqui de modernidade eurocêntrica, definem padrões de cidadania e inclusão social e política com impactos decisivos sobre a configuração histórica das sociedades latino-americanas, mais especificamente aqui brasileira e argentina.

Considera-se, a partir desse raciocínio teórico-empírico, que as independências na América Latina não promovem uma ruptura com a colonialidade, como fica aparente em uma história focada somente na dinâmica do poder estatal, uma vez que esta – a colonialidade - continua se reproduzindo no interior das novas sociedades nacionais. As próprias instituições estatais que se formam no período nacional contribuem para

reforçar essa colonialidade, que no limite põe em questão a própria noção de democracia e nacionalidade nas ex-colônias ibéricas.

Procurando abordar esse problema, percebeu-se a escassez de ferramentas teóricas no âmbito do que se poderia considerar como o cânone da disciplina de Relações Internacionais no Brasil¹, notadamente pelo foco estadocêntrico do campo de uma forma geral. Considerando, no entanto, que o problema é do âmbito das Relações Internacionais², uma vez que se refere a processos históricos e hierarquias de poder de alcance global – ainda que tomem formas variadas em contextos específicos -, decidiu-se percorrer parte da bibliografia pós-colonial e do grupo modernidade-colonialidade em busca de referenciais teóricos para a pesquisa histórica. Nesse processo, percebeu-se o avançado estágio de elaboração conceitual em que se encontra o grupo modernidade-colonialidade com relação ao problema abordado, o que motivou o trabalho a procurar se somar a este esforço de teorização, agregando a ele a pequena porção de análise e interpretação documental permitida pelo tempo e os recursos compreendidos na elaboração de uma dissertação de mestrado.

Tendo em vista a pouca familiaridade que o campo disciplinar das Relações Internacionais demonstra ter com a discussão e os autores estudados, proceder-se-á à apresentação de alguns autores relevantes para o tema, como Frantz Fanon, Edward Said, Aníbal Quijano e Santiago Castro-Gómez, e de parte de suas ideias.

Em seguida, desenvolver-se-á a análise e interpretação das fontes primárias selecionadas, acompanhadas da devida contextualização histórica, para a qual se recorrerá à bibliografia. Aqui se objetiva perceber de que forma as proposições teóricas obtidas anteriormente se verificam nos discursos encontrados em obras importantes no debate intelectual em torno da construção nacional no Brasil e Argentina oitocentistas, mais especificamente aqui a “História Geral do Brasil” de Francisco Adolfo de Varnhagen e o “Facundo: Civilização e Barbárie”, de Domingo Faustino Sarmiento.

¹ Encontrou-se nesse âmbito uma discussão interessante sobre o caráter eurocêntrico do conceito de Estado como utilizado amplamente na Ciência Política e nas Relações Internacionais, a qual exploraremos brevemente mais adiante.

² Essa questão levanta o problema do nome da disciplina de Relações Internacionais, que se refere a uma visão de mundo baseada num tipo de essencialização do Estado-Nação. A problemática interessa a este trabalho, mas não será explorada diretamente. A esse respeito ver: R. B. J. Walker. “Inside/Outside: International Relations as Political Science.” ; Jahn, Beate (2003) *The power of culture in international relations*. In: Culture and International History. Berghahn Books, pp. 27-42. ; SMITH, Steve. **Singing our world into existence: International Relations Theory and September 11**. In: International Studies Quarterly (2004) 48, pp. 499 – 515.

Uma vez que se trata de hierarquias de poder que operam no campo discursivo, as fontes escolhidas demonstram sua importância pelo forte impacto que tiveram sobre as gerações seguintes de intelectuais e homens de estado em seus países.

Em se tratando desse campo de poder discursivo, ou relações de saber/poder³, é tarefa praticamente impossível precisar o alcance exato de determinadas ideias no seio de uma sociedade, ainda mais quando se trata do passado. Ainda assim, é possível reconhecer instituições e posições sociais que garantem aos indivíduos que as ocupam uma maior concentração de poder em termos da efetividade normativa de seus discursos no interior de suas sociedades. Essas instituições e posições sociais se remetem por sua vez às mesmas hierarquias discursivas, produzindo-as e sendo por elas produzidas em um ciclo de reforço mútuo.⁴

Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, por exemplo, em primeiro lugar era branco, letrado e membro da nobreza. Depois, homem público e diplomata. Por fim, membro do IHGB, instituição de pesquisa oficial do império, frequentada e apoiada pelo próprio imperador Dom Pedro II. Por tudo isso conseguiu que sua obra, a “História Geral Do Brasil” tivesse a projeção que lhe garantiu a alcunha, dada por alguns, de “pai da historiografia brasileira”, bastante discutível se levarmos em conta a produção de outros autores contemporâneos a ele.

A polêmica ocorrida entre o general Abreu e Lima e o próprio Varnhagen, descrita por Luís Cláudio Rocha Henriques da Moura em sua dissertação de mestrado sobre Abreu e Lima (2006) é bastante ilustrativa da forma como relações de poder pessoal nos espaços políticos e institucionais determinam o que é incluído ou não entre os saberes hegemônicos de uma sociedade, no caso a narrativa histórica nacional.⁵ A

³ O conceito de saber/poder foi criado por Michel Foucault. O utilizamos aqui com referência aos argumentos de Santiago Castro-Gómez (2005), que se apropriou do conceito procurando aplicá-lo ao contexto latino-americano marcado pelos efeitos da colonialidade. A questão será tratada mais adiante quando discutirmos o grupo modernidade-colonialidade.

⁴ Também é possível examinar o impacto dessas ideias em termos da formulação de políticas públicas, apontando impactos sociopolíticos concretos, o que não faremos neste trabalho.

⁵ MOURA, Luis Cláudio Rocha Henriques de Moura. **Abreu e Lima: Uma leitura sobre o Brasil.** Universidade de Brasília, Departamento de História. Brasília, DF. Dissertação de Mestrado. 2006. Nesta dissertação, que explana sobre a trajetória de Abreu e Lima, personagem do Séc. XIX latino-americano, enfocando sua produção intelectual em meio aos debates que se travavam em meados desse século no Rio de Janeiro, nos é descrita a forma pela qual o “Compêndio da História do Brasil”, por ele escrito, foi recusado pelo IHGB, em meio a uma polêmica que envolveu Francisco Adolfo de Varnhagen e Januário da Cunha Barbosa, e que resultou em sua expulsão do instituto, e da marginalização histórica de sua contribuição à historiografia brasileira.

pesquisa bibliográfica fundamenta a escolha das fontes, atestando a sua pertinência para os propósitos desejados.

Por fim, confrontando as proposições teóricas estudadas ao material histórico analisado, buscar-se-á indicar as conclusões obtidas de modo a explorar, na medida do possível, contribuições, implicações e limitações deste tipo de abordagem, sugerindo novos caminhos de pesquisa que já puderem ser apontados. Dada a amplitude e a complexidade dos problemas envolvidos, relativos a aspectos do desenvolvimento da modernidade-colonialidade na América Latina durante séculos, com efeitos variados em diversos níveis, ficam evidentes as limitações do presente trabalho, que busca se inserir em uma agenda de pesquisa mais ampla, explorando e testando argumentos teóricos já existentes através da pesquisa histórica em fontes primárias.

No primeiro capítulo, se realiza uma discussão de ordem teórica, explorando primeiro argumentos de teóricos que a bibliografia agrupa como pertencentes à tradição teórica pós-colonial, a saber, Frantz Fanon, Albert Memmi e Edward Said e em seguida de alguns pensadores do grupo modernidade-colonialidade, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Santiago Castro-Gómez e Walter Dignolo. Neste capítulo o interesse central está na lógica discursiva do eurocentrismo e sua articulação com a colonialidade, implicando na presença de hierarquias de ordem racial e cultural, que por sua vez estão relacionadas a situações de violência política e social.

Em Fanon e Memmi percorre-se um relato analítico baseado em parte na experiência pessoal desses autores em meio aos regimes do colonialismo francês no norte da África, já em seus estertores. Em Said, uma pesquisa alicerçada em vasta erudição textual, sobre as operações intelectuais do pensamento europeu como mecanismo dominador do outro oriental, mais especificamente árabe, no que o autor chamou de tradição orientalista. Nos autores do modernidade-colonialidade encontra-se um elaborado esquema interpretativo das relações de poder na história da modernidade capitalista, organizado em torno de proposições teóricas sobre a relação entre modernidade e colonialidade e suas implicações para hierarquias que ultrapassam os âmbitos do sistema produtivo e do poder político, envolvendo identidades raciais e culturais, além do gênero⁶.

No segundo capítulo realizam-se as análises das fontes históricas, a “História Geral do Brasil” e o “Facundo: Civilização e Barbárie”, precedidas por uma discussão

⁶ Não exploraremos neste trabalho questões envolvendo hierarquias de gênero, uma vez que nosso enfoque está no âmbito racial/cultural.

do contexto histórico e da biografia dos autores. Nesse capítulo não haverá referência explícita aos argumentos e proposições teóricas apresentados no capítulo anterior, embora estes fiquem sugeridos na forma como se constrói a análise das fontes. O objetivo aqui é situar as obras em seu contexto histórico de produção e explicar a forma como nelas são tratados os temas investigados, preparando o terreno para a análise comparada a ser realizada no terceiro e último capítulo.

No terceiro capítulo, como já foi indicado, se desdobra uma discussão comparada, na qual se explora a relação entre os argumentos teóricos discutidos no primeiro capítulo e a pesquisa histórica realizada no segundo, de modo a apontar possibilidades e limites desse tipo de enfoque teórico-metodológico para a linha de investigação mais ampla em que se situa este trabalho. Neste capítulo se procura indicar também novos caminhos de pesquisa a partir da problemática explorada, envolvendo uma breve discussão sobre as relações entre violência epistêmica e violência social e política.

1. Modernidade, Colonialidade, Eurocentrismo: Perspectivas teóricas sobre as hierarquias de saber/poder no sistema-mundo moderno-colonial

“O colono faz a história e sabe que a faz. E porque se refere constantemente à história de sua metrópole, indica de modo claro que aqui é o prolongamento dessa metrópole. A história que escreve não é portanto a história da região por ele saqueada, mas a história de sua nação no território explorado, violado e esfaimado. A imobilidade a que está condenado o colonizado só pode ter fim se o colonizado se dispuser a pôr termo à história da colonização, à história da pilhagem, para criar a história da nação, a história da descolonização.” (Frantz Fanon – Os Condenados da Terra)

“É notável que, mesmo para os colonizadores nascidos na colônia, quer dizer, fisicamente harmonizados com ela, adaptados ao sol, ao calor, à terra seca, a paisagem de referência permanece brumosa, úmida e verde. Como se a metrópole fosse um componente essencial do “super-ego” coletivo dos colonizadores, suas características objetivas se tornam qualidades quase éticas. Não se discute, a bruma é superior em si mesma ao pleno sol e o verde ao ocre. A metrópole, pois, só reúne positividade, a amenidade do clima e a harmonia das paisagens, a disciplina social e uma deliciosa liberdade, a beleza, a moral e a lógica.” (Albert Memmi – O Retrato do Colonizado precedido pelo Retrato do Colonizador)

1.1 Modernidade, colonialismo e críticas

Há uma vastíssima bibliografia a respeito da problemática em torno da modernidade como conceito histórico e filosófico. Desde os filósofos e teóricos críticos, passando por sociólogos, teóricos literários e historiadores, entre outros, uma grande quantidade de pensadores se ocuparam desse assunto ao longo de mais de dois séculos, gerando uma massa de material que desafia os incautos que resolvem aventurar-se por essa seara. Não nos ocuparemos aqui em explorar de forma abrangente essa discussão.

Este trabalho se limitará a explorar alguns autores do que tem sido reconhecido como a tradição de pensamento pós-colonial, para em seguida explorar parte do pensamento do grupo modernidade-colonialidade, herdeiro da tradição pós-colonial, embora se apresente como uma corrente de pensamento distinta, voltada para o contexto latino-americano. O grande diferencial dos pensadores aqui estudados em relação ao

debate mais amplo é o seu enfoque na dimensão colonial da modernidade, deixada de lado mesmo por importantes pensadores que a questionaram desde o ponto de vista da própria Europa, como boa parte dos chamados pós-modernos. Mesmo assim, muitos dos que se ocupam dos problemas ligados ao “colonial” se remetem ao pensamento dos pós-modernos, se aproveitando de suas críticas aos mecanismos de poder que operam através dos discursos da modernidade. Não é nosso interesse aqui explorar as idiossincrasias e discordâncias entre os múltiplos grupos que se relacionam com a crítica da modernidade e do colonialismo/colonialidade.

Com relação ao sentido de pós-colonial, podemos observar com Stuart Hall (2009) que o termo tem uma dupla dimensão: Por um lado se refere a um momento cronológico, como numa sociedade pós-colonial, ou seja, que saiu da condição de colonizada para se tornar independente, e por outro, se refere ao pensamento que assume uma postura teórica crítica em relação ao colonialismo como esquema discursivo. É deste último sentido de pós-colonialismo que tratamos aqui.

Do ponto de vista do pós-colonial (Hall, 2009, p. 111),

“O “colonialismo” se refere a um momento histórico específico; mas sempre foi também uma forma de encenar ou narrar a história, e seu valor descritivo sempre foi estruturado no interior de um paradigma teórico e definidor distinto.(...) “Com a “colonização”, e conseqüentemente com o “pós-colonial”, nos encontramos irrevogavelmente dentro de um campo de forças de poder-saber. É justamente a distinção falsa e impeditiva entre colonização enquanto sistema de governo, poder e exploração e colonização enquanto sistema de conhecimento e representação que está sendo recusada.”

E ainda (Hall, 2009, p. 106) ,

“Vista sob a perspectiva pós-colonial, a colonização não foi um subenredo local ou marginal de uma história maior (por exemplo, da transição do feudalismo para o capitalismo na Europa ocidental, esse último se desenvolvendo ‘organicamente nas entranhas do primeiro’). Na narrativa reencenada do pós-colonial, a colonização assume o lugar e a importância de uma amplo evento de ruptura histórico-mundial.”

Hall chama nossa atenção para o fato de que o colonialismo não se impõe somente através do domínio direto, militar, político e econômico das potências imperiais sobre os povos subjugados. Ele também opera como discurso, no campo do saber/poder, construindo narrativas que determinam o papel de cada ator na trama da história do mundo. Estes costumam se ordenar em termos de binarismos do tipo eu/outro, superior/inferior, civilizado/bárbaro, ao mesmo tempo em que afirmam uma lógica temporal de linearidade, na qual o europeu, ou ocidental está sempre mais avançado na história, e sempre na posição superior.

Cláudia Álvares (2000, p. 222) nos dá uma definição mais ou menos sintética do pós-colonialismo:

“A Teoria Pós-Colonial, (...) traduz a sua herança crítica do Orientalismo sob a forma duma prática interdisciplinar, passando pela Filosofia, pela Historiografia, pelos Estudos Literários, pela Sociologia, pela Antropologia e pelas Ciências Políticas. Os teóricos pós-coloniais distinguem-se pela tentativa constante de repensar a estrutura epistemológica das ciências humanas, estrutura essa que terá sido moldada de acordo com padrões ocidentais que se tornaram globalmente hegemônicos devido ao facto histórico do colonialismo. Consistindo numa resposta da periferia ao centro, a Teoria Pós-Colonial procura dar voz à alteridade que a «vontade de saber» dominante tem vindo a assimilar dentro de si mesma, criando assim paradoxalmente a exclusão dessa mesma alteridade. Pela ênfase colocada na temática da alteridade, a Teoria Pós-Colonial tende a transcender as consequências do colonialismo, servindo como frente de combate a qualquer grupo que se sinta discriminado em relação à norma prevalecente – seja esta étnica, social ou sexual -, e que procure implementar uma política de identidade através da afirmação da diferença.”

Exploraremos aqui alguns dos argumentos de três autores que se tornaram clássicos do pós-colonialismo, apresentando de cada um o livro que foi consagrado como sua obra principal pelas gerações de intelectuais que seguiram suas pegadas. Albert Memmi, com “O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador” (1977), Frantz Fanon com “Os condenados da terra” (1979) e Edward Said, com “Orientalismo” (2007). Partindo de métodos e problemas distintos, os três terminam por criticar o eurocentrismo e a colonialidade, lançando sementes que frutificaram em diversas correntes de pensamento crítico, como o grupo de estudos subalternos indiano,

o grupo de estudos culturais britânico e o grupo modernidade-colonialidade latino-americano, de interesse central para este trabalho.

1.2 Frantz Fanon e Albert Memmi: Racismo e violência nas sociedades coloniais

Estudar o pensamento de Fanon e Memmi, além de contribuir para a discussão conceitual que nos interessa, permite estabelecer paralelos entre a experiência colonial francesa no Norte da África em meados do século XX e aquela das ex-colônias ibéricas na América do Sul no século XIX, o que demonstra o alcance global e de longa duração dos fenômenos que se procuram apontar aqui, sem desconsiderar as especificidades que adquirem em cada contexto socio-histórico. O fio que une todas essas narrativas é a aventura colonial europeia, desencadeada pela expansão marítima dos séculos XV e XVI, que deu início ao período histórico de integração socioeconômica global marcada pelo domínio europeu, cujos efeitos continuam a se fazer sentir atualmente, nos tempos da globalização neoliberal e da rede mundial de computadores. Os estudos comparativos são muito úteis para esse tipo de investigação, uma vez que possibilitam estabelecer paralelos e distinções, de modo a produzir generalizações históricas abrangentes sem perder de vista às particularidades culturais e a singularidade histórica dos processos e eventos observados.

O pesquisador brasileiro que percorre o trabalho desses dois autores não pode deixar de notar os curiosos – e instrutivos – paralelos entre as sociedades descritas por estes ousados intelectuais e a sociedade brasileira contemporânea. Alguns destes paralelos sugerem linhas de investigação para os diferentes campos da pesquisa social, que procuraremos apontar na medida em que apareçam associados aos assuntos abordados neste subcapítulo.

Também é interessante observar que ambos os autores tem um tipo de abordagem psicológica consideravelmente baseada na experiência pessoal⁷, que não

⁷ Em Memmi este traço é mais dominante que em Fanon, ainda que este último fosse psiquiatra de formação e atuação profissional, e tenha um capítulo dedicado às perturbações mentais provocadas pelo regime colonial. Não obstante, a análise de Fanon é multifacetada, explorando aspectos que vão desde a tática militar até a crítica estética, passando por problemas relacionados à economia, diplomacia, psiquiatria e às identidades nacionais. “Os condenados da terra” é um testemunho de uma mente brilhante, à frente de seu tempo, que foi capaz de interpretar processos históricos em meio aos quais vivia com uma refinação que espanta mesmo aos que décadas depois se dedicam a estudar os mesmos problemas. Sua morte prematura privou o século XX de um de seus maiores pensadores, e a África pós-

parece obedecer ao tipo de rigor metodológico comumente exigido pelas instituições que tradicionalmente detêm o monopólio do saber afirmado como científico. Felizmente, a tradição dos estudos pós-coloniais já nos permite tratar destes autores no âmbito acadêmico, para grande benefício de todos aqueles que, desde as universidades, se ocupam em perscrutar os problemas que afligem nossas sociedades.

Memmi e Fanon viveram nas colônias francesas da margem sul do mediterrâneo em meados do século XX, o primeiro na atual Tunísia, o segundo na Argélia. Ambos tinham a particularidade de não se incluir completamente na posição de colonizado ou de colonizador⁸, já que o primeiro era de família judia, e o segundo um Martinicano, negro, que havia estudado psiquiatria na metrópole francesa, vindo mais tarde à África do Norte para exercer sua profissão. Talvez seja esta posição um pouco distanciada que os tenha permitido falar de uma forma mais objetiva, ainda que apaixonada, dos dilemas psicológicos e sociológicos das sociedades em que viveram.

Nos textos de Memmi e Fanon é muito forte a presença do colono europeu, que em grandes números, se soma ao nativo colonizado, compondo uma sociedade bipartida, polarizada pelas determinações do regime colonial, que estabelece os papéis e aspirações possíveis baseado numa lógica simples e brutal, a da raça. O colonialismo francês no Magreb, em especial na Argélia, foi marcado pela imigração maciça de colonos europeus, os Pied-noirs, beneficiados pelas instituições discriminatórias que garantiam a eles uma série de benefícios em detrimento dos nativos.

“O mundo colonial é um mundo cindido em dois”, diz Fanon (1979, p. 27), e “a linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia”. Assim a urbanidade é dividida: enquanto a cidade do colono é sólida, feita de pedra e ferro, a cidade do colonizado é uma “cidade faminta”. A existência do colonizado é marcada pela violência sistemática do regime colonial, que se comunica com ele sempre através do aparato repressor. A diferença entre colonizador e colonizado é definida em diversas esferas: no acesso aos serviços e cargos públicos, na desigualdade da justiça, na diferença dos salários, em resumo, no diferente acesso às oportunidades e no desigual tratamento pela lei e pelo estado. A cisão que separa o mundo maniqueísta da colônia é

colonial de um estadista capaz de avaliar profundamente os desafios enfrentados por seus jovens Estados no caminho para a real descolonização.”

⁸ Fanon, como Martinicano, era colonizado. No entanto, como estrangeiro, não se situava na mesma condição do árabe argelino, vítima imediata do regime colonial local.

definida em termos raciais: “...o que retalha o mundo (no contexto colonial) é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça.” (FANON, 1979, P. 29)

O colonizador narra a história de tal forma que ele e sua nação são os protagonistas. O colonizado é tratado como um ser inferior, cuja cultura fora resgatada da barbárie, da não-história, para integrar-se à história e à civilização a partir do momento em que passa a viver sob a ocupação do colonizador, que monopoliza a narrativa. Assim, a história da resistência anticolonial também é parte do esforço de construção de uma nova identidade emancipada. Para Memmi, o discurso colonialista se mostra como uma operação intelectual que visa justificar a manutenção do absurdo do regime colonial, no qual as vantagens obtidas pelo colonizador se dão sobre a exploração da miséria do colonizado. Assim (MEMMI, 1977, p 69)

“Um esforço constante do colonialista consiste em explicar, justificar e manter, tanto pela palavra quanto pela conduta, o lugar e o destino do colonizado, seu parceiro no drama colonial. Quer dizer, em definitivo, explicar, justificar e manter o sistema colonial, e, portanto, seu próprio lugar.”

A descrição dada por Memmi sobre o *modus operandi* do racismo se aproxima das elaborações conceituais posteriores sobre a colonialidade do poder, que veremos nos autores latino-americanos, o que não deixa de apontar para a existência de um elo entre ambos os pensamentos. Examinando a atitude racista, ele aponta três elementos importantes (MEMMI, 1977, p. 69):

- 1- “Descobrir e pôr em evidência as diferenças entre colonizador e colonizado,
- 2- Valorizar essas diferenças, em proveito do colonizador e em detrimento do colonizado
- 3- Levantar essas diferenças ao absoluto, afirmando que são definitivas, e agindo a fim de que se tornem tais.”

Desse modo, promove-se a essencialização do colonizado, sempre identificado com atributos considerados negativos, ao mesmo tempo em que o colonizador e sua metrópole são ornados de características positivas, virtuosas e desejáveis. Ou como diz

Fanon, “como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal.” Assim “por vezes este maniqueísmo vai até o fim de sua lógica e desumaniza o colonizado. A rigor, animaliza-o.” De modo que “no contexto colonial, o colono só dá por findo o seu trabalho de desancamento do colonizado quando este último reconhece em voz alta e inteligível a supremacia dos valores brancos.” (FANON, 1979, p. 30 – 34)

Memmi (1977, p. 79) elabora:

“Como? Como pode a usurpação tentar passar por legitimidade? Duas operações parecem possíveis: demonstrar os méritos eminentes do usurpador, tão eminentes que clamam por semelhante recompensa; ou insistir nos deméritos do usurpado, tão graves que não podem senão suscitar tal desgraça. E esses dois esforços são de fato inseparáveis. Sua inquietude, sua sede de justificação exigem do usurpador, ao mesmo tempo, que se eleve a si mesmo até as nuvens e que afunde o usurpado mais baixo que a terra.”

Podemos perceber em ambos os autores uma grande preocupação com as operações intelectuais através das quais o colonizador procura convencer ao colonizado – assim como a si mesmo – de sua inferioridade natural, que implica a necessidade de sua submissão ao colonizador estrangeiro. Assim, no limite, o colono europeu faz bem ao nativo por ele oprimido, uma vez que ao mesmo tempo o retira das “trevas em que se achava mergulhado”, salvando-o de si mesmo e de sua cultura animalesca, pelo contato com as virtudes da civilização, representada pela religião cristã, pelos saberes técnicos, costumes e valores europeus.

O que se procura ocultar nessa operação é a injustificável violência que o regime colonial faz pesar sobre o colonizado, motivada pelo lucro fácil que garante a sua exploração, sob um sistema de regras que jamais seriam toleradas nas sociedades liberais metropolitanas. Não devemos subestimar Memmi quando diz que

“As relações humanas resultam de uma exploração tão intensa quanto possível, fundam-se na desigualdade e no desprezo, garantidas pelo autoritarismo policial. Não há dúvida nenhuma para quem o viveu, que o colonialismo é uma variedade do fascismo.” (MEMMI, 1977, p. 64)

Para verificar que estes pensadores não exageram quanto à extrema violência que marcou o colonialismo francês em seus países, basta passar os olhos sobre qualquer

relato da guerra de libertação da Argélia, como retratada, por exemplo, no clássico filme “A batalha de Argel”. A tortura e o extermínio em massa foram práticas comuns dos soldados franceses. As tentativas de golpe de estado na própria França e as tentativas de assassinato contra o presidente De Gaulle, que iniciara um processo de distensão em direção à retirada francesa, promovidas por grupos radicais como a OAS⁹, dão prova da virulência que caracterizou as elites coloniais nestas regiões (WINDROW; CHAPPEL, 1997).

Fanon dedica um capítulo às perturbações mentais provocadas pelo regime colonial, no qual descreve, caso a caso, as neuroses provocadas pelas brutalidades da tortura e da violência, tanto do lado dominante quanto do lado dominado, caracterizando toda uma sociedade doente, cuja enfermidade deriva de seu fato central, a relação colonial.

Ambos são unânimes em defender a insustentabilidade da situação colonial. O colonizado não poderá suportar por muito mais tempo sua própria negação, acompanhada da brutal exploração e espoliação a que lhe sujeita a relação colonial. Impossibilitado de assimilar-se ao colonizador, devido à linha divisória determinada pelo racismo, só lhe resta lutar pela sua libertação, humanizando-se na medida em que se liberta dos grilhões que lhe haviam sido impostos.

Em Fanon a escrita adquire tons dramáticos. Para ele, é somente sobre o cadáver do colonizador que o colonizado se humanizará. É na catarse da violência anticolonial que ele terá a chance de se libertar da opressão, internalizada ao longo de uma vida de submissão silenciosa à força do discurso e do porrete do colonizador. “O homem colonizado se liberta na e pela violência” (FANON, 1979, P. 66). Para ele, é na violência anticolonial que os colonizados se unem, e é nela que se forja a incipiente consciência nacional, necessária à fundação do futuro estado independente.

Assim, temos como principais características da sociedade colonial, segundo descrita por Fanon e Memmi:

⁹ Organização do exército secreto, grupo de extrema-direita formado por uma aliança entre lideranças políticas da colônia e membros do exército francês, engajados na manutenção, a todo custo, do regime colonial na Argélia. A OAS se tornou um ator político no contexto da guerra de descolonização da Argélia, quando o presidente De Gaulle iniciou o movimento de distensão em direção ao reconhecimento da independência argelina. Seu *Modus Operandi* se caracterizou por atentados terroristas e assassinatos políticos.

(a) a bipartição da sociedade, dividida em dois compartimentos principais: colonizadores *versus* colonizados. A institucionalidade do regime colonial que garante e reafirma essa divisão, sujeitando a população a uma justiça desigual, que mantém os privilégios sociais e econômicos do primeiro grupo, ao mesmo tempo em que submete o segundo por meio da violência.

(b) o racismo, que justifica essa ordem, definindo hierarquicamente ambos o compartimentos, de modo a afirmar a superioridade do elemento estrangeiro, europeu, sobre o nativo, colonizado. O discurso racista opera de modo a essencializar essa relação, impedindo que haja trânsito entre os dois grupos, e cristalizando desse modo a estrutura que garante os privilégios do primeiro grupo e a espoliação sistemática do segundo.

(c) a extrema violência: esta opera silenciosamente na miséria sócio-econômica de que não podem escapar os colonizados; discursivamente na desumanização do colonizado que processam os argumentos do racismo e das narrativas coloniais; cotidianamente, no aparato policial que lembra didaticamente de seu lugar na sociedade; e por fim explode, fisicamente toda vez que o colonizado procura de alguma forma questionar o sistema em que se viu colocado a despeito de sua vontade. A apoteose dessa violência se dá na luta anticolonial, assustadoramente cruel, em especial no caso argelino. O texto de Fanon transpira essa violência, de forma perturbadoramente vívida.

1.3 O orientalismo de Edward Said

Edward Said foi um teórico literário palestino-americano, tendo passado parte de sua infância em Jerusalém e no Cairo, antes de se mudar para os EUA, onde realizou seus estudos superiores, tornando-se professor na universidade de Columbia. Sua grande obra, pela qual é reconhecido como um dos fundadores do campo de estudos pós-coloniais, é intitulada “Orientalismo: O oriente como construção do ocidente” (2007). Nele, Said explora, através de um estudo abrangente, as relações entre conhecimento e poder na construção das noções europeias sobre o oriente. Explorando uma grande quantidade de fontes literárias e históricas, Said procura demonstrar os nexos entre o poder do colonialismo europeu no mundo islâmico (britânico e francês mais especificamente, e o imperialismo norte-americano mais adiante) e o campo do conhecimento que se define como “orientalismo”.

Segundo Said (2007, p. 29), o “orientalismo”, como campo que congrega desde poetas e romancistas até historiadores, geógrafos e filólogos funda-se sobre uma distinção ontológica entre ocidente e oriente, ou seja, o “Oriente” é algo como o grande “outro” do “Ocidente”, o exterior constitutivo que define o “eu ocidental.” Ao mesmo tempo, configura-se como um espaço de afirmação do poder e do domínio europeu sobre esse outro. Em suas palavras (SAID, 2007, p. 29):

“Tomando o final do século XVIII como ponto de partida aproximado, o Orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o, em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o oriente.

O “Oriente” construído pelo orientalismo não deve ser entendido como uma descrição precisa de uma entidade cultural e geográfica real, senão como uma imagem ou conjunto de imagens mentais imaginadas, quase míticas, elaboradas através de uma tradição textual que atravessa séculos, e que dialoga profundamente com a aventura colonial europeia. Said defende que há uma coerência interna no orientalismo, o que permite estudá-lo como mais do que uma fantasia ingênua de escritores e pensadores europeus, sendo considerado como um esforço consistente e sistemático de domínio através do conhecimento. Para fins analíticos, podemos subdividir o orientalismo em dois campos, sendo o primeiro aquele da prática científica, que envolve campos como a filologia, a etnografia e a história, e o segundo o das artes, que envolve a literatura, o teatro e as artes visuais.

Nesse contexto, Said utiliza-se do conceito de “geografia imaginativa”, procurando demonstrar como os discursos orientalistas constroem representações do eu e do outro que fundam uma visão de mundo conveniente para a posição de domínio assumida pelos impérios europeus no decorrer dos últimos séculos. “A essência do Orientalismo é a distinção indelével entre a superioridade ocidental e a inferioridade oriental” (SAID, 2007, p. 75): O Ocidente é representado como racional, articulado, poderoso, enquanto o Oriente, ou mais especificamente o Oriente Islâmico, que ocupa prioritariamente o interesse de Said, é representado como perigoso, exótico, sensual, atrasado e assim por diante. A tradição orientalista, seja no campo científico, seja no

campo literário, trabalha reafirmando essas representações, ou “figuras imaginativas”¹⁰ de um modo que articula uma noção de domínio do oriental pelo ocidental através do conhecimento, e confirma a superioridade natural do último sobre o primeiro.

Assim, o europeu se coloca como aquele que sabe o que é melhor para o oriental, entendido como atrasado, infantilizado. Essa noção cai como uma luva para o colonialismo europeu, que assim justifica sua dominação como um tipo de atitude filantrópica: a missão civilizatória, ou, tomando emprestado o título do famoso poema de Kipling, o “fardo do homem branco” (1899). O orientalista escreve o oriental, fala por ele, já que este não é capaz de falar por si mesmo. O estudioso europeu conhece o oriental melhor do que ele mesmo, sabe o que é melhor para ele. “O orientalista moderno se considerava um herói resgatando o Oriente da obscuridade, alienação e estranheza que ele próprio cuidara de identificar.” (SAID, 2007, P. 176)

Seguindo esse raciocínio, a relação do orientalismo como prática científica e discurso político com a dominação colonial direta se dá de duas formas principais: Em primeiro lugar, oferecendo informações úteis ao esforço político-militar de domínio.¹¹ Em segundo lugar, legitimando a dominação com base na afirmação de uma relação de superioridade/inferioridade, normalmente associada com uma tipificação das raças e culturas humanas. Segundo esse raciocínio, típico do orientalismo, o europeu é mais avançado civilizacionalmente que os orientais, e portanto, está melhor capacitado para governá-los do que eles mesmos. Assim, temos como exemplar a citação, presente no livro de Said, de Arthur James Balfour, administrador colonial inglês, que defendendo perante o parlamento a manutenção da presença de seu país no Egito, disse:

¹⁰ Said também as chama de tropos, exemplificadas na imagem de Maomé como um impostor, reproduzida através de diversas obras orientalistas: “A geografia imaginativa, dos retratos vívidos no *Inferno* aos nichos prosaicos da *Bibliothèque Orientale* de D’Herbelot, legitima um vocabulário, um universo de discurso representativo peculiar à discussão e à compreensão do Islã e do Oriente. O que esse discurso considera ser um fato – que Maomé é um impostor, por exemplo – é um componente do discurso, uma afirmação que o discurso nos compele a fazer sempre que ocorre o nome de Maomé. Subjacente a todas as diferentes unidades do discurso orientalista – com isso me refiro simplesmente ao vocabulário empregado sempre que se fala ou escreve sobre o Oriente – está um conjunto de figuras representativas, ou tropos. Essas figuras representativas estão para o Oriente real assim como os figurinos estilizados estão para os personagens numa peça teatral...” (P. 113)

¹¹ Nesse ponto, podemos traçar um paralelo com o *modus operandi* de Hernán Cortés, descrito por Tzvetán Todorov em “A conquista da América: a questão do outro” (2003). Neste livro, Todorov aponta para a forma como Cortés buscou conhecer as particularidades dos povos com que entrava em contato na Mesoamérica, aprendendo sobre sua cultura, costumes e organização política, o que facilitou sua conquista do poderoso império asteca. Contou, para isso, com a ajuda de uma amante indígena, conhecida como La Malinche, que atuou como sua intérprete e informante.

“É bom para estas grandes nações – admito a sua grandeza – que esse governo absoluto seja exercido por nós? Acho que a experiência mostra que sob nosso domínio eles conseguiram um governo muito melhor do que jamais tiveram em toda a história do mundo, um governo que não só é um benefício para eles, mas indubitavelmente um benefício para todo o ocidente civilizado.” (p. 64)

Esse tipo de raciocínio, que como veremos mais adiante, Dussel associa ao que chama de mito da modernidade, permeia de forma abrangente a experiência colonial europeia, de modo que seus vestígios podem ser encontrados nas diversas sociedades de nosso contemporâneo mundo globalizado, seja nos registros históricos, seja na dinâmica sociopolítica e cultural atual. Procuramos aqui avançar a hipótese de que este tipo de discurso está intimamente relacionado a um amplo conjunto de violências historicamente praticadas em nome da civilização e do progresso, particularmente nas sociedades brasileira e argentina pós-independência. Para isso, entretanto, é preciso prosseguir com o trabalho combinado de refinamento teórico e pesquisa empírica, para o qual procura contribuir essa pesquisa.

1.4 Modernidade-Colonialidade

O grupo modernidade-colonialidade se forma em 1998, a partir da desagregação do grupo de estudos subalternos latino-americanos. Este existia desde 1992, tendo sido criado por intelectuais latino-americanos que viviam nos EUA e teve por referência o Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos e o Centro de Estudos Culturais dirigido por Stuart Hall em Birmingham (BALLESTRIN). As controvérsias que levaram a ruptura do primeiro grupo e à formação do segundo giram em torno crítica de alguns deles à adoção de autores como Foucault e Derridá como cânones, autores que passaram a ser entendidos por alguns como sendo pertencentes a uma “crítica eurocêntrica ao eurocentrismo” (Idem).

O grupo modernidade-colonialidade se consolidou através de uma série de encontros em congressos nos anos seguintes, desenvolvendo uma linha de investigação comum, que se aproveita de conceituações que já vinham sendo exploradas por alguns de seus componentes nas últimas décadas. Alguns dos nomes principais que compõe o grupo são: Edgardo Lander, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Santiago

Castro-Gómez e Immanuel Wallerstein, entre outros. Juntos, estes e outros autores formam uma perspectiva de investigação coerente e integrada, capaz de somar os esforços individuais no que pode ser chamado de agenda de pesquisa decolonial.

A base do pensamento do grupo modernidade-colonialidade está expressa no seu próprio nome: se refere ao argumento, defendido pelos seus membros, de que a modernidade não pode ser pensada sem levar em conta o seu par constitutivo, a colonialidade. Essa afirmativa marca uma ruptura com a narrativa eurocêntrica da modernidade, ordenada em redor do mito do avanço autocentrado da Civilização Ocidental em direção à realização da racionalidade universal, levando consigo os povos “atrasados” que encontra no caminho. A partir dessa constatação, se opera o chamado giro decolonial. A decolonialidade é um “movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade”, que busca ao mesmo tempo identificar suas raízes no pensamento crítico à colonialidade que se desenvolveu na América Latina nos últimos séculos, em autores como Wama Pomam de Ayala, Ottabah Cugoano, e José Carlos Mariátegui (BALLESTRIN, p. 16).

A esse respeito, temos em Santiago Castro-Gómez (2005, p. 177), que

“Impregnadas desde suas origens por um imaginário eurocêntrico, as ciências sociais projetaram a ideia de uma modernidade *ascética* e *auto-gerada*, formada historicamente sem contato algum com outras culturas. A racionalização – em sentido weberiano – teria sido resultado da ação de qualidades inerentes às sociedades ocidentais (a “passagem” da tradição à modernidade), e não da interação colonial da Europa com a América, a Ásia e a África a partir de 1492. Deste ponto de vista, a experiência do colonialismo resultaria completamente irrelevante para entender o fenômeno da modernidade e o surgimento das ciências sociais. Isto significa que para os africanos, asiáticos e latino-americanos, o colonialismo não significou primariamente a destruição e a espoliação e sim, antes de mais nada, o começo do tortuoso mas inevitável caminho em direção ao desenvolvimento e à modernização. (...) As teorias pós-coloniais demonstraram, no entanto, que qualquer narrativa da modernidade que não leve em conta o impacto da experiência colonial na formação das relações propriamente *modernas* de poder não é apenas incompleto, mas também ideológico.”

Nesse ponto, a problemática envolve as construções narrativas que fundam a imagem hegemônica sobre a identidade europeia e a história do mundo. A questão em

discussão narrativa construída historicamente, na qual a Europa Ocidental evoluiu de forma isolada e autocentrada em direção à modernidade, entendida como um movimento de progresso em direção à racionalização e o avanço cultural, técnico, político, ético e assim por diante, ao mesmo tempo em que explorava o mundo encontrando povos atrasados em relação a seu próprio estágio de desenvolvimento. Esta forma de pensar pressupõe que existe uma trajetória linear de desenvolvimento dos povos na história, e que a Europa ocidental está na ponta dessa trajetória. Nesta narrativa os desenvolvimentos da modernidade e do colonialismo europeu estão dissociados. A crítica do modernidade-colonialidade afirma que, de outro modo, o colonialismo é um aspecto constitutivo da modernidade, sendo impossível pensar um sem o outro.

Enrique Dussel (2005) aponta que a sequência histórica que vai do mundo grego à Europa moderna, componente do que poderíamos chamar da narrativa histórica da Civilização Ocidental, é um “invento ideológico de fins do século XVIII romântico alemão”, que cria a ideia de uma continuidade exclusiva entre os mundos grego e romano, o mundo cristão medieval e o mundo europeu moderno, considerando este eixo inventado como o “centro da história mundial” e desconsiderando o papel do mundo árabe-muçulmano, transmissor de grande parte da herança clássica aos europeus, e em relação ao qual a Europa foi periférica durante muitos séculos.

Dussel (2005) defende que há dois conceitos de modernidade: O primeiro é “eurocêntrico, provinciano, regional”, vendo a modernidade como “uma emancipação, uma ‘saída’ da imaturidade por um esforço da razão como processo crítico”, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano. Este processo ocorreria na Europa, essencialmente no século XVIII. Esta visão é chamada de eurocêntrica, pois “indica como ponto de partida da ‘Modernidade’ fenômenos intraeuropeus, e seu desenvolvimento posterior necessita unicamente da Europa para explicar o processo”. Ele propõe uma outra visão da ‘modernidade’, definida pela centralidade do <mundo moderno> na história mundial. Essa centralidade se dá devido ao domínio colonial dos centros imperiais sobre o restante do mundo, e não a algum tipo de superioridade cultural definida em termos abstratos. Ou seja, é por sua superioridade material – militar, política, econômica – que a Europa consegue afirmar sua superioridade cultural – no campo discursivo, dos saberes -, e não o contrário.

A definição de modernidade apresentada por Dussel se apresenta como fato histórico, evidenciado pelo domínio colonial europeu sobre o restante do planeta desde o século XVI¹², enquanto a modernidade eurocêntrica se insinua nos discursos de superioridade cultural e racial produzidos desde os centros imperiais e coloniais, que tomam uma variedade de formas conforme o contexto, organizando-se quase sempre de acordo com a narrativa da modernidade eurocêntrica descrita acima.

A gênese do mundo moderno, segundo a nova visão proposta por Dussel, se dá em 1492, quando se inaugura, com a conquista da América pelos ibéricos, a etapa histórica marcada pela centralidade da Europa Latina. Esse processo se desenvolve e aprofunda na etapa seguinte, a partir do século XVIII, marcada pela Revolução Industrial e a Ilustração, e pelo domínio britânico que substitui o espanhol que prevalecia anteriormente. “O ‘eurocentrismo’ da Modernidade é exatamente a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemônica pela Europa como ‘centro’” (DUSSEL, 2005, p. 63). É a partir dessa mesma conquista – da América - que, segundo ele, se constrói o “ego” europeu, ou a subjetividade da Europa como vontade de poder, centro e fim da história do mundo, argumento que defende em “1492, El Encubrimiento Del Otro” (DUSSEL, 1994).

Walter Mignolo (2005) utiliza o conceito de sistema-mundo moderno-colonial para se referir ao sistema de relações econômicas, políticas, sociais e culturais que se desenvolve a partir da conquista da América e formação do circuito comercial atlântico, sistema que integra todos os circuitos comerciais pré-existentes, criando o primeiro sistema comercial global de que se tem notícia, e que se mantém até os dias de hoje. O imaginário da “civilização ocidental” é construído a partir desse momento, negando seu exterior constitutivo, as possessões coloniais no além-mar, sem as quais não teria sido possível assistir aos desenvolvimentos da modernidade. Este imaginário procura ocultar o fato de que “a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivativa.” (MIGNOLO, 2005, p. 78)

O “mito da modernidade” é assim descrito por Dussel (2005, p. 64 – 65):

¹² Leve-se em conta aqui que a Europa perdeu sua centralidade global desde o período das guerras mundiais na primeira metade do Séc. XX, após as quais EUA e a URSS emergiram como os novos pólos do poder global, disputando zonas de influência no que veio a ser chamado de guerra fria (SARAIVA, 2007). Não discutiremos aqui as implicações da mudança no centro do poder global para as interpretações sobre as dinâmicas do sistema-mundo moderno-colonial após as guerras mundiais, já que o assunto escapa ao recorte temporal do trabalho.

- “1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido de quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste as suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etc.)
6. Para o moderno, o bárbaro tem uma ‘culpa’ (por opor-se ao processo civilizador) que permite à ‘Modernidade’ apresentar-se não apenas como inocente mas como ‘emancipadora’ dessa ‘culpa’ de suas próprias vítimas.
7. Por último, e pelo caráter ‘civilizatório’ da ‘Modernidade’, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos), da ‘Modernização’ dos outros povos ‘atrasados’ (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera.”

Dussel insiste na necessidade de negar este mito, pois (2005, p. 65)

“ao negar a inocência da ‘Modernidade’ e afirmar a Alteridade do ‘Outro’, negado antes como vítima culpada, permite ‘des-cobrir’ pela primeira vez a ‘outra face’ oculta e essencial à modernidade: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc. como vítimas de um ato irracional.”

Aníbal Quijano (2005, p. 238) aponta três mitos fundacionais da versão eurocêntrica da modernidade, que comporão a lógica discursiva do eurocentrismo: (a) O evolucionismo, entendido como a visão da história da civilização humana como uma trajetória de progresso desde o estado de natureza em direção à Civilização Europeia/Ocidental; (b) O dualismo, caracterizado pela divisão do mundo em dois pólos distintos, hierarquicamente definidos; (c) atribuição das diferenças entre Europa e não-

Europa como “diferenças de natureza (racial) e não de história do poder”, ou seja essencialização dessas diferenças e da relação de superioridade/inferioridade.

Assim (QUIJANO, 2005, p. 250),

“O confronto entre a experiência histórica e a perspectiva eurocêntrica de conhecimento nos permite apontar alguns dos elementos mais importantes do eurocentrismo: a) uma articulação peculiar entre um dualismo (pré-capital-capital, não europeu-europeu, primitivo-civilizado, tradicional-moderno, etc.) e um evolucionismo linear, unidirecional, de algum estado de natureza à sociedade moderna europeia; b) a naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos por meio de sua codificação com a ideia de raça; e c) a distorcida relocalização temporal de todas essas diferenças, de modo que tudo aquilo que é não-europeu é percebido como passado. Todas estas operações intelectuais são claramente interdependentes, e não teriam podido ser cultivadas sem a colonialidade do poder.”

Chegamos assim ao conceito de colonialidade do poder, cunhado pelo próprio Quijano. A colonialidade do poder é “um dos elementos constitutivos específicos do padrão mundial de poder capitalista” que “se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo” (QUIJANO, 2000, p. 342). A colonialidade do poder se baseia na “imposição da ideia de raça como instrumento de dominação” (QUIJANO, 2005, p. 267). Pela junção entre etnocentrismo e classificação racial universal, cria-se a noção de “superioridade natural dos europeus” (QUIJANO, 2005, p. 237). “O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminância de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a imaginar-se como os *modernos* da humanidade e de sua história, isto é, como o *novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie*.” (QUIJANO, 2005, p. 237). A colonialidade do poder teria surgido com a gênese do atual padrão de poder global capitalista, o sistema-mundo moderno-colonial, a partir da fundação da América¹³.

Algumas das implicações práticas da colonialidade do poder, segundo Quijano (2000) são (a) uma divisão racial do trabalho, na qual a prevalência das relações assalariadas é um privilégio do centro, submetendo-se grande parte das populações

¹³ Segundo os argumentos dos teóricos do grupo modernidade-colonialidade, a América surge como identidade geo-cultural a partir de 1492. É após esse encontro que se constrói também a identidade geo-cultural da Europa, ou Ocidente, ao mesmo tempo em que começa a se articular o padrão de poder hegemônico do sistema-mundo moderno-colonial, projetado globalmente a partir do circuito comercial atlântico, cujos centros de poder se localizam inicialmente na península ibérica, e mais tarde na Europa do norte.

definidas como não-europeias a formas de trabalho como a escravidão e a servidão,(b) o despojamento dessas populações de seus saberes intelectuais e formas de expressão da subjetividade¹⁴, e/ou a sua inferiorização frente a hegemonia da perspectiva eurocêntrica na produção do conhecimento e das subjetividades, e mais tarde, no período de formação nacional dos antigos domínios coloniais marcados pelas formas de exploração ligadas a raça, (c) o estabelecimento de sérios entraves à efetivação da democracia, da cidadania e da nacionalidade.

A esse respeito, temos em Castro-Gómez (2005, p. 178) que,

“a espoliação colonial é legitimada por um imaginário que estabelece *diferenças incomensuráveis* entre o colonizador e o colonizado. As noções de ‘raça’ e de ‘cultura’ operam aqui como um dispositivo taxonômico que gera identidades opostas. O colonizado aparece aqui como o ‘outro da razão’, o que justifica o exercício de um poder disciplinar por parte do colonizador. A maldade, a barbárie, e a incontinência são marcas ‘identitárias’ do colonizado, enquanto que a bondade, a civilização e a racionalidade são próprias do colonizador.(...) Uma política ‘justa’ será aquela que, mediante a implementação de mecanismos jurídicos e disciplinares, tente civilizar o colonizado através de sua completa ocidentalização.”

E Mignolo (2005, p. 80):

“a etno-racialidade transformou-se na engrenagem da diferença colonial configurada a partir da expulsão dos mouros e dos judeus, dos debates sobre o lugar dos ameríndios na economia da cristandade e, por último, pela exploração e silenciamento dos escravos africanos. Foi com – e a partir do – circuito comercial do Atlântico que a escravidão se tornou sinônimo de negritude.”

Neste ponto se torna interessante discutir a concepção heterárquica de poder proposta por Castro-Gómez¹⁵, quando discute a colonialidade do poder. Essa concepção heterárquica se contrapõe a uma concepção hierárquica, na qual padrões de dominância

¹⁴ A esse respeito, ver o sub-capítulo intitulado “os afro-brasileiros”, em “O povo brasileiro” (RIBEIRO, 1995, os. 113 – 120), onde Darcy Ribeiro discute o processo de deculturação por que passavam os africanos trazidos ao Brasil para o trabalho escravo, após o que eram chamados de “negros boçais”. Com o tempo, se adaptavam ao novo universo de sentido no qual viviam, restrito ao ambiente do trabalho engenho ou na mina, em função dos interesses do senhor. Eram então chamados de “negros ladinos”.

¹⁵ Palestra disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=xCdlg4yepIs>

e inclusão/exclusão socio-políticos se definiriam desde o centro do sistema-mundo moderno colonial, se propagando em cascata até os microcontextos em suas margens. Na concepção heterárquica que propõe Castro-Gómez, há uma independência relativa dos padrões de produção das subjetividades no âmbito local em relação aos níveis mais amplos de análise, de âmbito global e longa duração. Isto significa que não há uma colonialidade do poder, mas múltiplas colonialidades do poder, já que estes mecanismos de tipificação e sujeição do outro variam conforme o contexto socio-histórico. Cada contexto temporal e social é singular, ainda que se relacione em rede com os demais, uma vez que se trata de um sistema global integrado socio-econômica e culturalmente. Este é um problema conceitual um tanto complexo e abstrato, mas ficará mais claro mais adiante, quando discutirmos comparativamente as fontes históricas estudadas.

Com relação ao âmbito da cidadania e nacionalidade, Quijano (2005, p. 256) defende que historicamente os estados-nação bem-sucedidos passaram por processos que garantiram “uma participação mais ou menos democrática na distribuição do controle do poder”, considerando que a mera formulação de uma identidade imaginada não é suficiente para a formação de um estado-nacional. Desse modo torna-se problemático pensar nos países latino-americanos como estados-nacionais, já que em nenhum caso os contingentes nativos e de descendentes de imigrantes africanos forçados foram genuinamente incluídos na distribuição do poder, fosse ele econômico ou político, e mesmo entre os brancos na maioria dos casos essa distribuição seguiu obedecendo a uma lógica oligárquica.

Assim,

“Esses novos estados não poderiam ser considerados de modo algum como nacionais, salvo que se admita que essa exígua minoria de colonizadores no controle fosse genuinamente representante do conjunto da população colonizada. As respectivas sociedades, baseadas na dominação colonial de índios, negros e mestiços, não poderiam tampouco ser consideradas nacionais, e muito menos democráticas. Isto coloca uma situação aparentemente paradoxal: Estados independentes e sociedades coloniais. O paradoxo é somente parcial ou superficial, se observamos com mais cuidado os interesses sociais dos grupos dominantes daquelas sociedades coloniais e de seus Estados Independentes.”

Nesse ponto, vale a pena apontar as críticas feitas dentro do campo das Relações Internacionais com relação ao estado-centrismo essencialista que toma conta de grande

parte do pensamento nessa disciplina. Autores como Rob Walker (1993) e Beate Jahn (2003) criticam a forma como uma noção restritiva dos limites da prática política – baseada na separação fundamental entre doméstico e internacional – atua de forma normativa no campo, tomando uma experiência cultural e temporalmente específica, a da formação dos estados nacionais na modernidade europeia, como o referencial da forma mais racional – ou seja, civilizada – de se organizar politicamente, e desconsiderando as especificidades de cada processo histórico. Esta questão também é discutida por Clifford Geertz em “Nova luz sobre a antropologia” (2001, Cap. 11) com relação à ciência política. Isso levanta questionamentos sobre o caráter eurocêntrico das teorias dominantes na Ciência Política e nas Relações Internacionais, que não iremos explorar aqui.

Adam Watson e Hedley Bull, membros da chamada Escola Inglesa de Relações Internacionais¹⁶, fazem – em suas respectivas obras “The evolution of international society” (1992) e “A sociedade anárquica” (2002) – uma história crítica do pensamento internacionalista, descrevendo a gênese e expansão do sistema de Estados-nacionais como produto dos usos e costumes criados no seio da Sociedade Internacional Europeia. Gestando-se e disseminando-se a partir do contexto de uma cultura específica, esse conjunto de regras sobre os modos de organização das unidades políticas e do relacionamento entre elas pode ser considerado, segundo eles, como uma forma de imperialismo cultural. A respeito das independências na América, Watson aponta que marcam a expansão da Sociedade Internacional Europeia, realçando o eurocentrismo e a dominância dos europeus e seus descendentes na constituição dos novos Estados:

“When the dependent states constituted in the New World by the English and the Iberians acquired their independence, the settlers who became their citizens were Europeans, or the descendent of Europeans, who had come there by individual decision.(...) After independence the citizens of the states in the temperate zones of north and south America recognized that many more immigrants were needed. They welcomed Europeans who were attracted by their new nation’s way of life and wished to become members of it by an individual and voluntary act of choice.” (P. 267)

¹⁶ Para uma breve exposição sobre a Escola Inglesa, ver Saraiva, José Flávio Sombra. Revisitando a Escola Inglesa. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292006000100007

Voltando a Quijano, temos que o poder das elites brancas dos países latino-americanos se baseava na dominação/exploração das raças subjugadas, com as quais por isso mesmo tinham interesses antagônicos. Sua posição no sistema econômico internacional as colocava – às elites - em uma relação de dependência para com a burguesia europeia, para quem exportavam sua produção. Isto porque eram incapazes de utilizar seus lucros para comprar mão de obra assalariada, como faziam seus pares europeus e norte-americanos, já que isto iria contra sua posição senhorial. Gastavam seus ganhos com o consumo ostentoso de mercadorias importadas. Em suas palavras (QUIJANO, 2005, p. 266),

“Quando muito mais tarde foi necessário libertar os escravos não foi para assalariá-los, mas para substituí-los por trabalhadores imigrantes de outros países, europeus e asiáticos. A eliminação da servidão dos índios é recente. Não havia nenhum interesse social comum, nenhum mercado próprio a defender, o que teria incluído o assalariado, já que nenhum mercado local era do interesse dos dominadores, não havia, simplesmente, nenhum interesse nacional.”¹⁷

A contribuição do binômio modernidade-colonialidade, neste ponto, é complexificar a análise das relações de poder na constituição do contemporâneo sistema mundial, pela consideração das hierarquias raciais/culturais como componentes centrais na história da modernidade capitalista, ao lado das relações de produção/trabalho, amplamente discutida pela tradição marxista em suas diferentes vertentes, e das relações de autoridade política, sobre as quais encontraremos fartas reflexões entre os autores liberais e realistas. Também se acrescenta o debate sobre o gênero como âmbito das relações de poder, assunto que não iremos discutir aqui.

A forma como se relacionam raça e cultura, neste sentido, não é fácil de precisar. A colonialidade do poder parece ter tomado múltiplas formas, conforme o contexto. Quijano (2000) propõe uma visão do sistema-mundo moderno-colonial como uma “totalidade heterogênea”, ou seja, como um sistema integrado em torno de um eixo

¹⁷ Darcy Ribeiro, em seu clássico, “O Povo Brasileiro” descreve a forma como os descendentes dos antigos escravos no Brasil foram marginalizados após a abolição, sendo expulsos pela modernização do campo, organizada segundo o latifúndio e a monocultura, para formar as favelas suburbanas, que lembram muito a descrição de Fanon sobre a cidade dos colonizados. Enquanto boa parte dos imigrantes recebeu incentivos públicos, recebendo terras e benefícios, parte dos esforços de branqueamento da população a que se dedicavam as autoridades, buscando incentivar a imigração, os chamados marginalizados foram em sua maioria abandonados à própria sorte. A esse respeito, ler RIBEIRO, Darcy. O povo Brasileiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. Parte III, capítulos 2 e 3.

comum – o sistema econômico capitalista moderno-colonial – e que se movimenta mais ou menos conjuntamente, sendo no entanto composto por uma multiplicidade de elementos heterogêneos, descontínuos no tempo e conflitivos. Não é uma imagem fácil de visualizar, e ainda menos de mapear, trabalho que somente pode ser realizado através da pesquisa histórica empírica. O conceito de “heterogeneidade histórico-estrutural do poder” de Quijano (2000) se aproxima da concepção heterárquica do poder apresentada por Castro-Gomez (2005) ao discutir a mesma questão.

Com relação à América Latina, o argumento é que não se teriam formado sociedades genuinamente nacionais na região, uma vez que as elites que governavam os seus países não se identificavam com a população negra, indígena e mestiça, com a qual tinham interesses antagônicos. A colonialidade do poder, isto é, a lógica discursiva que ordenava indivíduos e suas posições sociais segundo a raça, fazia com que as elites brancas dos países latino-americanos se identificassem com os brancos europeus e norte-americanos, mais do que com os nativos, negros e mestiços que formavam a população de seus países, e com os quais tinham interesses sociais antagônicos. Enquanto discursivamente se copiou a noção europeia de identidade nacional baseada na imaginada unidade sociocultural de um povo, esta não teria sido acompanhada pela democratização do controle do poder, uma vez que as sociedades continuavam a organizar-se segundo uma lógica colonial de poder, reestruturada em novas bases políticas.

Nesse ponto voltamos a Mignolo, que traz à tona o conceito de dupla consciência, característica dos sujeitos que vivem sob os efeitos da colonialidade do poder. Aqui nos interessa a dupla consciência criolla, isto é, das elites brancas nativas (MIGNOLO, 2005, p. 85):

“A consciência criolla em sua relação com a Europa forjou-se, como consciência geopolítica mais que como consciência racial. E a consciência criolla, como consciência racial, forjou-se internamente na diferença com a população ameríndia e afro-americana. A diferença colonial transformou-se e reproduziu-se no período nacional, passando a ser chamada de “colonialismo interno”. O colonialismo interno é, assim, a diferença colonial exercida pelos líderes da construção nacional. Este aspecto da formação da consciência criolla branca é o que transformou o imaginário do mundo moderno/colonial e estabeleceu as bases do colonialismo interno que atravessou todo o período de formação nacional, tanto na América ibérica como na anglo-saxã.”

As elites criollas, segundo esse argumento, se afirmariam ao mesmo tempo como americanas, em relação aos seus pares europeus, e europeias, em relação aos seus subalternos “nacionais”: indígenas, negros e mestiços. Considerando a concepção heterárquica do poder proposta por Castro-Gómez, podemos expandir “nativos, negros e mestiços” para algo definido como “outro subalterno”, sujeito à variação conforme o contexto, mas que comumente se identifica com essas três categorias.

Aqui não podemos deixar de lembrar Darcy Ribeiro (2005, p. 217), quando trata do comportamento da classe senhorial brasileira:

“A classe dominante bifurcou sua conduta em dois estilos contrapostos. Um, presidido pela mais viva cordialidade nas relações com seus pares; outro, remarcado pelo descaso no trato com os que lhe são socialmente inferiores. Assim é que na mesma pessoa se pode observar a representação de dois papéis, conforme encarne a etiqueta prescrita do ancião hospitaleiro, gentil e generoso diante do de um visitante, ou o papel senhorial, em face de um subordinado. Ambos vividos com uma espontaneidade que só se explica pela conformação bipartida da personalidade.”

Voltando a Mignolo (2005, p. 86),

“A negação da Europa não foi, nem na América Hispânica nem na Anglo-Saxônica, a negação da “Europeidade”, já que em ambos os casos, e em todo o impulso da consciência criolla branca, se tratava de serem americanos sem deixarem de ser europeus; de serem americanos, mas diferentes dos ameríndios e da população afro-americana. Se a consciência nativa definiu-se em relação à Europa em termos geopolíticos, em termos raciais é que foi definida sua relação com a população criolla negra e com a população indígena.”

A discussão do grupo modernidade-colonialidade se espraia por uma diversidade de temas que tratam das relações sociais na América Latina, sempre partindo da proposta decolonial, ou seja, de romper com o pensamento eurocêntrico, produzindo conhecimento de caráter emancipatório. Aqui, nos preocupamos com a discussão a respeito da(s) colonialidade(s) do poder na construção nacional dos estados latino-americanos, mais especificamente na forma como ela(s) opera(m) através das instâncias

de poder discursivo nas sociedades pós-independência. Encontraremos uma discussão a esse respeito em Santiago Castro-Gómez.

Partindo da definição do projeto moderno como a “tentativa fáustica de submeter a vida inteira ao controle absoluto do homem sob a direção segura do conhecimento” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 170), ele atribui ao estado, historicamente, o papel de “instância central a partir da qual são dispensados e coordenados os mecanismos de controle sobre o mundo natural e social” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, P. 171 – 172). Nesse contexto, as ciências sociais atuavam como um instrumento a serviço do controle da vida pelo estado.

Desenvolvendo o argumento, com uma base teórica que procura combinar os insights de Michel Foucault sobre o poder disciplinar com o conceito de colonialidade do poder, e tratando do século XIX latino-americano, Castro-Gómez aponta para a escrita como dispositivo de saber/poder que “inventa o outro”, isto é, define parâmetros de pertencimento/exclusão a partir de normas inscritas nos discursos da modernidade.

Assim (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 173),

“A aquisição da cidadania é, então, um funil pelo qual só passarão aquelas pessoas cujo perfil se ajuste ao tipo de sujeito requerido pelo projeto da modernidade: homem, branco, pai de família, católico, proprietário, letrado e heterossexual. Os indivíduos que não cumpram com estes requisitos (mulheres, empregados, loucos, analfabetos, negros, hereges, escravos, índios, homossexuais, dissidentes) ficarão de fora da “cidade letrada”, reclusos no âmbito da ilegalidade, submetidos ao castigo e à terapia por parte da mesma lei que os exclui.”

Ele se refere às constituições, manuais de urbanidade e gramáticas do idioma, como tecnologias de subjetivação que operam através da escrita, regulando os parâmetros disciplinares que serão aplicados no intuito de regulamentar a conduta dos atores sociais. A esses discursos hegemônicos, aos quais se pode adicionar as narrativas nacionais que eram produzidas no mesmo período, se somam as instituições disciplinares (Escolas, prisões, etc.) como espaços de regulação da mente e do corpo segundo a utilidade pátria. “A ‘urbanidade’ e a ‘educação cívica’ desempenharam o papel, assim, de taxonomia pedagógica que separava o fraque da ralé, a limpeza da sujeira, a capital das províncias, a república da colônia, a civilização da barbárie.” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 176).

Desse modo (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 175)

“a invenção da cidadania e a invenção do outro, se encontram geneticamente relacionados. Criar a identidade do cidadão moderno na América Latina implicava gerar uma *contraluz* a partir da qual essa identidade pudesse ser afirmada como tal. A construção do imaginário da ‘civilização’ exigia necessariamente a produção de sua contraparte: o imaginário da barbárie. São imaginários que possuem uma *materialidade concreta*, no sentido em que se ancoram em sistemas abstratos de caráter disciplinar como a escola, a lei, o Estado, as prisões, os hospitais e as ciências sociais. É precisamente esse vínculo entre conhecimento e disciplina o que nos permite falar, seguindo Gayatri Spivak, do projeto da modernidade como o exercício de uma ‘violência epistêmica’.”

Essa violência epistêmica se constrói a partir de referenciais construídos no interior da colonialidade do poder. As ideias sobre a superioridade da raça e civilização europeia – com sua contraparte, a inferioridade de todos aqueles que não se encaixam nos seus parâmetros - contidas nos discursos da modernidade eurocêntrica operam através dos discursos hegemônicos nas sociedades latino-americanas pós-independência, indicando uma manutenção das relações de colonialidade – a despeito das independências nacionais -, que se expressa na dupla consciência de suas elites criollas¹⁸. Essa colonialidade se refletirá nos padrões de inclusão/exclusão na distribuição do poder nessas sociedades, implicando sérios questionamentos sobre os limites da cidadania e da democracia nos países latino-americanos, com desdobramentos que chegam até a contemporaneidade. Ou, para concluir, como nos diz Quijano (2005, p. 267):

“Neste sentido, o processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-Nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais.(...) A homogeneização nacional da população , segundo o modelo eurocêntrico de nação, só teria podido ser alcançada através de um

¹⁸ O termo também pode ser aplicado ao caso brasileiro, se o considerarmos como sinônimo das elites brancas que se identificam culturalmente com a Europa, ao mesmo tempo em que se afirmam geopoliticamente como americanas.

processo radical e global de democratização da sociedade e do Estado. Antes de mais nada, essa democratização teria implicado, e ainda deve implicar, o processo de descolonização radical das relações sociais, política e culturais entre as raças, europeus e não-europeus.”

1.5 Conclusões parciais

As primeiras observações a fazer, se referem à evidente continuidade entre o pensamento dos diferentes autores apresentados, o que nos autoriza a falar em uma tradição de pensamento crítica ao aspecto colonial da modernidade¹⁹. Percebe-se um progressivo refinamento das proposições teóricas ampliação do potencial analítico com o decorrer do tempo: Em Fanon e Memmi temos uma espécie de relato crítico da sociedade em que vivem, em que a vontade de conhecimento procura contribuir para a ação política anticolonial; Said, por sua vez, produz um trabalho de caráter mais acadêmico, no qual a crítica literária se combina com uma crítica histórica das relações de poder, desconstruindo o edifício secular do orientalismo de modo a evidenciar seus fundamentos perversos; no modernidade-colonialidade, percebe-se a herança da crítica feita pelos autores pós-colonialistas, que ressurgem em formas teoricamente mais elaboradas, como nos conceitos de eurocentrismo e colonialidade do poder, engendrando uma agenda de pesquisa transdisciplinar que propõe investigar uma multiplicidade de temporalidades e contextos, revisando narrativas e categorias tradicionais pelas lentes teóricas da crítica aos aspectos coloniais da modernidade.

Essa continuidade implica um nível de similaridade entre experiências que dizem respeito a contextos histórica e geograficamente tão diversos quanto a Argélia da década de 1960, a Colômbia do Séc. XVIII²⁰ e, como mostraremos adiante, o Brasil e a Argentina do Séc. XIX. Essa similaridade se explica pelo fato histórico comum do colonialismo europeu. Assim mesmo, a presença dessa espécie de unidade básica da experiência colonial não nos autoriza a elaborar explicações deducionistas e genéricas, aplicando-as inescrupulosamente aos diversos contextos sem o rigor da pesquisa

¹⁹ A distinção entre colonialismo e colonialidade como conceitos teóricos merece uma atenção mais detalhada, que não receberá neste trabalho. Por ora, observa-se que o termo colonialidade surge com Aníbal Quijano, fornecendo uma categoria específica que se distingue do colonialismo como sistema de dominação política. Esse problema conceitual parece indicar um caminho para a superação de certos problemas relativos ao excessivo estado-centrismo da maior parte das análises do poder global, sem incorrer em modelos explicativos do tipo “choque de civilizações”.

²⁰ Um dos mais importantes trabalhos de Castro-Gómez “La hybris del punto cero”, investiga as questões aqui expostas na Colômbia entre 1750 e 1816, na época vice-reino de Nova Granada.

empírica. Contra essa tendência generalizante que não raro assalta os corações e as penas dos pesquisadores sociais, erguem-se os conceitos de heterarquia e heterogeneidade do poder, que alertam para a necessidade de pesquisa empírica minuciosa, que gere conceitos e modelos explicativos mais abrangentes sem obliterar a especificidade dos contextos sócio-históricos particulares.

O que há de mais comum e fundamental entre todos os autores discutidos é a crítica à operação intelectual colonial, que distingue o europeu de seus outros, afirmando nessa distinção uma relação de superioridade/inferioridade e a articulação dessa operação com padrões de dominação e exclusão epistêmica, política e econômica. Essa operação tem como elementos constitutivos o evolucionismo e dualismo delineados por Quijano, e parece ser um tipo de construto discursivo de longa duração e amplo alcance geográfico, influenciando múltiplos contextos que se relacionam entre si na medida em que são tocados pelo colonialismo europeu. Esta já é uma hipótese bastante robusta, graças à produção dos autores aqui discutidos e outros relacionados.

A forma como esse construto discursivo colonial, que podemos chamar de eurocentrismo, se articula com relações de poder que extrapolam o âmbito textual das narrativas e discursos mostra-se por sua vez mais complexo e difícil de perseguir, demandando pesquisa empírica minuciosa que leve em conta a especificidade dos contextos. Isto porque a definição dos sujeitos que se enquadram na categoria de eu e outro, do ponto de vista da modernidade eurocêntrica, variam conforme o contexto sociohistórico, assim como varia a possibilidade de trânsito entre essas duas categorias – relativa ao nível de essencialização do outro. Nesse sentido, também varia a forma de articulação e o peso relativo dos critérios raciais e culturais de definição do eu e do outro. Aí parece residir a fraqueza de uma definição puramente racial da colonialidade do poder, que se mostra excessivamente generalizante frente à complexidade das realidades historicamente observáveis. O próprio Quijano forneceu o antídoto contra o perigo de generalização excessiva ao formular o conceito de “heterogeneidade histórico-estrutural do poder”. Castro-Gómez, preocupado com esse problema, apresentou a solução em termos de uma “concepção heterárquica da colonialidade do poder”.

Um pardo no séc. XIX brasileiro, por exemplo, poderia alcançar posições sociais inimagináveis para um homem da mesma cor nos EUA do mesmo período, enquanto um caucasiano típico de origem latino-americana poderia muito bem ser tratado como naturalmente inferior na Europa, graças à sua origem geocultural. Por outro lado, isso

não implica desconsiderar a importância dos critérios raciais na organização das hierarquias, como fazem certas análises que negam a existência de racismo no Brasil contemporâneo, por exemplo. Trata-se de examinar a fundo as formas como o eurocentrismo serviu de base discursiva para organizar e legitimar relações de dominação e de exclusão nos múltiplos contextos históricos, relacionando critérios raciais e culturais de classificação com padrões epistêmicos, políticos e econômicos de exploração, disciplinamento e negação da subjetividade de indivíduos e grupos que podemos caracterizar, desse ponto de vista, como subalternos.

O colonial parece estar engastado em meio aos demais âmbitos do poder, influenciando-os e sendo por eles influenciado. Observando mais de perto a sua trama é possível que possamos descobrir causalidades e processos sócio-históricos, que se encontravam antes ocultos pelo vício de nossas categorias conceituais e lentes de análise tradicionais. De modo esquemático, podemos organizar como principais âmbitos de poder entrelaçados ao colonial (a) aquele do trabalho e suas categorias articuladas, (b) o do poder político e suas categorias articuladas, incluindo cidadania, democracia e nacionalidade, a qual se encontra na intersecção com o próximo item, (c) a produção do conhecimento e das subjetividades e suas categorias articuladas, incluindo identidades e noções socialmente compartilhadas sobre posições, papéis sociais e saberes.

Investigar o colonial como âmbito do poder, para além das categorias centradas exclusivamente na política ou na economia – como estado e classe social –, apresenta-se como instigante campo de pesquisa, relacionando diversas disciplinas e possibilitando a revisão crítica de narrativas historicamente construídas, bem como das categorias analíticas e modos de pensar que tradicionalmente utilizamos para descrevê-las.

Nos próximos capítulos nos ocuparemos dessas questões como observáveis em narrativas nacionais elaboradas no período pós-independência no Brasil e na Argentina, relacionando-se, portanto, com a intersecção entre os âmbitos colonial, político e da produção das subjetividades – já que se trata da construção de identidades coletivas. O âmbito econômico também surge na medida em que se aborda a questão da escravidão, o que evidencia a dificuldade em se isolar cada âmbito dos demais, estando todos eles em alguma medida integradas na trama da sociabilidade humana. Assim mesmo, o enfoque central se dá sobre a relação entre colonialidade e produção das subjetividades, uma vez que as fontes primárias analisadas se restringem à peças textuais que operam, entre outras coisas, construindo identidades coletivas referenciadas no ideal nacional.

2. Nação e Civilização no Atlântico Sul: As narrativas nacionais de Sarmiento e Varnhagen

“Pero falta acaso ilustración, faltan ideas en nuestra patria? No, señores, sobreabundan. Desde el principio de la revolución, las luces del mundo civilizado tienen entrada franca entre nosotros. Desde entonces se han acogido y proclamado por la prensa, en la tribuna, y hasta en el púlpito las teorías más bellas, los principios más sanos, las mejores doctrinas sociales, y al ver su abundancia se diría que nuestra sociedad ha marchado, en punto a riqueza intelectual, casi a la par de las naciones europeas.” (Esteban Echeverría)²¹

“em meio dessa vigorosa vegetação todos os nossos artigos de gosto são inferiores aos que produz a Europa; hortas e pomares, ainda exóticos, são infinitamente superiores ali, devido tudo ao cultivo e modo de estrumar a terra; o que prova demasiado o nosso estado de infância, e a insuficiência da simples natureza”. (Abreu e Lima)²²

2.1 O contexto histórico: Instabilidades, disputas políticas e os esforços de construção nacional no Brasil e Argentina pós-independência.

Desde o princípio das colonizações houve diferenças e semelhanças entre a ocupação dos territórios que mais tarde viriam a formar Brasil e Argentina contemporâneos. Entre elas, algumas podem ser ressaltadas para os objetivos aqui propostos.

Se em nenhum dos dois territórios havia inicialmente uma ideia de unidade, ou pertencimento a uma entidade ou identidade comum (DEVOTO; FAUSTO, 2004, p. 30), em ambos, o que desencadeou o processo que levaria à independência e ao surgimento de novos estados nacionais foram as invasões napoleônicas na península ibérica em 1808. Nos dois casos, os atores que tomaram parte nas disputas e processos

²¹ Echeverría, Esteban. Discurso de introducción a una serie de lecturas pronunciadas por Esteban Echeverría em el Salón Literário, septiembre de 1837. In: Titto, Ricardo J. de. El pensamiento de Esteban Echeverría. Buenos Aires: El Ateneo, 2009. P. 42

²² MOURA, Luis Cláudio Rocha Henriques de Moura. **Abreu e Lima: Uma leitura sobre o Brasil.** Universidade de Brasília, Departamento de História. Brasília, DF. Dissertação de Mestrado. 2006. P. 121.

de independência sofreram influência dos discursos que marcavam o panorama mais amplo do “mundo ocidental”, fossem aqueles associados ao antigo regime absolutista com suas categorias articuladas, fossem os associados ao liberalismo e aos nacionalismos nascidos do racionalismo iluminista e da reação romântica que o sucedeu.

Na Argentina, então Vice-reino do Rio da Prata²³ as reformas borbônicas marcaram fortemente as linhas de divisão entre espanhóis e criollos (BEIRED, 1996, p. 27), e os cercos ingleses ao porto de Buenos Aires em 1806-1807 suspenderam a legitimidade da elite burocrática colonial (MYERS, 2007, p. 71). Assim, a queda da junta de Sevilha e a formação do cabildo aberto de Buenos Aires em 1810 marcam uma ruptura que alienaria os primeiros – espanhóis - de seu antigo poder colonial, levando-os à condição de “outro” a ser combatido (idem, p. 85) e poria os últimos – criollos - em conflito interno (federalistas vs. unitaristas) pela distribuição do poder sobre os territórios, impedindo a consolidação de instituições estáveis até meados da segunda metade do século (MYERS, 2007, p. 74 – 83).

As guerras intestinas entre caudilhos regionais, políticos e gerais da independência, pontuadas por ocasionais intervenções do império Brasileiro²⁴ marcariam o antigo vice-reinado do Rio da Prata até a década de 1870, resultando na atual configuração da região, dividida entre as repúblicas da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, além da parte que ficou sob o controle político boliviano. A unificação final da República Argentina é comumente datada de 1861, com a vitória das forças bonaienses, lideradas por Bartolomé Mitre, contra aquelas da Confederação Argentina, comandadas por Justo José de Urquiza, na batalha de Pavón. Ainda assim, revoltas localizadas ainda ameaçaram o governo central até os anos da guerra do Paraguai.²⁵

²³ O Vice-reino do Rio da Prata foi formado em 1776, com capital em Buenos Aires pelo desmembramento do Vice-reinado do Peru, no marco das reformas borbônicas.

²⁴ Guerra da cisplatina (1825 – 1828); Guerra Grande ou Guerra contra Oribe e Rosas (1852) e Guerra do Paraguai (1864 – 1870).

²⁵ Para uma explanação do contexto regional nos anos que precederam a Guerra do Paraguai e seus impactos sobre a situação posterior ver DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Capítulos 1 “Tempestade no Prata, 5.3 “Balanço da Guerra e Conclusões. O maior conflito militar da história sul-americana teria como uma de suas causas as indefinições fronteiriças entre os Estados platinos em processo de consolidação (entre eles o Brasil), e as incertezas de cálculo estratégico advindas da instabilidade “interna” que vivenciavam Uruguai e Argentina ainda no começo da segunda metade do século XX. Entre seus efeitos estiveram a delimitação de grande parte das fronteiras entre seus participantes e a pacificação final e fortalecimento da República Argentina, chegando a provocar um desequilíbrio com o Império Brasileiro, que saiu enfraquecido do conflito.

Já no Brasil, os processos de independência e formação do estado nacional foram marcados centralmente pela continuidade das estruturas sociais e instituições políticas, através do que Maria Odila da Silva Dias (2009, p. 12) chama de “processo de interiorização da metrópole no Centro-Sul da colônia”. Aqui não há, como entre os vizinhos do sul, uma penetração forte dos ideais liberais e nacionalistas em expansão na Europa do período, e a independência formal está muito mais ligada a uma dissensão interna entre as elites portuguesas do que a uma possível ruptura na linha colonizado versus colonizador, que de fato não ocorreu (Idem, p. 13). Se no antigo vice-reino do Rio da Prata as províncias lutavam entre si pela distribuição do poder, aqui, temerosas do risco oferecido pela grande quantidade de escravos e mestiços empobrecidos, fortes segmentos das elites nativas aceitaram de bom grado a Coroa e seu discurso absolutista, vistos como baluartes da centralidade e estabilidade política e social (Idem, p. 31).

No entanto, não é desprezível a instabilidade política que afetou o império nas décadas que se seguiram à independência, trazendo consigo a ameaça de fragmentação. As revoltas regionais do período regencial são a expressão mais marcante dessa instabilidade, encontrando seu eco no ‘regresso’, o impulso (ou refluxo) das elites liberais em direção ao conservadorismo, e por fim na campanha da maioria, que buscou garantir a unidade nacional sob a centralidade monárquica, reforçada com a coroação precoce do herdeiro ainda adolescente do trono, Dom Pedro II. Assim, ainda que tenha logrado manter sua unidade territorial e política, o Brasil não escapou às instabilidades que varreram todo o continente no período, provocadas pela transição de poder desencadeada pelo fim da colonização formal, e que também se refletem nas disputas em torno de fronteiras, que se prolongariam até meados do século XX.

Nas primeiras décadas após as independências se forjaram as instituições políticas correspondentes ao Estado-nacional nos territórios das antigas colônias ibéricas no continente sul-americano. Concomitantemente, desenvolviam-se esforços de construção de identidades nacionais correspondentes a estes estados, seguindo o modelo histórico proporcionado pelos estados-nação europeus, tidos como referenciais de progresso, ou seja, do caminho a seguir no “desenvolvimento natural” dos povos.

A discussão sobre as origens históricas e o sentido dos conceitos de nação e nacionalismo é ampla e inconclusa. Os problemas que se colocam ao investigador desse campo são sintetizados por Geertz (2001, p. 202), ao dizer que

“As palavras que usamos hoje para falar do que tomamos por alicerces da ordem política global – “nação”, “Estado”, “país”, “sociedade”, “povo” – tem uma ambiguidade perturbadora, incorporada em seu alcance, seu propósito e sua definição. Por um lado, nós as usamos de maneira intercambiável, como se fossem sinônimas.(...) Por outro lado, nós as percebemos como desviando-nos, em suas nuances e conotações, suas ressonâncias e sentidos internos para direções muito diferentes.

Manuel Castells (1999, p. 69), debruçando-se sobre as identidades coletivas na sociedade em rede de fins do Séc. XX definiu nações como “comunidades culturais construídas nas mentes e memória coletiva das pessoas por meio de uma história e de projetos políticos compartilhados”. O nacionalismo é para ele uma forma de identidade coletiva, sendo as identidades coletivas construções sociais que produzem significado, articulando as matérias-primas fornecidas pela história, geografia, língua e ambiente de modo a criar as bases de um sentimento internalizado de pertencimento comum. Ele propõe três categorias de identidade coletiva: Identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto.

Hall (2006, p. 50), explora a noção das “culturas nacionais como comunidades imaginadas”²⁶, definindo cultura nacional como um “modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações como a concepção que temos de nós mesmos”. A construção da ideia de uma cultura nacional se baseia em elementos como a história e literatura nacionais, mídia, cultura popular, símbolos e eventos históricos que representam experiências partilhadas, fortalecendo o “nacional” como foco de identificação. O conjunto desses elementos simbólicos é chamado por ele de <narrativa nacional>.

No entanto, Hall nos alerta para o fato de que a identidade nacional se apresenta como estrutura de poder cultural, que suprime forçadamente as diferenças de uma população sob o jugo padronizador de uma narrativa dominante. Além disso aponta para o caráter eurocêntrico dessa forma de organização do significado e pertencimento coletivo, que aponta para uma hegemonia cultural dos centros imperiais sobre o restante do planeta.

Hobsbawm (1990) associa o nacionalismo à formação do Estado moderno a partir de fins do Séc. XVIII, sendo que o elemento definidor da nação seria o

²⁶ “Comunidades Imaginadas” é o título de um clássico livro de Benedict Anderson sobre o assunto, que não discutiremos aqui.

pertencimento comum a uma unidade política duradoura definida territorialmente. Castells (Idem), por sua vez critica a noção de que o elemento definidor das nações seja a correspondência a um Estado territorial definido, expondo as formas variantes e desafiadoras de identificação nacional em fins do séc. XX. Talvez o que ele chama de nacionalismo seja expresso nos termos de Hobsbawm como “protonacionalismo”. De todo modo, isso nos leva de volta ao problema conceitual apontado por Geertz, produto da falta de consenso acadêmico e da instabilidade sociolinguística dos termos que se referem às formas de identidade coletiva e pertencimento comum historicamente observáveis nos últimos dois ou três séculos.

Consideraremos aqui como hipótese que a nação e o nacionalismo modernos surgem relacionados à formação e consolidação dos modernos estados territorialmente definidos, servindo como elemento legitimador da organização política estatal ao estabelecer elementos simbólicos e narrativos que organizam o sentimento de pertencimento a uma coletividade cultural de experiência compartilhada. Na medida em que estão entrelaçados ao modelo westfaliano de Estado, podem ser considerados como uma forma de hegemonia cultural europeia, na medida em que são aplicados a regiões do mundo habitadas por povos com tradições políticas e identitárias culturalmente específicas.

Os artífices do nacionalismo operam estabelecendo símbolos e narrativas, artísticas, históricas e poéticas, que visam disseminar entre a população o sentimento de pertencimento comum que ajuda a organizar o consenso em torno de uma certa realidade política estabelecida ou almejada. Isso não exclui a disputa entre diferentes projetos simbólicos e políticos, que desafiam a noção de uma identidade construída pacificamente desde cima por uma aliança entre elites políticas e intelectuais dominantes. A construção da nacionalidade, assim como a construção do Estado, e isso se mostra particularmente verdadeiro no caso da América Latina oitocentista, é perpassada por diferentes propostas e projetos de poder, que mesmo quando se estabelecem dominantes, tem de ser constantemente reelaborados para dar conta das mutações sofridas pelas sociedades sobre as quais procuram reinar incontestes.

Nesse sentido, as categorias identidade legitimadora e identidade de projeto propostas por Castells podem ser úteis, na medida em que distinguem as estratégias simbólicas que disputam em busca da realização de algum tipo de hegemonia (identidade de projeto), daquelas que se estabelecem como referenciais legitimadores de

uma ordem social ou política já estabelecida. Nesse sentido, a narrativa nacional expressa na “História Geral do Brasil” de Francisco de Varnhagen, que será discutida a seguir, parece se encaixar na categoria de identidade legitimadora, uma vez que responde à demanda imperial por uma história nacional que justificasse o seu poder, enquanto a presente no “Facundo” de Domingo Sarmiento cabe melhor na identidade de projeto, já que pertence a um segmento político marginalizado que ataca a ordem estabelecida em busca de substituí-la por seu próprio projeto de poder.

No império brasileiro, à época, o conjunto simbólico dominante era marcado pela ritualística do antigo regime, expressa na figura das insígnias reais que ornavam a figura do imperador, como a coroa, o cetro e o manto real, bem como na complicada ritualística que organizava os cortejos e procissões na corte, bem descritos por Lilia Moritz Schwarcz em “O Império em procissão” (2001). Já na argentina, o esforço de estabelecimento de um conjunto simbólico como referência para a identidade nacional à época parece corresponder às disputas de poder que se verificavam no âmbito político-militar, ao menos a julgar pela forma como se apresentam na obra de Sarmiento, que contrapõe significativamente o colorado (vermelho) ostentado pelas forças e pelo regime de Rosas ao celeste (azul claro) que caracterizava os exércitos unitários, e que se estabeleceu dominante mais adiante, como se pode ver pela sua presença ainda hoje na bandeira argentina. Na Argentina pós-rosista parecem ter se estabelecido símbolos que se remetem ao liberalismo e à tradição revolucionária francesa, como o gorro frígio presente em seu escudo de armas e o lema nacional: “En unión y libertad”.

O contexto internacional era marcado pelo avanço da revolução industrial, capitaneada pela Inglaterra, que garantiu um poderio econômico e militar sem precedentes às potências europeias. Este se refletiu numa ingerência política crescente nos diversos continentes, escalando para a nova etapa do colonialismo (imperialismo), que teve seu auge nas últimas décadas do século XIX²⁷. O sistema de tratados desiguais que prendeu o Brasil à Inglaterra até 1844 e o bloqueio anglo-francês ao porto de Buenos Aires, de 1845 a 1850, denotam os movimentos desse novo colonialismo, além de se terem configurado como fatores de pressão para que os novos estados se consolidassem rapidamente, obtendo legitimidade jurídica e poderio militar que os

²⁷ Pode-se considerar como ponto máximo desse colonialismo a conferência de Berlim, de 1884, onde se negociou a famosa “partilha da África”. Seu ocaso se inicia com o estouro da primeira guerra mundial, motivada em parte pelas disputas interimperialistas das potências europeias, e seus estertores finais são vistos nas guerras de descolonização do sudeste asiático e da África, entre elas a da Argélia, mencionada mais acima.

prevenisse perante o risco de dominação direta por parte das potências europeias.²⁸ O medo do imperialismo europeu e a necessidade de se afirmar como estados legítimos do ponto de vista da Sociedade Internacional Europeia foram constantes na política exterior dos países sul-americanos ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

O grande centro de decisão da política mundial à época, desde o desfecho das guerras napoleônicas em 1815, era o Concerto de Viena, definido por Watson como uma “hegemonia coletiva temperada pelo equilíbrio de poder”. (WATSON, 1992, p. 255 – 268) A nova expansão colonial era aí negociada entre as grandes potências da sociedade internacional europeia, que assim minimizavam os atritos provenientes de sua rápida expansão global, possibilitada pelos avanços tecnológicos ligados à revolução industrial.

Nesse ponto, a historiografia das Relações Internacionais confirma os argumentos das teorias críticas ao colonialismo em geral (WATSON, 1992, p. 268):

“The Europeans regarded the technical and scientific advances which their society indisputably produced as aspects of a general progress and superior civilization that included other fields as well, particularly the ordering of society itself. They wanted to use their superiority to Europeanize and modernize the non-european world, to bring ‘progress to it’.

Como já foi dito, de maneira geral a atitude dos povos europeus com relação aos diversos outros povos do mundo durante o século XIX é caracterizada pelo racismo, pelo chauvinismo e pela sensação de superioridade, justificados com base no avanço de suas tecnologias de produção, ciências naturais e higiene, e na pretensa superioridade moral de sua religião e instituições políticas. Essa visão de mundo se alicerçava em uma dominação econômica estrutural e em um poderio militar sem paralelo (MESGRAVIS, 1994, p. 13-14). Essa percepção de superioridade está inscrita nas premissas ontológicas que perpassam grande parte das categorias do conhecimento produzido nas academias e círculos intelectuais da Europa ocidental no período.

A despeito de suas diferenças, parte considerável das elites nas cidades do antigo vice-reino do rio da Prata e ex-colônias portuguesas na costa atlântica

²⁸ A respeito do sistema de tratados desiguais, suas implicações, efeitos que teve sobre o debate político brasileiro e suspensão final ver CERVO, AMADO Luiz. **O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826 – 1899)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, c1981.

compartilhavam o apreço pela “civilização” europeia, ainda que por vezes associassem o termo a símbolos e atributos distintos. Se nos trópicos apinhados de negros e mestiços a Coroa era a âncora que salvaguardava a raça branca e a civilização (Idem, p. 24 – 25), entre os povos do Prata eram os ideais liberais e constitucionalistas - existentes entre as elites desde antes da formalização da independência em 1816 - que apontavam para o progresso e para a civilização que despontavam no horizonte. Esta postura é exemplificada na personalidade de Mariano Moreno, intelectual engajado na promoção dos princípios liberais de liberdade, igualdade e soberania do povo como fundamentos do novo estado que se procurava criar entre as províncias do Rio da Prata durante a década de 1810 (MYERS, 2007, p. 75).

Além disso, ainda que os regimes políticos nos incipientes Estados que emergiam – o estado argentino formado após a queda de Rosas em Monte Caseros em 1852 e o Estado protobrasileiro que vinha se desenvolvendo desde a instalação da Corte no Rio de Janeiro em 1808 – se baseassem em princípios de legitimidade opostos do ponto de vista da disputa liberalismo *versus* Antigo Regime, ambos viriam a desfrutar do apoio de uma ideia de nação construída pelo discurso intelectual, que fundamentaria a legitimidade de seu poder.

Nos dois países, o processo de construção da nacionalidade foi marcado fortemente pela atuação de grupos específicos de intelectuais influenciados diretamente pelo pensamento francês, e que esperavam um tipo de aprovação por parte de seus correspondentes no continente europeu. A Geração de 37 e o IHGB foram grupos de intelectuais que tiveram papel central na construção das narrativas nacionais nos dois países aqui considerados. Eles se formaram quase concomitantemente, uma em 1837, como diz o nome, o outro em 1838. Ambos sofreram influência direta do pensamento francês, e correspondiam aos esforços de uma elite letrada interessada em lançar as bases de um moderno estado-nação nos moldes europeus.

Geração de 37 foi o nome que a historiografia argentina deu ao grupo de jovens intelectuais que passaram a se reunir na cidade de Buenos Aires após a fundação do Salão Literário de Marcos Sastre nesse mesmo ano. Entre temas de história e literatura, eles discutiam novos projetos políticos e sociais para o país que se gestava, profundamente influenciados pelo liberalismo e romantismo europeus, que chegavam ali principalmente através da França (MARANGONI, 2008, p. 29 – 33). Eles representavam a oposição ao governo de Rosas, visto como bárbaro e atrasado, e

defendiam a criação de um moderno estado-nação às margens do Rio da Prata, abraçando as promessas da modernidade via estabilidade institucional e progresso material.

Rosas não tardou em fechar o Salão Literário e perseguir seus membros, que em 1838 fundariam a Associação da Jovem Geração Argentina, sociedade secreta que se propunha a pensar a fundo as questões sociais e políticas da região, buscando uma alternativa a situação política da época, que permitisse a consolidação e o progresso da nação argentina. Suas ideias centrais estão expressas no “Dogma Socialista” de Estebán Echeverría, de 1846 (ROMERO, 2010, p. 138 - 139). Geração de pensadores sagazes, que procuraram desvelar o contexto sociocultural por trás da situação política argentina, ergueriam as bases que norteariam a construção nacional após a queda de Rosas.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi fundado em 1838, durante os turbulentos anos do período regencial. Fruto de uma iniciativa de particulares, o IHGB se colocou sob os cuidados do estado imperial, principalmente após a coroação de Dom Pedro II. Financiados em grande parte pela Coroa, os trabalhos do IHGB se fundamentaram de início na coleta e armazenamento de documentos históricos, evoluindo com o tempo no sentido da produção de trabalhos historiográficos, geográficos e etnográficos, feitos com base em documentos coletados e em pesquisas feitas através de explorações do interior do país e viagens a bibliotecas e arquivos na Europa. O IHGB foi comprometido desde o princípio com a meta de construir uma narrativa nacional compatível com os processos políticos e sociais que se articulavam nesse período - marcados pela consolidação do estado imperial – e com o modelo europeu hegemônico (GUIMARÃES, 1988, p. 5 – 6).

De fato, tanto os membros do IHGB quanto da geração de 37 mantinham relações diretas com seus congêneres na França, em quem se espelhavam e de quem esperavam aprovação. Os intelectuais de 37 se relacionavam principalmente com os homens do periódico francês “*Revue Des Deux Mondes*”, de forte papel na projeção imperial francesa durante o século XIX (SOARES 2010, p. 212, 218). O mesmo ocorria com o IHGB, que compartilhava membros e trocava correspondências com o Institut Historique de Paris, o mesmo que ofereceu os parâmetros para a sua criação (GUIMARÃES, 1988, p. 12 – 13).

Tanto entre os jovens de Buenos Aires como entre os intelectuais do imperador podem ser encontrados em abundância discursos que podem ser caracterizados como

coloniais, registrados em obras e discursos que ficaram guardados em bibliotecas e arquivos históricos:

De Alberdi, importante intelectual da geração, em seu discurso na abertura do Salão Literário Marcos Sastre, temos (ALBERDI apud BOTANA, 2005, p. 255-256)

“Todo lo que queda, y continúa desenvolviéndose, ha tenido y debido tener un desenvolvimiento fatal y necesario. Si os colocáis por un momento sobre las cimas de la historia, veréis al género humano marchando, desde los tiempos más primitivos, con una admirable solidaridad, a su desarrollo, a su perfección indefinida.”

No Brasil, segundo Prado (2001) , enquanto Varnhagen e Von Martius defendiam as virtudes da monarquia em oposição ao caos e a barbárie das recém surgidas repúblicas vizinhas, o Visconde do Uruguai afirmava que o Brasil se voltava para a Europa, mais especificamente para a Inglaterra e a França, “fontes irradiadoras da cultura, do progresso, e da civilização”.

Enquanto no campo político e intelectual se travavam disputas e esforços de consolidação dos estados e construção das narrativas nacionais, nos campos social e econômico havia diferenças importantes entre os dois países. No Brasil, embora o tráfico internacional de escravos tenha sido abolido por lei em 1831, acedendo a pressões da Grã-Bretanha, este não cessou de fato até 1850. A vista grossa das autoridades se devia ao medo de que a economia nacional se desestruturasse sem a presença do braço escravo, uma de suas colunas centrais, e à forte influência dos traficantes e senhores de escravos na corte imperial.

A posse de escravos era amplamente disseminada entre as pessoas livres, sendo que mesmo entre os pobres ou remediados era comum ter-se um ou dois escravos. A economia do país se diversificava em alguns complexos econômicos regionais, compostos pela organização produtiva de um produto principal de exportação somada ao complexo diversificado que a cercava (CARVELHO, 2012). A diversidade de funções demandada pela estrutura desses complexos fazia com que houvesse uma gama de trabalhadores livres, em geral especializados em certas técnicas ligadas a etapas do processo produtivo, como era o caso do engenho de açúcar, empreendimento agroindustrial que empregava, para além dos escravos, uma multiplicidade de trabalhadores livres (RIBEIRO, 1995; SAMARA, 2003). Assim mesmo, esses

trabalhadores livres se organizavam sob a esfera de influência do senhor, pai de todos, detentor do poder no campo e fortemente influente nas cidades.

Assim, a figura do senhor de escravos e terras, em uma economia predominantemente marcada pelo latifúndio agroexportador, era poderosa. No outro extremo do espectro social estavam os escravos, negros vindos da África ou seus descendentes, chamados de pardos ou crioulos, sujeitos ao trabalho diário nas lavouras ou nas funções domésticas, e sujeitos a castigos físicos conforme a discricção de seu senhor. Havia ainda uma grande quantidade de pretos e pardos livres, que no clima de ilegalidade do tráfico após 1831 ficaram sujeitos à insegurança de ser capturados e vendidos como escravos. A abolição se daria por uma sucessão de leis progressivas: a do ventre livre, de 1871, a dos sexagenários de 1885, e finalmente a lei áurea, de 1888, promulgadas já em meio à crise do regime monárquico (CARVALHO, 2012).

Na Argentina, a ruptura com a ordem social do sistema colonial foi mais forte que no Brasil. Informados pelos ideais liberais, os artífices da independência procederam rapidamente à supressão do sistema de castas que existia até então, baseado em critérios étnicos, e à abolição progressiva da escravidão (BEIRED, 1996; FREYRE). A economia argentina nas primeiras décadas do Séc. XIX era marcada pelas grandes estâncias de criação de gado para a produção de charque, estrutura econômica que articulava no campo a polarização entre os grandes estancieiros, equivalentes argentinos ao senhor de terras brasileiros, e os peões, pobres trabalhadores camponeses vinculados aos estancieiros, que ainda que gossem de grande liberdade se comparados aos escravos brasileiros, não deixavam de estar vinculados a um sistema socioeconômico profundamente desigual, no qual ocupavam a parte mais baixa da pirâmide.

A posição de peão de estância, definida socioeconomicamente, se confunde e sobrepõe com a identidade de gaucho, definida culturalmente²⁹ mesmo porque, como se pode extrair da narrativa de Sarmiento discutida adiante, os caracteres culturais do gaucho se constroem em grande parte pelo modo de vida dos pampas, ligado à criação

²⁹O gaucho parece ter-se definido historicamente mais em função de caracteres culturais do que raciais, embora muitas vezes fosse racialmente mestiço. Por essa razão, e seguindo a caracterização feita por Sarmiento optamos por considerar gaucho como uma identidade cultural. O termo étnico talvez proporcionasse uma alternativa para a definição desse tipo de identidade, mas a falta de consenso sobre o sentido do termo na bibliografia teórica fez com que optássemos por deixá-lo de lado. A combinação pouco clara entre critérios raciais e culturais – e por vezes socioeconômicos – de definição de identidades socialmente construídas e reafirmadas aparece como uma constante ao longo dessa pesquisa, sugerindo-se como um problema teórico-histórico importante na investigação do colonial como âmbito do poder.

de gado. Se inicialmente, no período colonial, o gaucho vivia de forma livre, trabalhando com os rebanhos selvagens, ou vacarias, espalhados pelos pampas, conforme se consolidou a ordem socioeconômica controlada pelos caudilhos, em grande parte baseada no controle da terra, este foi progressivamente tornando-se peão de estância. Muitos estancieros tornaram-se caudilhos, líderes políticos e militares na disputa pelo poder na Argentina. O mais poderoso de todos eles foi Juan Manuel de Rosas, de quem falaremos mais adiante.

Ao longo do Séc. XIX, em especial nas últimas décadas do século, após a estabilização política interna que liberou as capacidades militares da luta fratricida e o fim da guerra do Paraguai, executou-se na Argentina um genocídio maciço dos povos indígenas, através das chamadas campanhas do deserto, que visavam expandir as fronteiras em direção ao sul patagônico (MALLON, 2003). Simultaneamente, empreendia-se o projeto de repopulação via imigração europeia, expresso na clássica fórmula alberdiana “Governar é povoar”, presente em seu ensaio político-jurídico que influenciaria fortemente a constituição argentina de 1853, “Bases y puntos de partida para la organización de la República Argentina (ALBERDI).

2.2 “El Montonero de la palabra”: Dados biográficos de Domingo Faustino Sarmiento.

Domingo Faustino Sarmiento Albarracín nasceu em 1811, na cidade de San Juan, capital da província de mesmo nome, aos pés da cordilheira dos Andes, um ano após o estourar da Revolução de Maio na capital portenha. Filho pobre de uma linhagem aristocrática colonial, cresceu em meio à fragmentação, aos conflitos e incertezas das décadas que sucederam à dissolução do império espanhol na América.

Mesmo impossibilitado de obter uma educação formal devido à situação econômica precária, o jovem Sarmiento logo se lançaria às letras. Ainda com 18 anos, em 1839, funda seu primeiro periódico, El Zonda, onde escreveu artigos que lhe valeriam o desafeto dos poderosos locais. Esses desentendimentos se somam ao seu ingresso na semiclandestina “Associação da Jovem Geração Argentina”, fundada por Esteban Echeverría em 1838, como motivos que o obrigaram a buscar o exílio no Chile, já pela segunda vez, no ano de 1840 (MYERS, 2010, p. 16).

Sua aderência aos ideais da Geração de 37 - com a qual não conviveu diretamente no círculo portenho, mas à qual se juntou desde San Juan, já como

“Associação da Jovem Geração Argentina” - confirmou sua oposição aos caudilhos federalistas, cuja representação máxima será Juan Manuel de Rosas, que governou grande parte das províncias desde o centro de poder portenho de 1829 a 1832, e novamente de 1835 até 1852³⁰, com mão de ferro. Em 1831, Sarmiento se exilou no Chile pela primeira vez, junto com sua família, expulsos de San Juan pela invasão do mesmo Facundo Quiroga que fará personagem principal de sua obra aqui discutida, desenhada para fustigar o governo rosista, e na qual demonstra um domínio da palavra escrita de fazer inveja a muitos.

No Chile, pôde se valer de contatos familiares para se aproximar dos círculos da elite local. Nos anos em que aí viveu, Sarmiento desenvolveria as principais atividades que marcaram sua trajetória como homem público ao longo de toda a vida, atuando como jornalista, educador e político. É desde o Chile, sem ter ainda conhecido Buenos Aires, Europa ou América do Norte, que escreve sua obra mais consagrada, da qual trataremos aqui em detalhe: “Facundo: Civilização e Barbárie”.

É logo após publicar esse livro que Sarmiento tem a chance, graças ao seu papel político ligado à educação chilena, de viajar pela Europa e os Estados Unidos, com o objetivo de estudar os diversos sistemas educacionais do “mundo civilizado”. Ironicamente, como veremos, se decepcionará profundamente com o estado das coisas nos grandes centros europeus – Inglaterra e França -, se admirando, por outro lado, do que viu nos Estados Unidos da América - então recém-saídos da sangrenta guerra da secessão -, país que tomava como modelo de progresso e civilização pelo resto de sua vida (LUNA, 2004).

É só depois dessa viagem, e de atuar como jornalista oficial do “exército grande” - que comandado por Justo José de Urquiza venceu o regime de Juan Manuel de Rosas na Batalha de Monte Caseros em 1852 - que vai conhecer a capital portenha, palco de tantos episódios que narra no “Facundo”. Ainda assim, não ficará aí por muito tempo, se exilando novamente graças à sua oposição ao governo de Urquiza, que julga ser mais um caudilho no poder. Essa oposição lhe valeria uma encarniçada polêmica com Juan Bautista Alberdi, seu rival e paralelo em termos da importância para as ideias políticas argentinas no período.

Começa a realizar sua vocação de homem público na política argentina em 1855, na província de Buenos Aires, que se havia separado da Confederação Argentina

³⁰ Quando foi derrotado militarmente em Monte Caseros, fugindo em seguida para o exílio em Southampton, Inglaterra.

governada por Urquiza no ano anterior. Aí, sob o mitrismo³¹, ocupa seus primeiros cargos públicos, que eventualmente o levarão ao posto de governador de San Juan, representante diplomático nos EUA e finalmente presidente da República já unificada³², de 1868 a 1874.

Como político, lutaria para por em prática o ideal que sempre defendeu em seus textos: o progresso da República Argentina para se tornar uma moderna nação, ao lado dos EUA, e das potências europeias. Para isso, defendia que o caminho passava pela consolidação das instituições republicanas, educação popular de qualidade, imigração europeia e distribuição de terras, pela fórmula das colônias de povoamento agrícola, aproveitando as terras tomadas aos “selvagens” nativos, desenvolvimento das telecomunicações, com o telégrafo, e transportes, com a navegação fluvial e a instalação de ferrovias.

Sarmiento se envolveria em controvérsias políticas através de periódicos até os seus últimos anos, defendendo a educação popular e lutando contra o sistema oligárquico que se consolida sob o domínio político de Julio Roca, apoiado no chamado modelo agroexportador, baseado no grande latifúndio e voltado para o fornecimento de carnes para o mercado mundial. Ironicamente, mais uma vez, se decepcionará com a maciça imigração europeia dos anos 1880, que ajudara a promover, e que se apresenta aos seus olhos como uma massa de camponeses e pobres das cidades, que além de tudo não se integram à nação argentina, mantendo-se arraigados em suas identidades, línguas e costumes europeus. (LUNA, 2004, 137 – 145). Morre em 1888, em Assunção, no Paraguai, para onde se havia transferido por recomendação médica.

Sua obra é reconhecida como central no pensamento argentino do século XIX, tendo tido repercussão em todo o continente, como confirmam Maria Lígia Prado e Heloísa Pellegrino Soares (2014, p. 92) e Myers (2010), que afirma ser o *Facundo* o primeiro livro de história a conceber-se como história da nação argentina.

2.3 Facundo: Civilização e Barbárie

“*Facundo: Civilização e Barbárie*”, a obra mais difundida de Domingo Faustino Sarmiento, foi por ele escrita durante seu segundo exílio no Chile, sendo publicado pela

³¹ Corrente política dirigida por Bartolomé Mitre

³² Como já foi dito anteriormente, o marco mais aceito para a unificação final da República Argentina é a Batalha de Pavón, em 1861.

primeira vez em 1845. Tem claramente a função de panfleto político, buscando atacar o regime de Juan Manuel de Rosas, que desde Buenos Aires expandia sua influência pelo antigo vice-reino do Rio da Prata, perseguindo seus opositores com brutalidade. Com esse objetivo, Sarmiento constrói o seu enredo em torno da biografia de outro personagem da política argentina pós-independência, Facundo Quiroga, caudilho montonero³³ que teve importante papel nos eventos que levaram à ascensão do regime rosista. No entanto, mais do que uma biografia de Facundo, Sarmiento elabora uma narrativa nacional argentina, costurando os recentes eventos políticos e militares da região a partir de um esquema interpretativo bem definido, baseado na contraposição entre civilização e barbárie, na luta pela consolidação do estado argentino.

Assim, a obra está repleta de dicotomias: Civilização X Barbárie; Letrado X Gaucho; Cidade X Pampa; Fraque X Chiripá³⁴; Montonera X Exército; Europeus X Indígenas/Africanos/Asiáticos; Inglaterra/França X Espanha; Buenos Aires X Córdoba; Unitários X Federais; Celeste X Colorado³⁵; General Paz X Facundo Quiroga. Em cada um desses pares, a primeira posição é sempre considerada como naturalmente superior à segunda, denotando maior nível de progresso, de modo que é considerada mais desejável ao desenvolvimento que se espera da nação argentina. Segundo esse esquema, o cenário das disputas pós-independência no vice-reinado é caracterizado fundamentalmente como a luta entre essas duas forças opostas, a da civilização e a da barbárie, pelo domínio da nação argentina que se forma. O regime de Rosas é identificado como a expressão mais bem acabada do domínio da barbárie, e deve ser destruído para dar lugar à civilização. Esta meta política perpassa toda a narrativa.

³³ Montonera foi o nome que se deu às formações militares irregulares que se organizaram por toda a América Espanhola durante as guerras de independência, e nos conflitos que se seguiram. Marcadas pela falta da disciplina e organização formal dos modernos exércitos nacionais, geralmente eram comandadas pelos chamados caudilhos, poderosos locais que disputavam pelo vácuo de poder deixado pela ruptura do pacto colonial. Sarmiento as identificará com a barbárie, contraposta à civilização dos exércitos disciplinados. Se aceitarmos sua dicotomia e Facundo como arquétipo do caudilho montonero, teremos no extremo oposto líderes como o general San Martín, ou ainda José Maria Paz, que ocupa essa posição em na trama do “Facundo.”

³⁴ O chiripá é uma peça típica da indumentária gaucha tradicional, herdada dos indígenas que habitavam a região dos pampas desde antes da chegada dos europeus. Consiste de uma espécie de saia utilizada por cima da calça. Seu uso foi praticamente extinto, substituído pelo da bombacha em fins do século XIX.

³⁵ O celeste era a cor das forças unitárias comandadas pelo General Paz, enquanto o colorado era a cor da cinta que levavam as forças de Rosas, que uma vez no poder obrigaria todos os Bonairenses a ostentar em suas vestes e nos edifícios, segundo nos diz Sarmiento. Ele discorre longamente sobre como o vermelho é uma cor naturalmente associada à barbárie, utilizando-se de argumentos fortemente questionáveis, para dizer o mínimo.

Tendo em vista isso tudo, é muito interessante acompanhar a espécie de relato etnográfico do gaucho com o qual se inicia o livro. Logo após se declarar unitário e realizar certos apontamentos geográficos, o autor procura apresentar o “caráter geral” do gaucho argentino, dentro do quadro mais amplo da república argentina, que considera “una e indivisível”. Descrevendo alguns tipos sociais comuns na pampa, o autor parece se deixar seduzir pelo encanto romântico desses homens rústicos, como o baqueano, o rastreador e o cantor. O povo argentino é “poeta por natureza”, diz ele. No entanto, o leitor não precisa estar muito atento para não se deixar enganar, pois aqui estão expostas de forma clara e contundente as dicotomias que apresentamos acima. Assim, a literatura americana deve ser aquela que relata a luta entre civilização e barbárie que se desenrola no continente (SARMIENTO, 1999, p. 38):

“Si un destello de literatura nacional puede brillar momentáneamente en las nuevas sociedades americanas, es el que resultará de la descripción de las grandiosas escenas naturales, y, sobre todo, de la lucha entre la civilización europea y la barbarie indígena, entre la inteligencia y la materia: lucha imponente en América, y que da lugar a escenas tan peculiares, tan características y tan fuera del círculo de ideas en que se ha educado el espíritu europeo, porque los resortes dramáticos se vuelven desconocidos fuera del país donde se toman, los usos sorprendentes, y originales los caracteres.”

O desejável é que se desenvolva a civilização, a saber, europeia. Tudo aquilo que não se enquadra em seus parâmetros não passa de matéria-prima interessante para a literatura (Idem, p. 30):

“Si de las condiciones de la vida pastoril, tal como la ha constituido la colonización y la incuria, nacen graves dificultades para una organización política cualquiera y muchas más para el triunfo de la civilización europea, de sus instituciones, y de la riqueza y libertad, que son sus consecuencias, no puede, por otra parte, negarse que esta situación tiene su costado poético, y facies dignas de la pluma del romancista.”

A cidade e o homem que nela habita são símbolos desta civilização³⁶, em contraposição à campanha que a circunda, marcada pela barbárie (Idem, p. 30):

“El hombre de la ciudad viste el traje europeo, vive de la vida civilizada, tal como la conocemos en todas partes: allí están las leyes, las ideas de progreso, los medios de instrucción, alguna organización municipal, el gobierno regular, etc. Saliendo del recinto de la ciudad, todo cambia de aspecto: el hombre de campo lleva otro traje, que llamaré americano, por ser común a todos los pueblos; sus hábitos de vida son diversos; sus necesidades, peculiares y limitadas; parecen dos sociedades distintas, dos pueblos extraños uno de otro.”

O homem da campanha, o gaúcho, é assim descrito (Idem, p. 36):

“La vida del campo, pues, ha desenvuelto en el gaúcho las facultades físicas, sin ninguna de las de la inteligencia. Su carácter moral se resiente de su hábito de triunfar de los obstáculos y del poder de la naturaleza: es fuerte, altivo, enérgico. Sin ninguna instrucción, sin necesitarla tampoco, sin medios de subsistencia, como sin necesidades, es feliz en medio de la pobreza y de sus privaciones, que no son tales para el que nunca conoció mayores goces, ni extendió más altos sus deseos. De manera que si esta disolución de la sociedad radica hondamente la barbarie, por la imposibilidad y la inutilidad de la educación moral e intelectual, no deja, por otra parte, de tener sus atractivos. El gaúcho no trabaja; el alimento y el vestido lo encuentra preparado en su casa; uno y otro se lo proporcionan sus ganados, si es propietario; la casa del patrón o pariente, si nada posee. Las atenciones que el ganado exige se reducen a correrías y partidas de placer.”

O isolamento dos povoados argentinos contribui para o fraco desenvolvimento da civilização entre seus habitantes, que desdenham os símbolos das cidades e do progresso (Idem, p. 30):

“Aún hay más: el hombre de la campaña, lejos de aspirar a semejarse al de la ciudad, rechaza con desdén su lujo y sus modales cortesés, y el vestido del

³⁶ Buenos Aires, mais que qualquer outra cidade, representa esse ideal. Curiosamente, o autor não se perturbou com o fato de que nunca tinha conhecido a capital portenha, assumindo de forma convicta o grau comparativamente alto de civilização inerente à antiga capital do vice-reinado, palco da revolução de maio.

ciudadano, el frac, la capa, la silla, ningún signo europeo puede presentarse impunemente en la campaña. Todo lo que hay de civilizado en la ciudad está bloqueado allí, proscrito afuera, y el que osara mostrarse con levita, por ejemplo, y montado en silla inglesa, atraería sobre sí las burlas y las agresiones brutales de los campesinos.”

Ao lado do gaúcho, como representante da barbárie que atravanca o progresso da civilização nessas terras, está o indígena, caracterizado como preguiçoso (Idem, p. 28):

“Por lo demás, de la fusión de estas tres familias ha resultado un todo homogéneo, que se distingue por su amor a la ociosidad e incapacidad industrial, cuando la educación y las exigencias de una posición social no vienen a ponerle espuela y sacarla de su paso habitual. Mucho debe haber contribuido a producir este resultado desgraciado la incorporación de indígenas que hizo la colonización. Las razas americanas viven en la ociosidad, y se muestran incapaces, aun por medio de la compulsión, para dedicarse a un trabajo duro y seguido.

De fato, o indígena, chamado de selvagem, ou ainda “bárbaro indômito”, não pertence à nação argentina para Sarmiento. Algumas vezes ao longo do texto trata das expedições ao sul, defendendo campanhas militares contra os nativos, de modo a expandir a fronteira da nação, que separa argentinos de indígenas. De fato, mais tarde em sua vida, defenderá a colonização agrícola com imigrantes europeus utilizando as terras tomadas a esses povos, contra a divisão em grandes latifúndios que se estabelecia sob a administração de Júlio Roca (LUNA, 2004). Ficam claros aí os limites de seu projeto de democratização do acesso a terra, na lógica de combate ao latifúndio agroexportador, que nega categoricamente o direito dos habitantes originais à mesma terra de seus antepassados.

Os povos dos pampas são constantemente comparados aos árabes e asiáticos ao longo de todo o texto, evidenciando a forma como Sarmiento se apropria do tipo de construção feita pelo orientalismo europeu que Said descreve, adaptando-o para o contexto americano segundo os interesses de sua narrativa. Uma vez que nunca tinha saído da América quando escreveu o livro, esse tipo de comparação só pode derivar de

leituras que realizou de obras europeias, ou de produções do romantismo argentino influenciadas pelas narrativas orientalistas.

Assim (Idem, p. 64),

“La fuerza que sostenía a Artigas, en Entre Ríos, era la misma que, en Santa Fe, a López; en Santiago, a Ibarra; en los Llanos, a Facundo. El individualismo constituía su esencia, el caballo, su arma exclusiva, la pampa inmensa, su teatro. Las hordas beduinas que hoy importunan con su algarazara y depredaciones las fronteras de la Argelia dan una idea exacta de la montonera argentina, de que se han servido hombres sagaces o malvados insignes. La misma lucha de civilización y barbarie de la ciudad y el desierto existe hoy en África; los mismos personajes, el mismo espíritu, la misma estrategia indisciplinada, entre la horda y la montonera.

Criado no ambiente rústico da campanha, em pequenos povoados isolados que não favorecem o “florescimento da civilização”, o gaúcho ama a liberdade e a independência, vivendo uma vida coletiva que tem como seus principais elementos o cavalo e a faca³⁷. A vida social do gaúcho é assim marcada pela aventura e a violência, sendo que é dentre os mais destemidos nesse campo que se destacam aqueles que galgam posições de poder no pampa, primeiro como comandantes de campanha e mais tarde como caudilhos. O próprio Rosas teria trilhado esse mesmo caminho.

As guerras que assolam o país, nada mais são então, do que o conflito irreconciliável entre duas sociedades distintas, das quais uma deve necessariamente morrer para ser absorvida pela outra (Idem, p. 60):

“Había, antes de 1810, en la República Argentina, dos sociedades distintas, rivales e incompatibles, dos civilizaciones diversas: la una, española, europea, culta, y la otra, bárbara, americana, casi indígena; y la revolución de las ciudades sólo iba a servir de causa, de móvil, para que estas dos maneras distintas de ser de un pueblo se pusiesen en presencia una de otra, se acometiesen y, después de largos años de lucha, la una absorbiese a la otra.”

³⁷ Mais de uma vez no livro se menciona a relação de intimidade entre o gaúcho e a faca, ou cuchillo, em castelhano. É interessante notar o paralelo entre esse ponto e a crítica que Fanon faz das teorias coloniais sobre o caráter naturalmente violento dos árabes, que também apela para esse tipo de suposta predileção pela faca como arma.

A partir daí, a narrativa se direciona para a descrição histórica dos eventos envolvendo a ascensão de Facundo e seu envolvimento nas guerras entre federalistas e unitários nas décadas que sucederam à independência. Facundo é descrito como “Gaucha Malo”, o tipo de criminoso do pampa que nas condições certas alcança o poder como comandante de campanha, e mais adiante se torna poderoso caudilho. “Facundo es un tipo de la barbarie primitiva”. Facundo é um daqueles homens ainda muito próximos do “estado de natureza”, em contraposição ao “estado civilizado”: “Es el hombre de la Naturaleza que no ha aprendido aún a contener o a disfrazar sus pasiones, que las muestra en toda su energía, entregándose a toda su impetuosidad. Éste es el carácter original del género «humano»”

Facundo é apresentado como uma espécie de arquétipo do líder federal, associado ao “projeto bárbaro”, se assim se pode colocar, em contraposição ao “projeto civilizador” dos unitários, ou seja, pertencente ao lado inferior dos pares dicotômicos em disputa, expostos acima. Sarmiento se utiliza da figura de Facundo para construir esse arquétipo, que será pontualmente comparado com Rosas ao longo do texto. Rosas seria, portanto, outro desses líderes bárbaros, somente com uma capacidade maior de combinar a racionalidade culta aos seus métodos bárbaros de administração e governo (Idem, p. 65):

“La montonera, tal como apareció en los primeros días de la República bajo las órdenes de Artigas, presentó ya ese carácter de ferocidad brutal y ese espíritu terrorista que al inmortal bandido, al estanciero de Buenos Aires, estaba reservado convertir en un sistema de legislación aplicado a la sociedad culta, y presentarlo, en nombre de la América avergonzada, a la contemplación de la Europa. Rosas no ha inventado nada; su talento ha consistido sólo en plagiar a sus antecesores y hacer de los instintos brutales de las masas ignorantes un sistema meditado y coordinado fríamente.”

A descrição dos episódios políticos e militares da ascensão de Facundo traça o panorama histórico do período, narrando as disputas entre federalistas e unitários, estes últimos representados arquetipicamente pela figura de liderança do General José Maria Paz, que travou uma série de batalhas contra Quiroga. Assim, temos nas tropas de Paz, general da independência, exércitos disciplinados e uniformizados à europeia, trajando o celeste, que enfrentam as tropas montoneras de Quiroga, que de Chiripá e colorado

representam a barbárie. Na arte da guerra também se verifica a superioridade europeia (p. 143): “Es el espíritu guerrero de la Europa, hasta en el arma que ha servido: es artillero, y, por tanto, matemático, científico, calculador. Una batalla es un problema que resolverá por ecuaciones, hasta daros la incógnita, que es la victoria.”

Por vezes essa descrição se volta para episódios que não envolvem diretamente a Facundo, em especial os ocorridos na capital Buenos Aires, envolvendo a progressiva ascensão de Rosas ao poder. A progressão da narrativa relata uma nação que mergulha cada vez mais na barbárie, com o desaparecimento das formas civis de governo, das escolas, dos letrados, e de tudo o mais que está associado à civilização, ao mesmo tempo em que se adotam práticas administrativas que só podem estar associadas à barbárie.

Assim, longas descrições são dedicadas às “estripulias” e atos de violência quase infantil praticadas por Facundo quando da tomada de cidades, ao seu gosto pelo jogo e à maneira desleal pela qual utilizava o poder militar para beneficiar-se nos negócios de carne. Ao longo do texto³⁸ o holofote passará de Facundo a Rosas, que governa o país com uma lógica de terror, administrando a nação como se fosse uma estância, e os cidadãos como gado. As práticas da Mazorca, polícia política de Rosas, são correlacionadas a práticas do medievo europeu. Rosas é descrito como um brilhante administrador de estâncias, renomado pela disciplina que sabia impor aos funcionários e ao gado e que aplica com sucesso ao governo da república. Vale a pena transcrever as palavras do original a esse respeito (Idem, p. 223):

“¿Dónde, pues, ha estudiado este hombre el plan de innovaciones que introduce en su gobierno, en desprecio del sentido común, de la tradición, de la conciencia y de la práctica inmemorial de los pueblos civilizados? Dios me perdone si me equivoco, pero esta idea me domina hace tiempo: en la Estancia de ganados en que ha pasado toda su vida, y en la Inquisición, en cuya tradición ha sido educado. Las fiestas de las parroquias son una imitación de la hierra del ganado, a que acuden todos los vecinos; la cinta colorada que clava a cada hombre, mujer o niño, es la marca con que el propietario reconoce su ganado; el degüello, a cuchillo, erigido en medio de ejecución pública, viene de la costumbre de degollar las reses que tiene todo hombre en la campaña; la prisión sucesiva de centenares de ciudadanos, sin motivo

³⁸ Especialmente após a morte de Quiroga em uma emboscada, interpretada como parte de um esquema armado por Rosas para dar fim a seu maior adversário político.

conocido y por años enteros, es el rodeo con que se dociliza el ganado, encerrándolo diariamente en el corral; los azotes por las calles, la Mazorca, las matanzas ordenadas son otros tantos medios de domar a la ciudad, dejarla al fin, como el ganado más manso y ordenado que se conoce.”

A Buenos Aires revolucionária é descrita como uma “continuação da Europa” cidade de elegância e ideias europeias, afortunada por seu contato marítimo com os grandes centros de civilização, por onde chegavam livros e indivíduos do velho continente, o que teria garantido uma europeização e desespanholização rápida nos anos que se seguiram à independência. É interessante que a própria Espanha aqui é tratada como não identificada com a civilização, atrasada, não-europeia nesse sentido. É sobre essa Buenos Aires, de homens e ideais elevados, que se abate o terror de Rosas, que impede o progresso e submete todos à fria violência de seus objetivos mesquinhos. O fechamento dos rios é associado ao pavor que tem o gaucho da água, que mesmo assim atravessa nadando sobre seu cavalo, ao invés de utilizar-se de navios. No entanto não é ingênuo o narrador ao identificar o fechamento das vias marítimas aos interesses comerciais de Rosas, que lucrava com o controle de todo o comércio exterior argentino, uma vez afunilado pela aduana de Buenos Aires.

Aqui temos ainda o momento em que o autor expõe algumas de suas opiniões sobre os negros, que em bom número na capital, aparecem como parte da base de poder de Rosas. Seriam eles, ao mesmo tempo, uma raça feroz e guerreira e, naturalmente dóceis e fiéis aos seus amos (Idem, p. 232 – 233) :

“Los africanos son conocidos por todos los viajeros como una raza guerrera, llena de imaginación y de fuego, y aunque feroces cuando están excitados, dóciles, fieles y adictos al amo o al que los ocupa. Los europeos que penetran en el interior del África toman negros a su servicio, que los defienden de los otros negros, y se exponen por ellos a los mayores peligros.”

Relata, além disso, as pretensões expansionistas de Rosas no Rio da Prata, que de fato mais adiante lhe garantiriam a oposição do Império Brasileiro, peça importante na aliança que derruba seu governo em Monte Caseros. A esse respeito, se admira Sarmiento da indiferença que caracteriza as potências europeias diante do crescimento de uma força que ameaça de tal forma a civilização. Nesse sentido, acaba por defender o

intervencionismo europeu na região, posição que lhe coloca frontalmente contra posições como a do General San Martín. Este último, desde seu retiro no interior francês envia a espada com que combatera nas guerras de independência a Rosas, congratulando-o por sua defesa do porto de Buenos Aires contra a ingerência dos europeus no bloqueio anglo-francês do Rio da Prata que durou de 1845 a 1850. Sarmiento se encontrará com San Martín em sua viagem à França pouco tempo depois de publicado o *Facundo* (LUNA, 2004).

Próximo ao fim do livro, o autor apresenta a “juventude argentina”, com a qual se identifica, ligada ao Salão Literário de Buenos Aires e mais tarde à Associação da Jovem Geração Argentina. A reunião dos jovens intelectuais no Salão Literário teve, a seu ver, o principal efeito de criar as condições de formação de um posterior movimento de oposição a Rosas (Idem, p. 242):

“Del seno del Salón Literario se desprendió un grupo de cabezas inteligentes, que, asociándose secretamente, proponíase formar un carbonarismo que debía echar en toda la República las bases de una reacción civilizada contra el Gobierno bárbaro que había triunfado.”

Essa juventude se teria formado nas instituições de ensino estabelecidas no governo Rivadavia, educando-se no contato com as obras políticas e literárias europeias e especialmente francesas (Idem, p. 241):

“El romanticismo, el eclecticismo, el socialismo, todos aquellos diversos sistemas de ideas tenían acalorados adeptos, y el estudio de las teorías sociales se hacía a la sombra del despotismo más hostil a todo desenvolvimiento de ideas.”

Perseguidos, muitos deles emigram para a outra margem do Rio da Prata, indo exilar-se em Montevideú, devido às perseguições da administração rosista. Neste ponto, defende a aliança desses jovens com a França, contra o governo de Rosas, colocando-se como pertencente ao mesmo grupo, e portanto corresponsável pela ação. Segue fazendo apologias à França e à Inglaterra, que considera irmãs da juventude argentina. Demonstra uma certa ingenuidade nesse ponto, ao perguntar-se porque Inglaterra e França não derrubam o tirano, fazendo triunfar a civilização europeia às margens do

Prata. Contemporiza, por outro lado, assumindo como um benefício a unificação nacional promovida por Rosas .

Termina propondo uma espécie de programa de governo, que inclui navegação pluvial, imigração europeia, incentivo à indústria, correios, fortes nas fronteiras, nacionalização do porto de Buenos Aires, educação pública, imprensa e produção de livros, intelectuais assistindo ao governo, representação política e direitos civis, justiça pública, elevação da religião, respeito à diferença de opinião e conciliação nas relações exteriores. Defende, além disso, o estabelecimento de uma constituição, e a garantia da vida e da propriedade aos cidadãos argentinos, considerados bases da estabilidade política e social.

A imigração europeia, que defende que se faça de forma maciça, aparece como aspecto central, supervalorizado no bem que trará à república (Idem, p. 263):

“Pero el elemento principal de orden y moralización que la República Argentina cuenta hoy es la inmigración europea, que de suyo, y en despecho de la falta de seguridad que le ofrece, se agolpa, de día en día, en el Plata, y si hubiera un Gobierno capaz de dirigir su movimiento, bastaría, por sí sola, a sanar en diez años, no más, todas las heridas que han hecho a la patria los bandidos, desde Facundo hasta Rosas, que la han dominado.”

Suas últimas palavras são uma espécie de ode ao General Paz. Conclui assim sua bem construída linha de raciocínio passando da crítica aos bárbaros atrasados que governam a Argentina, personificados em Rosas, ao elogio dos homens “civilizados” e seu programa de governo: o General Paz, herói das lutas de independência e inimigo de Facundo, a juventude da nova geração antirrosista e seus ideais “civilizados”, interpretados por Sarmiento segundo sua própria visão de um programa desejável de governo, marcado principalmente pelo governo constitucional, integração nacional e educação pública, coroadado pelo projeto de incentivo a imigração europeia maciça.

2.4 O “Pai da historiografia Brasileira”: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro.

Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu em 1816, na freguesia de São João de Ipanema, próximo a Sorocaba, na então província de São Paulo, filho de um engenheiro alemão contratado para dirigir uma fundição instalada nessa localidade, com uma portuguesa de origem nobre. Mudou-se com os pais para Portugal aos oito anos de idade. Aí, alistou-se nas forças de Dom Pedro I, que disputava o trono com Dom Miguel na guerra civil portuguesa que durou de 1828 a 1834. Estudou no Real Colégio Militar da Luz em Lisboa, ingressando na Academia de Fortificações. Em Lisboa teve a oportunidade de estudar uma variedade de assuntos. Terminados os estudos, no começo da década de 1840 veio ao Brasil pleitear a nacionalidade deste país, que uma vez garantida permitiu-lhe ingressar como oficial no exército e na carreira diplomática, esta última que o levou a viver em diversos países – Paraguai, Peru, Chile, Venezuela, Portugal, Espanha e Áustria -, nos quais teve acesso a uma grande quantidade de documentos úteis às suas pesquisas, viajando ainda a Itália, Holanda e Escandinávia em busca de documentos (MAGALHÃES, 1928). Nota-se aqui, o fato de que Varnhagen viveu a maior parte de sua vida no exterior, ainda que a serviço do Estado brasileiro, vivendo poucos anos de sua vida adulta no Rio de Janeiro. Faltam-lhe grandes realizações no exercício de suas funções diplomáticas.³⁹

Varnhagen publicou seus primeiros trabalhos de pesquisa histórica ainda durante os estudos em Portugal, quando colaborava com o periódico Panorama (Idem). Realizou, além das pesquisas em arquivos de diversos países, numerosas excursões pelo território brasileiro, explorando locais históricos em diferentes pontos do país. No Brasil, tornou-se sócio do IHGB, afiliando-se à instituição no ano de 1840, e contribuindo ativamente para sua revista com ensaios e cópias de documentos coletados em suas pesquisas de arquivo. Chegou a ser primeiro secretário da instituição, e frequentou suas reuniões durante os períodos em que viveu no Rio de Janeiro.

Fez história política e literária, escavando antigos documentos, relatos e obras literárias nos diversos países em que esteve. Arriscou-se também na área da etnografia, com notável interesse pelas línguas nativas do continente, em especial o tupi. Também se aventurou na literatura, sendo, no entanto, pouco elogiado por suas capacidades

³⁹ Sobre o Varnhagen diplomata ver: A Missão Varnhagen nas repúblicas do Pacífico 1863 – 1867. Centro de História e Documentação diplomática. Rio de Janeiro, CHDD; Brasília, FUNAG, 2005.

estilísticas (Ibidem). Vale observar também que se envolveu em diversas polêmicas com outros intelectuais ao longo de sua vida, notadamente a já mencionada com o general Abreu e Lima, em torno do “Compêndio da História do Brasil” publicado pelo último, e outra com João Francisco Lisboa, que discordava de suas posições sobre os indígenas, expressas na “História Geral do Brasil”.

A lista dos trabalhos por ele produzidos é extensa, e não cabe ser reproduzida aqui, estando entre os mais importantes a “História das lutas com os holandeses no Brasil”, a “História da independência do Brasil” e aquele do qual trataremos aqui em detalhe, a “História Geral do Brasil”, publicada em dois volumes, o primeiro em 1854, e o segundo em 1857. É interessante também observar que em seus escritos políticos, além de defender a mudança da capital imperial para o planalto de Formosa, próximo ao atual Distrito Federal, debateu a imigração europeia, a distribuição de terras, e a educação pública, temas que o aproximam dos interesses de Sarmiento discutidos acima (Ibidem). Ocupou-se ainda de temas ligados à agricultura, chegando a falar da produção da seda no território nacional, outro assunto que interessou à Sarmiento, com relação a seu próprio país.

De origem aristocrática, foi nomeado Barão de Porto Seguro, título mais tarde elevado ao de Visconde. Recebeu do Imperador Dom Pedro II a Comenda da Ordem do Cruzeiro, foi armado cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo, e recebeu ainda outras condecorações de alguns Estados europeus. Varnhagen morreu e foi sepultado em Santiago do Chile, sendo seus restos mortais trasladados mais tarde, no centenário de seu falecimento, para a cidade de Sorocaba, onde foi erguido um monumento em sua homenagem.

O que mais nos interessa aqui com relação à história de Varnhagen, entretanto, é a forma como sua figura foi elevada à condição de mito nacional, em especial pela atuação própria instituição à qual pertenceu como sócio historiador, o IHGB. Tendo como um de seus principais objetivos a elaboração de grandes narrativas da nação brasileira, o IHGB operava, entre outras coisas, forjando figuras míticas, heróis da nação, personagens resgatados das brumas do passado para se tornar símbolos da coletividade que se procurava afirmar sob os auspícios do governo imperial. Ao mesmo tempo, procuravam fazer o mesmo com os próprios membros do instituto, mais enfaticamente após suas mortes, de modo a afirmar a posição da instituição e seu poder em meio à sociedade.

Renilson Rosa Ribeiro (2009), no primeiro capítulo de sua tese de doutoramento, faz uma espécie de genealogia da construção da figura de Varnhagen como “historiador-monumento”, do Brasil, ou ainda “Pai da Historiografia Brasileira” após a sua morte. Demonstra, referindo-se a diversas biografias, artigos, conferências e celebrações, como veio sendo construída essa imagem, pela pena de literatos e historiadores como Capistrano de Abreu, Joaquim Manuel de Macedo, Clado Ribeiro de Lessa, Pedro Lessa, Oliveira Lima, Hélio Vianna, José Honório Rodrigues, Américo Jacobina Lacombe, Rodolfo Garcia entre outros.

Em suas palavras (Idem, p. 99), através dos escritos desses intelectuais e das celebrações realizadas em homenagem à Varnhagen, em geral promovidas pelo IHGB,

“Ao longo do primeiro centenário de sua morte, Varnhagen e o conjunto de sua obra foram transformados em historiador-obra-monumento da nação e do IHGB, servindo como símbolos para a celebração da nacionalidade brasileira e da memória da casa da memória nacional.”

Ribeiro aborda esse processo utilizando-se de uma ótica desconstrucionista, que procura romper com a essencialização de Varnhagen e sua obra como símbolos e cânones da historiografia nacional. Remetendo-se a Foucault e seus conceitos de vontade de verdade e relações entre saber e poder na escrita da história, o autor procura desvendar os interesses por trás da construção desse mito da nação, encontrando-os na busca do IHGB em se afirmar como *locus* fundador da historiografia nacional, em meio à disputa com os novos espaços de produção historiográfica que nasciam ao longo do Século XX, em especial nas universidades.

Tendo em vista isso, podemos perceber que ao mesmo tempo em que constrói uma narrativa da nação, Varnhagen é transformado por parte da historiografia posterior em figura símbolo da narrativa nacional brasileira, na posição de pai fundador da história nacional. Nesse quadro, sua História Geral do Brasil é canonizada como obra de leitura obrigatória para os estudiosos da área.

Tudo isso indica a utilidade desta obra para os objetivos aqui propostos, de um lado como expressão de parte do pensamento da época com relação aos temas abordados – que evidentemente não se resume ao pensamento deste autor, sendo caracterizado pela multiplicidade de opiniões, pelo dissenso e pela controvérsia -, de

outro como obra intelectual de forte impacto sobre as gerações posteriores de intelectuais e historiadores brasileiros.

2.5 A História Geral do Brasil

A “História Geral do Brasil”, de Varnhagen, foi publicada em dois volumes, o primeiro em 1854 e o segundo em 1857. Grande produto de suas amplas pesquisas, podendo ser considerada sua obra-prima, se divide em cinco tomos, em que compõe uma “história da nação brasileira”. Esta se inicia com as explorações portuguesas da costa atlântica do que viria a se tornar o Brasil, seguindo com os esforços de colonização até culminar no processo de independência.

A ideia de nacionalidade brasileira, desse modo, é projetada para o passado, no que se convencionou chamar de período colonial. Assim, a fundação da nação brasileira se encontra não no grito de independência de Dom Pedro I, mas na chegada da caravela de Cabral. Nesse quadro, os fundadores da nação eleitos por Varnhagen são os primeiros exploradores e colonizadores portugueses que chegaram às praias e sertões do que mais tarde viria a se tornar o território do Brasil. Percebe-se aqui um enfoque na continuidade, ao invés da ruptura. A formação da nação brasileira se daria como uma continuidade natural do processo de colonização portuguesa, que já continha em si as sementes dessa nacionalidade.

A narrativa segue como um tipo de história político-administrativa da colonização, baseada centralmente nos documentos oficiais, como pronunciamentos reais e cartas trocadas entre autoridades, recorrendo por vezes a obras da historiografia e explorações geográficas realizadas pelo próprio autor. Os grandes protagonistas são os chefes colonizadores e membros da fidalguia, agraciados pelo rei com capitânicas hereditárias ou cargos administrativos e militares, como o de governador-geral, capitão-mor, provedor-mor, mestre de campo, entre outros. Fica evidente a predileção do autor pela nobreza como grande representante da identidade nacional, e sua defesa dos valores da aristocracia chega a ser explícita em algumas partes. Assim, temos entre seus heróis figuras como Pedro Álvares Cabral, Martim Afonso de Sousa, o Conde de Bobadela e o Marquês de Pombal. Por vezes tece longos elogios às virtudes destes homens, chegando a recomendar que se construam monumentos e estátuas para homenageá-los.

Os pontos altos da narrativa são os contratemplos e batalhas travadas pelas forças portuguesas contra os indígenas que se lhes opõe, e contra o que denomina “os invasores estrangeiros”, a saber, os franceses e holandeses que disputaram com os portugueses os territórios a norte e nordeste do que viria a se tornar o Brasil, nos primeiros dois séculos, e mais adiante “o castelhano” que disputava as fronteiras ao sul, nos territórios que vão do Rio da Prata à ilha de Santa Catarina, cobrindo também a região das missões.

Identificando a grande representação histórica da nação nos líderes colonizadores e na aristocracia colonial, valorizados por seus “atos heroicos” no povoamento e na defesa dos territórios adquiridos, esta identidade encontra sua alteridade externa nos holandeses e franceses, o grande “outro” estrangeiro. Assim, as tropas portuguesas são comumente tratadas por “nós”, ou “os nossos” enquanto as destas nacionalidades são tratadas por “o inimigo”, “o invasor”, “os contrários”, etc.

Internamente, o grande “outro” parece se localizar nos negros, que Varnhagen lamenta repetidamente terem sido desnecessariamente trazidos para o Brasil, quando se poderia ter resolvido o problema da mão de obra recorrendo à escravização dos indígenas. Estes por sua vez são tratados quase como animais, à disposição para serem utilizados pelos portugueses, seja como mão de obra, seja como tropas auxiliares, papel que eles ocupam em grande parte da história, sendo nesses momentos tratados por “nossos índios” contra os “índios do inimigo.” Os indígenas também podem ser entendidos como uma espécie de “outro” interno, embora não seja alvo da mesma virulência dirigida aos negros. São, antes, infantilizados, num argumento que sustenta que se beneficiaram profundamente da colonização portuguesa, veículo da fé verdadeira e da civilização. Também são atacados os jesuítas, por se imiscuírem nos negócios temporais, acumulando privilégios e posses, além de obstaculizar a escravização dos indígenas, o que, segundo a visão do autor, concorria para a miséria dos povos.

É verdade que Varnhagen não deixa de se referir com respeito a alguns líderes negros e indígenas que participaram de forma importante nas lutas contra o “invasor estrangeiro”, em especial o chefe indígena Dom Antonio Luis Filipe Camarão, que recebeu da coroa o título de comendador, e Henrique Dias, chefe de uma tropa de negros, a qual depois de sua morte passou a ser chamada de “terço dos Henriques”. Mesmo assim, o leitor não se deixa enganar, encontrando mais adiante a distinção feita

entre estes e seus homens e os demais, de origem portuguesa, estes sim, considerados por ele como brasileiros:

“Segundo as denúncias que lhes deu Antônio de Oliveira, essas forças consistiam: em quatrocentos índios do Camarão, trezentos rodelas (do Rio de São Francisco), cinquenta pretos de Henrique Dias, e um número considerável de brasileiros mandados por um irmão de Antônio Cavalcanti.”

Logo no início do primeiro tomo, se expõe a fé do autor no que Dussel chama de mito da modernidade (VARNHAGEN, TOMO 1, p. 19):

“Mas ânimo! que tudo doma a indústria humana! Cumpre à civilização aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o mau. Tempos houve em que nalgumas terras, hoje cultivadas ou povoadas de cidades na Europa o feroz urso se fazia temer... E o lobo carniceiro surpreende e devora ainda a ovelha descuidada pelo rafeiro do pastor; e a peçonhenta víbora, e os lacraus e as tarântulas, e as nojentas osgas e salamandras, ainda não se extirparam dos mais belos jardins das penínsulas pelas águas do mediterrâneo.”

A marcha da civilização humana vem domando a natureza selvagem, impondo a ela os imperativos da razão e da fé cristã. Na história do Brasil, os agentes desse processo são os colonizadores portugueses. Toda uma seção do primeiro tomo é dedicada aos índios do Brasil, onde ficam claras as implicações deste tipo de pensamento nas questões humanas. Os indígenas que ocupavam o Brasil são apresentados como estando muito próximos ao “estado de natureza”, localizados culturalmente no passado em relação aos portugueses. Esses grupamentos humanos, predominantemente tupis, diz o autor, viviam guerreando entre si, sem possuir senso de patriotismo. Chama-os categoricamente de vagabundos, violentos e sodomitas. Povos num “estado de infância”, teriam sido salvos pela Providência Divina, ao serem encontrados pelos portugueses, detentores da fé cristã e da civilização (Idem, p. 30):

“Para fazermos, porém, melhor ideia da mudança ocasionada pelo influxo do cristianismo e da civilização, procuraremos dar uma notícia mais especificada da situação em que se foram encontradas as gentes que habitavam o Brasil; isto é, uma ideia de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e de atraso. De tais povos na infância não há história: há só

etnografia. A infância física é sempre acompanhada de pequenez e de misérias. – E sirva esta prevenção para qualquer leitor estrangeiro que por si, ou pela infância de sua nação, ensoberbecer-se, ao ler as pouco lisonjeiras páginas que vão se seguir.”

São chamados repetidamente de bárbaros e selvagens, e estereotipados como vagabundos e vingativos, como quando diz que (p. 43) “podemos dizer que a única crença forte e radicada que tinham era a da obrigação de se vingarem dos estranhos que ofendiam a qualquer de sua alcateia.” O uso do termo alcateia compara de fato os indígenas a animais.

A respeito das crenças religiosas, desqualifica suas tradições caracterizando-as como embustes, e nega a sua existência, mesmo enquanto as apresenta, como quando diz que não tinham Deus, mas acreditavam em Tupã e Anhangá, e ainda (p. 45 – 46):

“Como não tinham tradições suas, admitiam com a maior credulidade tudo quanto se lhes embutia. Desta pia fé se aproveitavam certos pajés ou adivinhos(...). Embustevam os pajés de ter trato com os tais nomes diabólicos; e como revelação destes oráculos diziam à pobre gente o que bem lhes parecia.”

Por vezes compara usos e costumes dos indígenas àqueles da Europa pré-histórica, dando a entender que os indígenas estão em um estágio temporal menos avançado em relação aos europeus. E seguem-se as desqualificações e caracterizações dos indígenas como bestiais, incapazes de sentimentos superiores, etc (p. 48):

“As delícias da verdadeira felicidade doméstica quase não podem ser apreciadas e saboreadas pelo homem no estado selvagem. Rodeado de feras, ou de homens-feras, mal podem nele desenvolver-se a parte afetuosa da nossa natureza, a amizade, a gratidão, a dedicação.”

Conta que eles tinham sentidos aguçados, sendo bons rastreadores – aqui se aproxima da descrição do rastreador que faz Sarmiento -, mas que por outro lado eram “desfavorecidos nos dotes do espírito”. Assim, apresentando os indígenas como algo entre uma criança e um animal, desenvolve-se o argumento de que estes teriam sido beneficiados pela colonização, que lhes trouxe a possibilidade de sair de seu “estado de atraso”, encontrando o “verdadeiro Deus” e o avanço civilizacional.

Logo começa o autor a defender a violência e a escravização dos indígenas como sendo em seu próprio benefício (p. 217):

“Não se envergonhavam os cristãos de roçar mato ou de cavar com a enxada, ao lado dos índios, seus amigos, ou de algum escravo que destes adquiriam. No cativar o gentio da própria capitania foram os donatários mui parcos, e só consideravam legitimamente seus os que haviam sido aprisionados na guerra. E devemos confessar que esta prática, fundada no chamado direito dos vencedores, tinha tendências civilizadoras, e em alguns pontos chegou a produzir o influxo benéfico de poupar muitas vidas, que fazendo que os mesmos vencedores guardassem, para resgatar com os nossos, os prisioneiros que segundo seus hábitos deviam matar.”

A violência do colono contra o indígena, diz ele, era um tipo de caridade cristã, não compreendida pelo indígena selvagem, que respondia com a traição e o assassinato (p. 217):

“O Bárbaro, vaidoso e independente, desconhecendo os direitos da razão e a supremacia da consciência, nem sequer admitia a admoestação que alguma vez, de parte de um ou outro colono e do próprio donatário, provinha de verdadeira caridade evangélica. Demais, dissimulado sempre, e tendo para si que é ardil de ataque e de desafronta o que, à nossa razoável maneira de ver, é traição e aleivosia, aproveitava-se da primeira ocasião para cometer um assassinato, crime que nosso direito pune com a pena de Talião.”

Assim, atribuindo a violência colonial a um tipo de filantropia cristã, e negando ao indígena seu direito de defesa, explicado como forma de traição ou “aleivosia”, ainda sustenta ser a força o único meio adequado ao caráter do indígena, que mais adiante defenderá ser ainda meio necessário nos tempos em que escreve (p. 219):

“Foi a experiência e não o arbítrio ou a tirania, quem ensinou o verdadeiro modo de levar os Bárbaros, impondo-lhes à força a necessária tutela, para aceitarem o cristianismo, e adotarem hábitos civilizados; começando pelos de alguma resignação e caridade, fazendo-se moralmente melhores; aproveitando-se de mais bens, incluindo os da tranquilidade de espírito e da segurança individual à sombra de leis protetoras. Conheceu-se que ou se havia de seguir tal sistema, ou de abandonar a terra, para evitá-lo.”

Em seguida, critica o autor a “mal-entendida filantropia” defendida pelos jesuítas e sancionada pelos reis, que protegeu da escravização os indígenas na América, levando a importação dos negros, “mal” que lamenta profundamente, atribuindo-lhes a culpa por numerosos males (p. 221):

“Se o uso e as leis tivessem continuado a permitir que a cobiça dos colonos bem encaminhada arrebanhasse os selvagens do Brasil, sujeitando-os primeiro, não se teria ido aquela a exercitar, além dos mares, buscando nos porões dos navios, e entre os ferros do atroz cativo, colonos de nações igualmente bárbaras e mais supersticiosas, essencialmente intolerantes, inimigas de toda a liberdade, e que como que ostentam a raia da separação com que se extremam dos índios e de seus civilizadores. Sem identidade de língua, de usos e de religião entre si, só a cor e o infortúnio vinham a unir estes infelizes, comunicando-se na língua do colono, estrangeira a todos, e por isso sempre por eles cada vez mais estropiada, em detrimento até da educação da mocidade, que, havendo começado a aprender com eles a falar erradamente tinha depois mais trabalho para se desvezar de muitas locuções viciosas.”

Defendendo o princípio da escravidão, não lamenta a sua aplicação em si, senão o fato de que tenham sido trazidos tantos negros para o Brasil. Diz que (p. 223) “os engenhos de açúcar necessitavam, é verdade árduo trabalho e muitos braços; mas talvez teria havido modo de não se dar, apesar disso, tanta latitude à introdução dos africanos, ou de se haver aberto mão da cultura de cana.”

Assume que o a raça negra compõe um dos três grandes elementos da nação, porém rogando que no futuro se lhe suavize, através do branqueamento progressivo da população (p. 223):

“... mas fazemos votos para que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo os característicos da origem africana, e por conseguinte a acusação da procedência de uma geração, cujos troncos no Brasil vieram conduzidos em ferros do continente fronteiro, e sofreram os grilhões da escravidão, embora talvez com mais suavidade do que em nenhum outro país da América, começando pelos Estados Unidos do Norte, onde o anátema acompanha não só a condição e a cor como todas as suas gradações.”

Mesmo assim a escravização brasileira fora mais suave que em outros países, e ainda tem fôlego o autor para dizer que beneficiou aos africanos escravizados (p. 224):

“A fecundidade dessas raças, em seus países, era tal que permitiria até povoar o orbe todo de negreria, se de todo o orbe fossem navios por colonos delas. E o certo é que, passando a América, ainda em cativo, não só melhoravam de sorte, como se melhoravam socialmente, em contato com gente mais polida, e com a civilização do cristianismo. Assim, a raça africana tem na América produzido mais homens prestimosos, e até notáveis, do que no Continente donde é oriunda.”

Sobre as crenças dos africanos, quando não cristãos ou muçulmanos, as intitula de idolatria, e atribui ao charlatanismo de seus sacerdotes (p. 224):

“Dos mencionados povos negros, alguns havia com ideias religiosas do islamismo, e até já de cristianismo, em virtude da vizinhança dos estabelecimentos e feitorias dos europeus; mas pela maior parte eram gentios ou idólatras: em geral andavam nus, lavavam-se a miúdo, e, muitos deles, em pequenos, golpeavam a cara por distintivo de nação. – Alguns adoravam ídolos, outros animais; acreditavam estes em calunduns, quijilas e feitiços, aqueles faziam sacrifícios e ofertas aos que tinham bastante charlatanismo para se inculcarem seus sacerdotes.”

Em síntese, nas suas próprias palavras (p. 225), “se os colonos escravos africanos concorriam a aumentar a riqueza pública com o seu trabalho, por outro lado pervertiam os costumes, por seus hábitos menos decorosos, seu pouco pudor, e sua tenaz audácia.” E ainda, expressa bem a sua posição no que diz respeito ao papel dos indígenas e negros na nação brasileira, quando afirma que (Tomo 4, p. 280):

:

“As empresas de submeter vários covis de pretos canhambolas ou quilombos rebelados, e de avassalar algumas tribos de índios indômitos, cometidas a pequenos destacamentos de tropa, bem que frequentes por esses tempos, apenas são dignas de menção na história; pois que mais que a esta pertencem à polícia do país, como ainda hoje em dia.” (p. 280 tomo 4)

Conclui-se que a narrativa nacional formulada por Varnhagen tem caráter conservador, enfocando a continuidade e identificando as origens da nação brasileira no esforço de colonização empreendido pela coroa portuguesa desde o século XVI. Ela opera através de uma história focada em disputas militares, embates políticos e detalhes administrativos, alicerçada em ampla pesquisa de documentos oficiais, através da qual procura elencar heróis históricos que possam ser aproveitados como figuras representativas da nacionalidade brasileira.

Externamente, identifica-se a alteridade, ou o “outro”, nas forças de outras nacionalidades que disputaram com os portugueses a colonização dos territórios sul-americanos: holandeses e franceses, inicialmente, e mais adiante os espanhóis. Internamente, ainda que forçosamente admita que a nação brasileira se formou da junção de três raças, o autor expressa claramente haver uma superioridade dos europeus, que fundamenta na sua religião e civilização. Assim, indígenas e negros são parte infantilizados, parte animalizados, suas crenças e costumes desqualificados como embustes e selvagerias. Assim se justifica a escravização destes povos pelos colonos portugueses, o que ainda os beneficiaria ao pô-los em contato com a civilização e o cristianismo.

Mesmo assim, critica o autor que se tenha dificultado ao longo da história a escravização dos indígenas, fato pela qual não perdoa os jesuítas, e que teria levado a necessidade de importação de escravos africanos, o que lamenta profundamente, não tanto por piedade destes, senão pelo mal que teriam provocado ao se incorporar à nação. Roga, assim, que a negritude da população nacional seja futuramente suavizada pela introdução de mais brancos.

2.6 Conclusões parciais

Tanto na História Geral do Brasil como no Facundo, são prontamente identificáveis os mecanismos discursivos descritos pelo conceito de eurocentrismo. Dualismo e evolucionismo são utilizados pelos autores como componentes de uma lógica de afirmação da superioridade dos símbolos e personagens eleitos por eles como portadores do ideal nacional, *versus* todos aqueles escolhidos como outros da razão. Nação e civilização se encontram na afirmação da superioridade necessária de um grupo sobre outros, definidos em termos que combinam caracteres raciais, culturais e culturais.

É de interesse central notar a forma como cada autor se apropria desses mecanismos de modo a construir uma narrativa adequada aos seus interesses políticos, alicerçada na visão de mundo que se afina com o tipo de ordem social e política que busca defender. No caso de Varnhagen, trata-se de uma narrativa conservadora, componente do que se pode caracterizar, seguindo a classificação de Castells, como uma identidade legitimadora, já que procura exaltar a ordem monárquica, enfatizando a continuidade na celebração dos feitos coloniais da coroa portuguesa. Já em Sarmiento, temos algo mais próximo da identidade de projeto, já que se procura confrontar a ordem estabelecida sob o regime rosista, propondo substituí-la por uma nova realidade política e social. Os diferentes objetivos e realidades sociopolíticas e culturais que formam o contexto de produção de cada obra resultam na definição específica daquele que é entendido com outro interno em cada uma, sendo no “Facundo” identificado principalmente com o gaúcho e os chefes federalistas, e na História Geral do Brasil com os negros e indígenas. Isto justifica uma concepção heterárquica da colonialidade do poder, já que se torna evidente que os “eus” e “outros” da razão, ainda que remetendo ao construto discursivo eurocêntrico comum, são definidos especificamente segundo interesses e projetos de poder que variam conforme o contexto.

No “Facundo” fica bastante evidente a dimensão de embate simbólico, no qual historiografia e escrita política se combinam como instrumentos de saber/poder, na luta travada por diferentes grupos pela definição do projeto de nação a ser estabelecido no pós-independência. Já em Varnhagen, destaca-se a operação intelectual descrita pelo conceito de mito da modernidade, na qual a pretensa barbárie do outro é utilizada como justificativa para o exercício da “violência salvadora”, numa demonstração evidente da lógica argumentativa que articula eurocentrismo e colonialidade do poder.

Em ambos os autores vemos o outro descrito como mais próximo do “estado de natureza”, e portanto sujeito a ser eliminado ou domesticado pelas forças da civilização, numa analogia ao processo histórico-filosófico pelo qual a razão ilustrada dominaria progressivamente a natureza, submetendo os seus caprichos sensuais à realização das promessas da modernidade.

Cap 3. Colonialidade do poder e violência epistêmica do global ao local: A modernidade eurocêntrica e as narrativas nacionais de Sarmiento e Varnhagen.

“Until the philosophy which holds one race superior and another inferior is finally and permanently discredited and abandoned, everywhere is war, we say war. That until there are no longer first class and second class citizens of any nation, until the color of a man's skin is of no more significance than the color of his eyes, we say war.” (Bob Marley)

“Perceba, que a alma não tem cor, ela é colorida, ela é multicolor.” (Perota Chingó)

Dando início às reflexões deste capítulo, desejamos afirmar os princípios éticos que norteiam a sua execução. Consideramos ser central no trabalho do pesquisador das ciências humanas o estabelecimento de princípios éticos que orientem o seu trabalho, e tanto melhor conforme ele seja capaz de formulá-los e apresentá-los aos seus leitores. Indicamos, desse modo, os três princípios centrais, igualdade, respeito à diversidade e união.

- (a) Igualdade: Todos os homens e mulheres são iguais no seu direito de buscar a felicidade e ser livres do sofrimento provocado pela opressão de outros homens e mulheres.
- (b) Respeito à diversidade: assim como a natureza expressa sua beleza na diversidade de seus relevos e ecossistemas, os homens e mulheres também tem o direito de expressar sua diversidade cultural e fenotípica, respeitando o princípio da igualdade, sem ser sujeitos à hierarquias baseadas em lógicas da diferença.
- (c) União: As fronteiras e categorias que separam os homens e mulheres são, em última análise, construções sociais, e desse modo menores que a afinidade profunda que nos une como seres sensíveis em busca da felicidade, e capazes de sentir empatia pelo sofrimento de nossos iguais.

Pode parecer ingenuidade ou idealismo defender a fraternidade humana universal, quando observamos as múltiplas formas de conflitos, violência e dominação que se

estendem pelas páginas das histórias humanas. No entanto, são essas mesmas histórias que nos mostram que padrões de conduta e parâmetros de categorização e separação entre os seres humanos foram construídos socialmente, através de consistente esforço ao longo do tempo.

Raças e nações não existem essencialmente, em si, mas constituem categorias construídas discursivamente, articulando relações de poder que em geral estão intimamente relacionadas com as formas de poder econômico e político estabelecidas nas sociedades em que operam. Nos casos em que tratamos aqui, podemos identificar um processo histórico de longo prazo e alcance global, a colonização europeia e a globalização que a acompanha, cujos efeitos tomam diferentes feições em cada micro contexto temporal e geográfico.

Assim, nos resulta muito útil o conceito de sistema-mundo moderno-colonial, que se refere justamente ao sistema que se forma através dessa colonização e integração dos diferentes continentes com o centro na Europa. O par modernidade-colonialidade se remete à forma como os progressos técnicos e econômicos nesse centro corresponderam à subjugação de diversas populações naquelas que se tornaram suas periferias, ao mesmo tempo em que se produziu um discurso que afirmava a superioridade cultural dos europeus sobre todos aqueles que foram definidos como seus outros. Em um tipo de raciocínio circular, a dominação europeia é explicada por sua superioridade, o que a justifica, pelo esforço civilizador, legitimando a sua manutenção no plano discursivo.

A mundialização do sistema internacional de estados, que toma força com as independências americanas em meados do século XIX já aponta em si uma forma de dominação cultural dos europeus, já que sinaliza a expansão de um conjunto de práticas e conceitos jurídicos e políticos específicos à experiência histórica da Europa moderna para cobrir o restante do planeta. Essas práticas e conceitos, como o estado, a soberania, e as formas de legitimação baseadas na construção de narrativas nacionais são afirmadas como “a forma mais civilizada” de se fazer política, associada aos discursos da modernidade eurocêntrica. Não obstante, estas independências são muitas vezes interpretadas historicamente como uma forma de emancipação dos povos.

A própria forma como o tema das relações internacionais é tratado de forma dominante contemporaneamente tende a afirmar uma visão essencialista da política mundial, que divide o mundo em entidades mais ou menos rígidas, herméticas e homogêneas chamadas de estados, e costuma negligenciar temas e agendas que não

envolvam a interação entre estes. Mesmo na historiografia das relações internacionais, mais propensa a rejeitar categorizações a-históricas do que o campo das teorias de relações internacionais, observa-se uma negligência quase completa de temas considerados como “domésticos”, o que reforça a visão ontológica de um mundo fundamentalmente dividido entre estados-nação, que se exprime em sua forma mais bem acabada nos mapas-mundi políticos.

Ainda assim, o estudo genealógico da formação dos estados e da construção das narrativas nacionais nos permite perceber de que forma esses processos históricos fazem parte de dinâmicas de poder e violência, físicos e discursivos, cujo horizonte desafia a concepção estabelecida sobre fronteiras e nos convida a refletir sobre os limites do quadro mental através do qual nos acostumamos a entender o funcionamento sociopolítico do mundo contemporâneo. Para isso, metodologicamente falando, procedemos aqui através de um esforço de teorização acompanhado de pesquisa histórica. Numa espécie de dialética, a pesquisa documental ou etnográfica alimenta a perspectiva teórica com insights e conceituações que contribuem para a interpretação de fenômenos e processos de alcance temporal e geográfico mais amplo. A perspectiva teórica, por sua vez, oferece lentes de análise e perguntas a ser formuladas às fontes e objetos estudados posteriormente, que a realimentam, enriquecendo suas proposições e refinando seus argumentos. Respeita-se a especificidade dos casos e contextos, utilizando conceitos e teorias não como generalizações universalmente aplicáveis, mas como poderosas ferramentas de análise e interpretação das cadeias de eventos históricos.

Assim, procura-se investigar as relações entre processos globais e de longa duração com realidades locais e imediatas, divisando lógicas que se reproduzem nesses diferentes níveis, assim como as particularidades que se podem observar em cada âmbito da vida social humana. Neste trabalho optou-se por perseguir as narrativas nacionais como tipo de escrita disciplinar, investigando os problemas ligados ao eurocentrismo e a colonialidade no período de formação nacional do Brasil e Argentina contemporâneos. Assim mesmo, os limites de um trabalho que se restringe a duas obras intelectuais como fontes primárias se mostra evidente.

Muitos outros caminhos podem ser perseguidos em busca de investigar os problemas aqui abordados. A ideia é explorar de que forma os discursos que chamamos de coloniais contribuíram para fixar hierarquias de poder nas sociedades. Sugere-se, por

exemplo, a exploração da forma como eles operam na criação e posterior desenvolvimento dos sistemas educacionais, na formulação e implementação das políticas de imigração, na elaboração de narrativas nacionais no campo das artes, como a literatura e o teatro, na definição de padrões de inclusão/exclusão na formação do mercado de trabalho urbano que acompanhou os processos de industrialização e modernização desde as primeiras décadas do século XX, na distribuição geográfica de contingentes de imigrantes europeus e seus descendentes, populações indígenas e afrodescendentes nos territórios nacionais, nas políticas indigenistas, nas dinâmicas de trabalho doméstico em que raça, classe e trabalho se combinam no ambiente doméstico, no *modus operandi* das corporações policiais e sua violência contra populações historicamente marginalizadas, na formação de favelas e guetos na geografia urbana das cidades, na aplicação desigual da justiça entre os cidadãos dos diferentes estratos da população, etc. Além disso, se mostra frutífero estudar estes temas com relação aos diversos países latino-americanos, ganhando-se nesse sentido com a comparação.

Para entender melhor o sentido disso tudo, procederemos ao estudo comparado das obras analisadas no capítulo anterior, procurando relacioná-las, na medida do possível, com a realidade sociohistórica em que se inserem.

3.1 Considerações preliminares

Ainda que apresentem diferenças substanciais na concepção e no método, o “Facundo” e a “História Geral do Brasil” se prestam bem à comparação para os objetivos aqui propostos. Enquanto o primeiro foi escrito às pressas, por um opositor ao regime vigente, baseado em relatos pessoais e abrangendo um curto período histórico, além de ser orientado pelo objetivo principal de fazer propaganda política antirregime, o segundo foi escrito por um membro da elite de funcionários públicos do Estado imperial, baseado em ampla pesquisa de fontes documentais, abrangendo longo período histórico, e visando à consolidação da historiografia nacional.

Assim mesmo, ambos se apresentam, em suas particularidades e diferenças metodológicas, como histórias nacionais dos respectivos países, podendo ser consideradas como parte do esforço de elaboração de narrativas nacionais que marcou o período pós-independência em grande parte da América Latina. Os dois, além disso, tiveram grande impacto sobre as futuras gerações. Com já foi dito, Sarmiento pertenceu

à jovem geração de pensadores argentinos cujas obras influenciariam fortemente as políticas de consolidação do estado argentino após a queda de Rosas, tendo ele mesmo se tornado um dos primeiros presidentes da Argentina unificada. Varnhagen, mitificado pelos seus sucessores, em especial os membros do IHGB, foi transformado em herói pátrio, como “pai da historiografia” brasileira, influenciando gerações de historiadores e outros pensadores no Império e mais tarde na república do Brasil.

Pode-se situar as duas obras no âmbito da escrita disciplinar discutida por Castro-Gómez. Isto significa que ambas contribuem para o esforço de definir padrões de pertencimento/exclusão dos indivíduos em relação à cidadania. Ao elaborar narrativas nacionais para os recém-independentes estados do Brasil e Argentina, ambos se deparam com problemas comuns. O modelo de nação que utilizavam vinha da Europa, e se baseava na homogeneização da cultura e da população segundo um parâmetro definido como “nacional”, ao mesmo tempo em que definia o “outro”, a alteridade que ajudava a deixar mais definido o contorno do “eu” nacional. Além disso, pertencendo às elites criollas, isto é, de brancos descendentes de europeus nascidos na América, encontraram o problema de definir-se como europeus ou americanos, tendo em vista sua relação com os europeus e com os indígenas, negros, mestiços e outras categorias de subalternos que habitavam seus países.

Tanto em Varnhagen como em Sarmiento há um patente desconforto com a presença das camadas por eles consideradas inferiores das populações de seus países. Ambos advogam pela imigração europeia, sendo que o primeiro declara expressamente o objetivo do branqueamento. Sarmiento não utiliza esse termo, mas defende a imigração maciça de europeus como a panaceia para os problemas argentinos. De outro lado, o primeiro lamenta profundamente a imigração forçada de negros escravos ao longo da história brasileira, enquanto o segundo aponta a preguiça e ociosidade que sua população herdou dos indígenas. Ambos admitem a origem mestiça de suas populações, no entanto o fazem a contragosto.

A impressão que se tem é de que há uma espécie de conflito na mente dos dois autores, que tentam ver suas nações como legítimas pertencentes à civilização europeia, ao mesmo tempo em que esbarram nas populações subalternas como obstáculos para esse ideal. Isso nos remete à dupla consciência criolla discutida por Mignolo. De fato, nas duas obras fica claro que seus autores aderiram à noção de evolução linear das

civilizações humanas, na qual a Europa estaria na ponta do processo evolutivo. Assim, modernizar-se significa europeizar-se.

Em ambos fica evidente a noção do avanço civilizacional do homem como domínio progressivo da natureza, seja como o meio ambiente selvagem que o circunda, seja como seus próprios traços culturais. Assim, os povos iniciariam sua trajetória no “estado de natureza”, ou num “estado de infância”, desde o qual avançariam progressivamente em direção à civilização. A abordagem etnográfica dos povos que consideram “bárbaros” ou “selvagens” é comum aos dois, o que denota a posição de poder/conhecimento em que se colocam, como conhecedores/articuladores do outro, que se aproxima da descrição que Said faz do procedimento orientalista.

Por outro lado, há diferenças entre os símbolos e ideias que cada um atribui ao que representa a civilização. Em Sarmiento, a civilização está associada a avanços econômicos e logísticos, como os sistemas de comunicação e transportes e a indústria, aos mecanismos político-jurídico-administrativos modernos e liberais, como as garantias constitucionais à vida e à propriedade, a educação pública e os exércitos organizados e disciplinados, e inclusive, pitorescamente, aos trajes europeus representados pelo fraque. Já em Varnhagen, é muito forte a presença da religião cristã como elemento civilizador. Além disso, a civilização é apresentada mais genericamente como estando associada ao esforço colonizador português, dirigido pela coroa deste país. Sarmiento desdenha das origens hispânicas de seu país, identificando os povos ibéricos como atrasados em relação à Inglaterra e a França, seus modelos de civilização. Varnhagen, por outro lado, cultua a monarquia portuguesa, elegendo entre seus heróis, por exemplo, a Dom José I, que reinou auxiliado pelo Marquês de Pombal, também reverenciado em sua obra.

Em ambos os autores, as nações de que tratam são continuações da civilização europeia no além-mar, porém Varnhagen valoriza a continuidade, identificando a chegada dessa civilização através do esforço colonizador português, enquanto Sarmiento valoriza a ruptura, identificando esse movimento no forte intercâmbio dos portenhos com os ingleses e franceses após a revolução de Maio. Aqui já se pode perceber a forma como os referenciais mais amplos do pensamento moderno-colonial são apropriados de forma distinta conforme as identidades específicas e os interesses localizados daqueles que se utilizam deles.

Se a civilização europeia é o ideal que esses autores buscam alcançar na realização da plenitude de suas nações, este esbarra na presença dos “outros” internos, que não se encaixam nesses parâmetros. Aqui nos deparamos com as complicadas relações entre raça e cultura, no interior dos discursos de saber/poder que permeiam a escrita disciplinar no período de formação nacional nestes países. Quijano nos apresentou dois componentes da narrativa da modernidade eurocêntrica, evolucionismo e dualismo que se articulam com um mecanismo de tipificação das raças no que chama de colonialidade do poder. Segundo esse raciocínio, os discursos da modernidade eurocêntrica, ao mesmo tempo em que atribuem ao europeu a ponta na evolução humana, essencializam as outras raças como inferiores, tirando delas a possibilidade de alcançarem o mesmo status dos europeus, dividindo-se as populações humanas segundo a lógica do dualismo, que divide a humanidade entre europeus, entendidos como superiores e todos os outros (não-europeus), vistos como inferiores.

De fato, entre as citações de ambos os autores apresentadas no capítulo precedente, encontramos fartos exemplos da essencialização de negros e indígenas como inferiores, mais próximos do estado de natureza, selvagens, etc. Ainda assim, Sarmiento a presença do gaucho desafia uma noção da colonialidade do poder baseada exclusivamente na raça, demonstrando a forma como esta variou conforme o contexto e os interesses e identidades em jogo, mas também confirma a proposição teórica do dualismo como componente dos discursos da modernidade eurocêntrica, e mais especificamente, da colonialidade do poder.

Há um paralelo aqui com as proposições de Fanon e Memmi, que apontam para o caráter dual das sociedades coloniais francesas no norte da África, onde a essencialização do Árabe como inferior justificava a manutenção de uma ordem social e jurídica opressora, que garantia múltiplos benefícios aos pied-noirs em detrimento dos nativos. Também nos remete ao mito da modernidade apresentado por Dussel, no qual a “inferioridade” do nativo é vista como uma espécie de culpa, que justifica a violência do colonizador como violência redentora, que afinal beneficia o colonizado. Este que, ignorante de si, é trazido à força às luzes da civilização e do progresso.

Seguindo adiante com Castro-Gómez, podemos encontrar estas lógicas discursivas operando através da escrita disciplinar, e pondo em prática a chamada violência epistêmica, a violência do saber, que legitima e justifica padrões de comportamento político, jurídico e social que excluem, marginalizam e violentam

amplios segmentos populacionais, identificados como o “outro” da razão. Coloca-se o problema à pesquisa empírica, de verificar quem é este outro, como ele é definido em termos de raça e cultura, e quais os impactos dessa violência epistêmica em termos de seu papel na sociedade e vivência cotidiana. Aqui nos limitamos a explorar como essa violência epistêmica opera nas narrativas nacionais estudadas, e de que forma ela corresponde às questões teóricas colocadas.

Fica patente em ambos os autores a vontade de construir nações modernas, ou seja, civilizadas, e nesse sentido também brancas. A forma como, no que discutimos aqui a partir dos conceitos de eurocentrismo e colonialidade do poder, a ideia de avanço civilizacional se mescla com a ideia de superioridade/inferioridade racial implica no desejo de branquear a população através da imigração de contingentes europeus. Richard Miskolci (2012), discutindo o caso brasileiro em fins do século XIX, chamará esse projeto modernizante branqueador de “o desejo da nação”, entendido como o projeto de construir uma nação moderna, e portanto branca, tanto racial como moralmente.

Em Varnhagen a defesa do branqueamento é explícita, e seus “outros” são definidos racialmente. Em Sarmiento, embora o gaucho não seja definido explicitamente em termos raciais, sendo antes caracterizado por seus traços culturais e modo de vida, no esquema discursivo dualista ele é colocado na posição de não-europeu, junto com negros e indígenas, pelo que lhe é reservado, no projeto de nação sarmientino, o desaparecimento frente à solução modernizadora imigrantista.

3.2 Mito da Modernidade, Estado de Natureza e Avanço Civilizacional

Percebem-se elementos correspondentes às reflexões teóricas discutidas no primeiro capítulo nos dois autores. Em Varnhagen, o mito da modernidade discutido por Dussel se mostra em sua forma completa. Ele defende com todas as palavras que a violência e a escravização contra indígenas e negros lhes fez bem, ao pô-los em contato com o cristianismo e a civilização. Chega ao absurdo de atribuir à violência dos colonos contra os indígenas o caráter de caridade cristã. Lamenta repetidamente que se tenham

estabelecido leis para proteger os nativos, tornando necessária a vinda dos negros africanos. Não há questionamento da lógica da escravidão, e ainda que condene a violência com que os negros eram trazidos desde a África ao Brasil, ainda defende que se beneficiaram da situação, já que assim teriam entrado em contato com a civilização. Além disso, como nos diz Memmi sobre a atitude colonial, desqualifica as crenças e costumes de uns e outros, negando que tivessem um Deus, e chamando seus sacerdotes de embusteiros. Para ele, esses povos estão próximos do estado de natureza, na infância da humanidade, motivo pelo qual devem agradecer o fato de ter entrado em contato com a civilização europeia, ainda que para ser escravizados. Na maior parte da obra lhes é reservado o silêncio, especialmente aos negros, já que os indígenas aparecem razoavelmente bastante, na condição de tropas auxiliares de um e outro lado, ou como selvagens a serem vencidos para que se estabeleça a nação - diga-se de passagem, como subalternos, excetuando-se as figuras do negro Henrique Dias e do Índio Dom Camarão, considerados heróis da luta contra os holandeses.

Em Sarmiento teremos como tom dominante a dualidade, discutida por Quijano. Todo o enredo do Facundo se organiza em torno dessa dualidade, já apresentada no título. De forma brilhante, ele organiza sua narrativa em torno da disputa entre civilização e barbárie, duas forças em combate pelo futuro da nação argentina. Com uma interessante descrição em parte etnográfica, em parte sociológica, do povo argentino dos pampas, personificado no gaucho Facundo, protagonista da história, procura contrapor essa força, que estaria por trás do poder político de Rosas, aos homens das cidades associados à cultura europeia, que seriam representados pelos unitários como o General Paz e pela jovem geração argentina da qual o próprio Sarmiento faz parte. Assim, é necessário que Rosas, encarnação da barbárie gauchesca, seja derrubado do poder, para dar lugar ao progresso que prometem os projetos políticos da Jovem Geração Argentina, sucessora dos velhos unitários. Por trás da disputa mais aparente entre forças políticas opostas, encontram-se em conflito duas sociedades distintas, uma bárbara e atrasada, outra moderna e civilizada.

A forma como o argumento de Sarmiento é construído, apontando as arbitrariedades e violências dos governos de Facundo e Rosas, torna muito mais sutil o argumento de vitória da civilização sobre a barbárie, se comparado com os argumentos de Varnhagen sobre os indígenas. Afinal, Rosas detinha o poder e o exercia com mão de ferro, e a violência para depô-lo fazia parte de uma guerra entre partes equivalentes, na

disputa pelo poder. No entanto, a construção de seu raciocínio deixa claro que Rosas não é um fenômeno isolado, senão a erupção, na esfera mais alta do poder, dos movimentos sociológicos e culturais dominantes em solo argentino, que se resumem na “cultura bárbara” dos gauchos. Construir uma argentina civilizada passa não somente por derrubar o tirano, senão por extirpar o caráter atrasado de sua sociedade. A principal arma para isso é a imigração maciça de europeus.

A narrativa que põe a cultura europeia na ponta de uma evolução linear comum a todos os povos, central nos discursos da modernidade eurocêntrica, está presente em ambos os autores, o que indica o seu poder e alcance no período. O outro lado da moeda implica o atraso e inferioridade dos demais povos do mundo, já que a diferença cultural é entendida como diferença temporal no processo evolutivo da civilização humana. Aqui, argumentos sobre raça e cultura se mesclam e por vezes confundem, exigindo exame cuidadoso. Além disso, acompanhando os argumentos Memmi, o duplo processo de valorizar a metrópole e inferiorizar a cultura do colonizado serve à manutenção de sistemática violência política e social no interior da sociedade colonizada, não se restringindo, portanto, ao plano discursivo. É nesse ponto que eurocentrismo e colonialidade do poder se articulam.

Se no caso de Sarmiento, a lógica discursiva da modernidade eurocêntrica serve para justificar o esforço de deposição de Rosas e de transformação da argentina gauchesca em uma moderna nação europeia povoada por imigrantes, em Varnhagen ela serve de um lado ao propósito de legitimar a violência sistemática contra os povos indígenas que se executou desde o princípio da colonização portuguesa – dada a continuidade monárquica entre os reis portugueses que realizaram a colonização e o trono imperial brasileiro –, e que ainda seguia se realizando, e de outro lado a justificar um projeto de modernização nacional via branqueamento, pelo qual se buscava extirpar a população progressivamente de seu componente africano.

Relacionando esses modos de pensar e argumentos intelectuais com as políticas que foram praticadas nos dois países desde então, poderemos perceber os impactos que a colonialidade do poder teve e ainda tem sobre a vida e a subjetividade nessas sociedades, para além do plano das ideias.

3.3 Colonialidade do Poder, Tropos e Heterarquia

Nesse ponto chegamos à “outra face da modernidade”, isto é, da violência colonial - discursiva e material – que caminha lado a lado com os desenvolvimentos históricos da modernidade capitalista. Aqueles que têm o poder de se identificar como as forças do progresso e da razão inferiorizam os demais, acusados de atrasados, o que é utilizado para justificar a violência e a dominação sobre estes, reproduzindo por sua vez a posição de poder dos primeiros. No entanto, a realidade é complexa, e as relações de poder não se dão entre forças grandes, coesas e bem definidas, salvo talvez quando dois exércitos se enfrentam no campo de batalha. Antes, estes grandes blocos estereotipados, como “civilização europeia”, “nação brasileira”, etc, operam como construções discursivas que veiculam relações de poder mais difusas e heterogêneas, mas nem por isso menos reais.

A colonialidade do poder, segundo Quijano, é um mecanismo de poder que opera no sistema-mundo moderno colonial, tendo como um de seus elementos o mito da modernidade discutido por Dussel, ou mais genericamente a lógica discursiva do eurocentrismo. A partir dessa concepção da história, segundo ele, se constrói uma tipificação que associa cultura e raça, definindo outros povos como inferiores. Essa “classificação racial universal” contribuiria a articular uma “divisão racial do trabalho”, na qual somente os brancos teriam direito ao trabalho assalariado, além de definir parâmetros de pertencimento e exclusão em termos de cidadania e nacionalidade e condicionar hierarquias na produção das subjetividades. Para além das relações de poder baseadas na autoridade política e no trabalho, observam-se aqui também aquelas relacionadas à raça/etnia, que se configuram a partir da descoberta/fundação da América, e caracterizam o padrão de poder específico do sistema-mundo moderno-colonial eurocentrado (QUIJANO, 2000).

Vista sob o prisma da colonialidade do poder, a história dos últimos cinco séculos toma contornos distintos, e é aí que se torna muito interessante relativizar o quadro histórico definido em termos de relações entre estados-nação. Por outro lado, perseguindo esse raciocínio descuidadamente, corremos o risco de cair em outro tipo de generalização exagerada, numa visão estruturalista das relações de poder no sistema-mundo moderno-colonial. É aqui que entram de forma importante os argumentos sobre o caráter heterárquico do poder propostas por Castro-Gómez. Mecanismos como a

colonialidade do poder não operariam desde o centro do sistema, incidindo em cascata sobre seus diversos componentes até às margens, mas perpassariam uma série de esferas, ou subsistemas semiautônomos, relacionados entre si em rede. De fato, não haveria uma colonialidade do poder, mas múltiplas colonialidades do poder. Os casos aqui estudados parecem confirmar o argumento de Castro-Gómez.

Isto porque, embora os dois intelectuais oitocentistas articulem suas narrativas com a versão eurocêntrica da modernidade, quando articulam este mito no interior de suas narrativas, definindo as hierarquias correspondentes, o fazem de forma particular, atendendo às suas identidades e interesses específicos, no âmbito de cada contexto histórico. Além disso, a forma como raça e cultura são organizadas muda de uma narrativa para a outra, sendo que o grande “outro” de Sarmiento é definido antes cultural do que racialmente. Ainda assim, este também reproduz estereótipos baseados na racialidade em seu texto, o que confirma o peso das identidades raciais no âmbito da colonialidade do poder.

Mil artifícios são utilizados para demonstrar a inferioridade do gaucho, de seus hábitos e modo de vida, e do tipo de regime político que estes supostamente encetam. São ao menos dignos de romances, nos diz o autor, mas é certo que devem desaparecer para dar lugar a uma nova argentina, moderna e civilizada, organizada segundo o modelo dos ingleses e franceses. O grande “outro” de Sarmiento é o gaucho. Este é apresentado por ele a partir de um tipo de tropos, ou figura representativa, das que fala Said quando discute o estereótipo do oriental construído pelo orientalismo. No começo do livro, o sanjuanino nos descreve alguns tipos do pampa como o rastreador, o gaucho malo, o cantor e o baqueano, que ajudam a formar a imagem mental do gaucho, vestido de chiripá, montado num cavalo, pronto a aceitar um desafio para luta de facas, além de ser visto como preguiçoso. Este tipo cultural é atribuído ao modo de vida dos pampas, com vilarejos distantes e a vida de aventuras na criação do gado. O regime de Rosas é visto com a expressão política máxima da cultura gauchesca.

No entanto, o gaucho é definido em termos culturais, e não raciais. Ainda que haja indicações ao fato do povo argentino ser em parte mestiço, não são feitas referências sistemáticas a uma ligação direta entre o modo de ser do gaucho e seus caracteres raciais, ao menos no texto de Sarmiento⁴⁰. Rosas, por exemplo, é branco de

⁴⁰ Em uma passagem, transcrita acima, a preguiça do argentino é atribuída à sua ancestralidade indígena. Ainda assim, na forma como constrói seu argumento, Sarmiento atribui a “barbárie” do gaucho muito mais ao seu modo de vida do que a sua composição racial.

fisionomia europeia, embora represente a encarnação máxima do modo de ser gauchesco. Os indígenas e negros também são vistos através de tropos específicos, e tratados como inferiores, embora nem cheguem a ter lugar na nação argentina para Sarmiento. Vale observar que em meados do século XIX grande parte da população bonairense era composta de negros e pardos, o que também faz com que sejam, em sua narrativa um tipo de “outro” subalterno, ainda que pelo silenciamento. Os indígenas não pertencem à nação para ele, sendo que onde começam suas aldeias está localizada a fronteira. Eles são qualificados como preguiçosos, o que teria contribuído para o caráter indolente do povo argentino.

Ainda assim, o grande “outro” eleito por Sarmiento na história que nos conta é claramente o gaúcho, e este é definido em termos culturais. Não há um personagem equivalente na narrativa de Varnhagen, senão talvez os estrangeiros, holandeses e espanhóis, únicos adversários que oferecem uma ameaça séria à nação brasileira em formação, segundo seu relato. Internamente, indígenas e negros são visto como personagens passivos, a ser domesticados, instrumentalizados ou mesmo evitados a qualquer custo. Para Sarmiento, os negros são praticamente irrelevantes e os indígenas são estrangeiros que devem ser progressivamente combatidos para que se possam obter mais terras para a república. Já o gaúcho é um inimigo digno de respeito.

Aqui fica clara a utilidade do conceito de poder heterárquico e os limites de uma noção estrutural da colonialidade do poder. Ora, ambos os autores operam com as premissas do eurocentrismo, entendendo a civilização europeia como a mais avançada, e inferiorizando aqueles que não se encaixam nos seus padrões. Entretanto, a forma como cada um deles identifica os atributos da civilização e os “outros” que escolhe variam conforme as especificidades de suas identidades e seus interesses. É verdade, por outro lado, que certas figuras representativas, ou tropos, associados às raças, se repetem nos dois autores, como por exemplo a visão do indígena como preguiçoso, e do negro como mais adaptado ao trabalho escravo.

O que se está argumentando aqui é, em primeiro lugar, que ainda que haja “modelos discursivos” gerais, de alcance macroscópico no âmbito do sistema-mundo moderno-colonial, como o eurocentrismo e o mito da modernidade, há variação na forma como estes são aplicados em cada contexto específico. Em segundo lugar, que a forma como se inventa o outro em cada contexto específico está associada a lógicas de

poder e interesses sociopolíticos no interior desse mesmo contexto, no nosso caso as sociedades nacionais brasileira e argentina, ainda em processo de formação.

Varnhagen escrevendo desde sua posição como membro da elite do estado imperial, escolhe identificar a civilização europeia na monarquia portuguesa e nos homens por ela enviados para colonizar as terras descobertas no além-mar, tendo como outro subalterno os indígenas, que tinham que ser “reduzidos” para que a nova nação pudesse se estabelecer, e os negros que aparentemente são culpados por contaminar com sua negritude a europeidade incipiente da nação em construção. Ora, pertencendo ao estado imperial brasileiro, governado por um descendente dos monarcas portugueses, e mantido unido pela continuidade monárquica⁴¹, glorificar a história colonial do reino português fazia todo o sentido para ele.

Da mesma forma, à estrutura de poder que ele procurava representar, convinha a justificação da subjugação do indígena, que seguia se processando sob o regime político imperial. Sua posição com relação aos negros, procurando justificar sua escravização ao mesmo tempo em que lamenta que tenham sido trazidos ao Brasil reflete um dilema de consciência característico: deseja-se alcançar um ideal de nação europeia moderna, ao mesmo tempo em que a sociedade real que a comporia se sustenta sobre uma lógica colonial escravocrata, fundada no trabalho compulsório dos negros africanos e seus descendentes. Preso aos preconceitos que ajuda a reproduzir, resta a Varnhagen lamentar o “erro” de seus antecessores, sugerindo que se conduza uma política de branqueamento progressivo da população. Em “O desejo da nação” (2012), Richard Miskolci nos mostra como esse projeto foi formulado de forma mais acabada e levado adiante pelas elites que geriram a transição da monarquia para a república, e suas implicações para a vida íntima da população do período.

Já Sarmiento, em sua posição de opositor do regime exilado, apropria-se muito bem do pano de fundo do eurocentrismo e suas implicações coloniais para avançar seus objetivos políticos. No entanto, a identificação de Rosas, seu grande inimigo, como o grande representante da barbárie, não se dá simplesmente como um artifício circunstancial utilizado para atacá-lo. Sarmiento constrói, de fato, uma estrutura

⁴¹ Há razoável consenso na historiografia sobre o fato de que a vinda da monarquia para o Brasil em 1808 e a manutenção do regime monárquico após a independência foram fatores centrais na manutenção da unidade territorial do país, o que é evidenciado pelas instabilidades do período regencial e a estabilidade que se seguiu a coroação prematura de Dom Pedro II, em 1840. Contrasta-se essa situação com o caso das vizinhas colônias espanholas, que no vácuo de poder provocado pela deposição do rei espanhol se fragmentaram em diversas repúblicas e atravessaram um período mais ou menos longo de instabilidade até se consolidarem politicamente.

interpretativa da sociedade argentina na qual a “barbárie gauchesca” deve ser eliminada para dar lugar a uma moderna e civilizada nação, objetivo para o qual defende fortemente a imigração europeia. Nesse ponto se aproxima da ideia de branqueamento presente em Varnhagen, embora aqui – em Sarmiento -, pelo menos no que diz respeito ao Gaucho, o projeto da imigração pareça estar mais associado à noção de cultura do que de raça, pelo menos em primeiro plano. Mais uma vez, a forma como raça e cultura se relacionam na definição do eu e do outro nacionais nem sempre é clara, demandando exame minucioso.

Em contraste com Varnhagen, que valoriza o passado ibérico, Sarmiento vê na herança espanhola parte da explicação para o atraso de seu país, e identifica o influxo de civilização com a influência inglesa e francesa durante e após a revolução de maio. Desse modo valoriza a ruptura entre a elite criolla e a administração colonial dos Bourboun, que ocorreu no campo político com as guerras de independência da América espanhola.

Negros e indígenas tem um papel quase nulo em sua narrativa, os primeiros como uma população marginal no interior da sociedade, os outros como estrangeiros a serem mantidos longe das terras argentinas. Também aparecem ambos como aliados de Rosas, o que contribui para a estereotipação geral do setor “bárbaro” da sociedade, obedecendo à lógica dualista que compõe a narrativa. De qualquer modo, são também tratados como inferiores, cada um a seu modo. Além disso, o silêncio também fala muito. Segundo Beired (1996, p. 17), durante o período colonial, cerca de 25% da população do vice-reinado do Rio da Prata era composta de negros e pardos, o que nos faz crer que no tempo de Sarmiento ainda haveria uma população significativa destes na região. Além disso, a presença indígena era forte e organizada no sul, guerreando e firmando tratados com os argentinos, antes das “campanhas do deserto”, que conquistaram progressivamente a Patagônia aos seus ocupantes nativos, distribuindo a terra entre grandes proprietários. Assim mesmo, Sarmiento parece considerar a presença dos africanos e seus descendentes como praticamente insignificante, e dos indígenas como estrangeiros a ser combatidos para conquistar terras e garantir a segurança da nação.

Aqui nos deparamos com outro problema. Castro-Gómez propõe que nesse período a escrita disciplinar, e mais amplamente as ciências sociais, obedecem ao imperativo do estado, que busca controlar e regular as relações sociais, segundo a lógica

político-epistêmica do projeto moderno⁴². Como devemos encarar essa questão nos casos estudados?

3.4 Estado e escrita disciplinar

Utilizamos aqui o conceito de escrita disciplinar proposto por Castro-Gómez, como apresentado no primeiro capítulo. Assim, ambas as narrativas nacionais aqui discutidas são entendidas como formas de escrita disciplinar, ou seja, peças textuais que contribuíram para definir padrões de exclusão e pertencimento social, definindo o desejável e civilizado, em contraposição ao que o mesmo autor chama de “os outros da razão”. É claro que este não é o único propósito ou objetivo das obras discutidas, mas ambas inevitavelmente contribuem para eleger os atributos do cidadão desejável, justificando a marginalização, submissão e disciplinamento daqueles que não se encaixam em seus parâmetros.

É em Sarmiento que esse procedimento toma contornos mais característicos, sendo que as figuras representativas que ele elege - para voltar ao tropos de Said - chegam ser quase cômicas para os leitores do século XXI. Seu cidadão ideal é um homem citadino, vestido de fraque, instruído no pensamento europeu e de preferência capaz de se comunicar no francês. Há um tipo de associação mental que sugere que o fato de um homem estar vestido à europeia o tornará naturalmente mais propenso às formas liberais de governo, por exemplo. O próprio Sarmiento reverá um pouco sua admiração pelos europeus quando chegar a conhecer a Inglaterra e a França pouco depois da publicação *Facundo*. A forma como concebe o cidadão civilizado, antes de viajar ao velho continente, indica a influência do pensamento eurocêntrico produzido desde a própria Europa sobre parte do pensamento argentino do período, contribuindo para a articulação de um modelo mental do tipo de nação desejável em termos da população e seu comportamento.

Em contraposição a esta modelo imaginado do cidadão desejável, temos os “outros da razão”, neste caso - mais que todos - o gaúcho, alvo ostensivo das imprecisões de Sarmiento. Ao menos é digno da literatura, onde se represente a vitória

⁴² Essa lógica prevê que o homem deve conhecer progressivamente as leis que regem a natureza, de modo a instrumentalizá-las a seu favor e alcançar o progresso em direção aos ideais iluministas. No âmbito social, o Estado seria o locus deste controle, e as ciências sociais o instrumento de conhecimento necessário ao exercício de seu poder.

da civilização sobre a barbárie nas extensas planícies do sul do continente americano, nos dirá. É interessante, pois Sarmiento constrói também uma figura representativa bastante vívida do gaucho (mais vívida até que de seus cidadãos desejáveis), como o intrépido e aventureiro homem dos pampas, independente e orgulhoso, músico e poeta por natureza, sempre com sua faca ao alcance da mão. As partes do Facundo em que se constrói a imagem do gaucho bem poderiam ser usadas para exaltá-lo como o grande símbolo da nação argentina. Não é isso que faz Sarmiento, no entanto, passando logo em seguida a condenar sua degradação e barbárie, que se interpõe no caminho de uma argentina próspera, moderna e civilizada. O gaucho é o resquício insistente de um passado indesejável, que deve ser eliminado para dar lugar ao belo e novo projeto de uma nação moderna e civilizada. Como já foi dito, negros são tratados como praticamente insignificantes, e indígenas como estrangeiros a ser controlados por uma boa defesa fronteiriça.

Em Varnhagen o cidadão desejável também é menos bem descrito do que o “outro”. Para não perder tempo mais adiante, em meio à narração dos feitos da colonização portuguesa, ele destina logo no começo da obra um capítulo para os indígenas e outro para os negros. Como já foi dito, ambos tem seus costumes desqualificados, são chamados de selvagens, vagabundos, suas religiões chamadas de embustes, são infantilizados e animalizados, exatamente segundo o procedimento descrito pelo mito da modernidade proposto por Dussel, no qual o estado de “infância” ou de “atraso” dos povos justifica a sua violenta submissão aos europeus, apresentados como movidos antes pela “caridade” do que por impulsos de satisfação de seus próprios interesses. Em alguns momentos da obra, Varnhagen defende os valores da aristocracia – à qual aliás pertence -, além de valorizar os feitos de administradores e chefes militares, como já foi dito. Não há espaço em sua narrativa para o dia a dia do homem comum.

Assim, a narrativa de Varnhagen soa bastante apropriada a uma sociedade dominada por senhores de terras, traficantes de escravos e homens de estado, ele mesmo se encaixando na última categoria. Os traficantes não parecem merecer a sua admiração, já que encheram o país dos negros que tanto detesta. Repetidas vezes se queixa da atitude dos jesuítas, que ao impedirem a escravização dos indígenas, concorriam para a pobreza do “povo”. Assim, pode se argumentar que o cidadão desejável de Varnhagen é o aristocrata colonial: o senhor de terras e o homem de Estado. Os “outros” explícitos

são os indígenas e os negros, equiparáveis a animais de tração, sendo que os últimos bem lhe agradariam se desaparecessem de sua vista. O homem branco comum é praticamente invisível na narrativa.

A questão teórica que fica em aberto aqui diz respeito à relação entre escrita disciplinar e estado. Para Castro-Gómez, a escrita disciplinar, no âmbito das ciências sociais oitocentistas, é um instrumento de controle do estado sobre a população, no marco do projeto moderno de controle da vida a partir do conhecimento científico. No entanto, essa proposição não parece se verificar de forma completa nos casos estudados. Se de um lado, Varnhagen era membro do IHGB, instituição claramente a serviço da Coroa Imperial, sua História Geral do Brasil foi publicada por ele como particular, e não foi consenso entre seus pares à época.

No entanto Sarmiento não fazia parte do estado quando escreveu. Pelo contrário, vivia no exílio. O esforço é semelhante, e não há dúvida de que o objetivo de Sarmiento e seus pares da Jovem Geração Argentina era de conquistar o estado e implementar seu projeto nacional, o que de fato conseguiram mais adiante, em certa medida. Olhando retrospectivamente, há um paralelo muito forte, mas não se pode dizer objetivamente que a narrativa fez parte de um projeto estatal de controle sobre a população, a não ser que se considere a Jovem Geração Argentina como um pré-estado, ou um estado no exílio.

Isso nos sugere uma visão mais difusa da relação entre estado, elites e escrita disciplinar. A escrita disciplinar parece estar antes ligada certos segmentos da população, detentores de poder no seio das sociedades, e que por vezes disputam o controle do aparato estatal. Um caminho interessante para organizar essa complexidade se oferece a partir dos conceitos propostos por Manuel Castells em relação às identidades coletivas, divididas por ele em identidades legitimadoras, identidades de projeto e identidades de resistência. A partir desse esquema analítico, a narrativa de Varnhagen aparece como uma identidade legitimadora, enquanto a de Sarmiento se define como identidade de projeto.

Como vimos, a escrita disciplinar colonial articula tendências e formas discursivas de alcance global, utilizando-as segundo visões de mundo e interesses específicos delineados pela realidade local. Aprofundar a compreensão desse tipo de fenômeno envolve uma pesquisa que explore a diversidade de discursos, envolvendo muitas vezes disputas e embates, que configuram o panorama intelectual da construção

das narrativas nacionais e da escrita disciplinar, de forma mais abrangente, buscando apontar sua relação com as forças detentoras do poder estatal.

3.5 Violência epistêmica, violência sociopolítica

Tudo isso nos leva a um questionamento central dentro da agenda mais ampla em que se insere esta pesquisa. Qual é a relação entre a violência epistêmica, ou discursiva, e a violência material, ou seja, social e política, no âmbito do período de construção nacional nos países latino-americanos, entendido como momento do processo mais amplo de desenvolvimento histórico do sistema-mundo moderno-colonial, e quais os seus desdobramentos posteriores e impactos sobre a atual configuração das sociedades?

Ora, toda a discussão sobre hierarquias e padrões de inclusão/exclusão de indivíduos e grupos no âmbito da escrita disciplinar e dos discursos feita aqui adquire sentido como crítica sócio-histórica na medida em que contribui para iluminar a forma como o pensamento moderno-colonial se relaciona com as práticas sociais e políticas nas sociedades estudadas, apresentando-se como ferramenta útil na compreensão do seu desenvolvimento histórico. Em outras palavras, faz-se necessário investigar a articulação entre narrativas fundadas no eurocentrismo e as diferentes formas específicas que toma a colonialidade do poder em cada contexto sócio-histórico.

No período estudado, a sociedade brasileira era marcada por uma estrutura social escravocrata, que se mantinha desde o período colonial. Mesmo com as pressões inglesas e a eventual extinção do tráfico transatlântico de escravos, em 1850, a escravidão só seria finalmente abolida em 1888, com a lei áurea. A relação entre raça e regime de trabalho é evidente aqui, apontando para o que Quijano chamou de “divisão racial do trabalho”. A expansão da lavoura cafeeira se deu à base de trabalho escravo, que seria mais tarde substituído progressivamente pela mão de obra assalariada de imigrantes europeus.

Com relação aos indígenas brasileiros, sua situação social não foi fácil na primeira metade do século XIX. Travava-se um debate político sobre se seriam considerados como cidadãos brasileiros, debate em que eles mesmos tomavam parte, reivindicando a cidadania e demonstrando, por vezes, domínio dos discursos e práticas sociopolíticas dominantes, o que desafiava sua denominação como “hordas selvagens”

presente nas legislações do período. Entre os políticos membros da elite imperial, como José Bonifácio e o deputado Montesuma, as posições sobre a política indigenista variavam entre a defesa da política de “assimilação branda” e a negação completa dos direitos dos indígenas e de sua condição de cidadãos (MOREIRA, 2009).

Embora não tenham ficado expressamente excluídos da cidadania na constituição de 1824, seus direitos foram sistematicamente desrespeitados, observando-se a imposição do trabalho forçado e usurpação de suas terras (MOREIRA, 2009). Há evidências de que a questão central em termos dos direitos dos indígenas no período se deslocou do problema do trabalho forçado, dominante no período colonial, em direção à questão das terras, que lhes eram sistematicamente usurpadas, em parte graças à fraqueza da legislação imperial em fazer valer seus direitos, mesmo quando previstos nas leis escritas (MACHADO, 2005). Isso não quer dizer que não houvesse exploração do seu trabalho. Segundo Machado (2005, p.6), no período, “ao que vem sendo percebido, a política indigenista no Império tendeu a imprimir uma destruição das comunidades indígenas, aldeadas sob o aval do governo ou ainda em aldeias no interior, nos ‘sertões errantes’ ou não.”

É interessante observar, como nos aponta Moreira (2009), que um recurso comumente utilizado à época para explorar o trabalho forçado dos indígenas, usurpando-os de direitos civis, era o recurso legal da tutela, que presumia a incapacidade de autogoverno dos indígenas, creditada ao seu “estado selvagem” ou de “infância”. Sendo assim comparados aos órfãos e inválidos, ficavam sujeitos aos desmandos de pequenos potentados locais, como padres, juízes de órfãos e capitães-mor. Esse recurso nos traz de volta os argumentos de Said, sobre a forma como as figuras imaginativas construídas pelo conhecimento/poder ocidental infantilizam o outro, submetendo-o aos arbítrios da missão civilizatória “em seu próprio benefício”. Pode-se estabelecer também um paralelo direto com a instituição da tutela presente no Art. 22 do pacto da liga das nações, escrito quase um século mais tarde, após o desfecho da Primeira Guerra Mundial, que baseado no mesmo tipo de argumento, submetia povos inteiros ao mando das potências coloniais europeias, como foi o caso dos antigos súditos do Império Turco-Otomano no levante, onde hoje estão localizados Síria, Líbano, Israel e Palestina.⁴³

⁴³ Ver o art. 22 do pacto da Liga das Nações, referenciado na bibliografia.

Na Argentina, assim como no Chile, quando do período de independência, havia uma situação de coexistência pacífica, intercâmbio comercial e interdependência entre criollos e indígenas, sendo que estes últimos se governavam segundo suas próprias formas políticas, não obedecendo às estruturas administrativas do Império Espanhol. Esta situação se manteve em parte devido a localização periférica da região na geografia política colonial, em parte graças ao poderio militar dos mapuches. A partir de 1850, no entanto, de ambos os lados da cordilheira se iniciam projetos de expansão fronteiriça e consolidação nacional cujo resultado seria a subjugação violenta dos contingentes nativos (MALLON, 2003).

Do lado argentino, a ruptura do intercâmbio comercial entre criollos e indígenas, e a associação sistemática destes últimos com a barbárie acontecem após a queda de Rosas, em 1852, e culminam nas campanhas do deserto, que a partir de 1870 se configuraram como guerras de extermínio dos grupos indígenas, parte do “esforço civilizador” dos governos pós-rosistas, a que se seguiria a expansão das linhas de trem, boom agrícola e imigração europeia, dando ao país a nova fisionomia do modelo agroexportador das últimas décadas do século XIX, com os indígenas “exitosamente expulsos da vida nacional” (Idem, p. 268).

A estabilidade política finalmente alcançada nas últimas três décadas do século XIX, com a unificação da república argentina, permitiu que se implementasse um projeto liberal de modernização do país, ao mesmo tempo em que se mantinha um regime político conservador. Entre as principais características desse projeto modernizante estão a forte presença de capitais ingleses, a inserção na ordem internacional capitalista como economia agroexportadora e a imigração maciça de europeus, que recebiam condições de inserção econômica e ascensão social superiores àquelas dos povos autóctones, como indígenas e gauchos, os quais eram mantidos à margem. Tal situação levaria inclusive à explosão de atos de violência contra os imigrantes, como o massacre de Tandil, em 1872, quando 36 imigrantes foram assassinados por um grupo de gauchos no interior da argentina (ODDONE; GRANATO).

Além disso, coincide com o período de intensa imigração o alegado desaparecimento da população negra/ afrodescendente da Argentina, apontado por Geler (2008) como mito fundacional da nacionalidade no país. Este desaparecimento é, segundo ela, questionado por estudos acadêmicos e manifestações identitárias que

reafirmam a presença afrodescendente no país, questão que coloca como problema de pesquisa a invisibilização da população afrodescendente argentina. Introduzidos em grande quantidade como escravos durante o período colonial, africanos e seus descendentes formavam parte significativa da população bonairense e rioplatense no início do século XIX. O tráfico de escravos foi proibido em Buenos Aires em 1812, o ventre livre declarado em 1813, e a escravidão finalmente proibida na constituição de 1853 (FREYRE).

Comparando a imigração e seus efeitos no Brasil e na Argentina, Darcy Ribeiro (1995) defende que no primeiro se formaram enclaves de população branca de fisionomia europeia, que se assimilou à cultura nacional pré-existente, adicionando a ela novos elementos. Assinala que se criou uma estratificação social que inferiorizava o negro e o pardo em relação a essas populações. Já nos países rio-platenses, diz ele, a massa muito maior de imigrantes, proporcionalmente, imprimiu uma fisionomia nova, europeia, à cultura nacional.

Discutindo a relação entre raça e cidadania nos países latino-americanos, Quijano (2005, p. 267), sustenta que nessa região, genericamente, o binômio independência e construção nacional “não foi um processo em direção ao desenvolvimento dos estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sob novas bases.” Das diferentes trajetórias históricas relativas a esse problema do estado-nação, aponta a afirmação no Brasil do – falso - discurso da democracia racial, e a execução na argentina de um processo de homogeneização colonial baseado no genocídio massivo da população aborígine.

As aparentes correlações entre a violência epistêmica, praticada no plano da escrita disciplinar e das narrativas nacionais e a violência política e social, expressa nas guerras de extermínio dos indígenas e na escravização dos negros, além da marginalização e do desaparecimento dos contingentes destas raças que viviam livres e integrados a ambas as sociedades, marginalização e desaparecimento que também parecem ter acometido os gauchos rioplatenses, frente aos indícios da situação privilegiada garantida aos imigrantes europeus nos dois países, sugerem o avanço das pesquisas das relações entre eurocentrismo, colonialidade, cidadania, raça e cultura na formação das sociedades brasileira e argentina contemporâneas.

Nesse sentido, uma interessante tensão a ser explorada é aquela entre a colonialidade como prática institucional, como era o caso na Argélia descrita por Fanon

e na Hispano-américa colonial, onde o sistema jurídico garantia diferenças de direitos e tratamento legal conforme a raça, e a colonialidade como componente dos padrões de produção das subjetividades e da organização social, em sociedades onde, ainda que no papel os direitos e prerrogativas do cidadão seja os mesmos, independentemente de raça e características culturais, no cotidiano das relações sociais estes implicam em práticas discriminatórias e excludentes.

A título de exemplo, para o caso brasileiro, a pesquisa intitulada “a criminalidade negra no banco dos réus – desigualdade no acesso à justiça penal” realizada em convênio entre NEV/USP e Geledés-Instituto da Mulher Negra (São Paulo)⁴⁴ aponta a tendência ao tratamento penal mais rigoroso que sofre a população negra brasileira em relação à população branca, resultado em parte do viés racial da vigilância policial e da magistratura, em parte do diferente acesso a defensoria, devido às clivagens socioeconômicas entre brancos e negros.

Skidmore (2012, p. 20) se refere às pesquisas realizadas desde os anos 1970 no Brasil, que a partir de dados censitários obtidos nos censos de 1940, 1950, 1960 e 1980, “determinaram, fora de qualquer dúvida, que a raça era uma importante variável *independente* que afetava oportunidades fundamentais na vida de cada cidadão, como educação, mortalidade infantil, expectativa de vida, morbidade e renda”.

Com relação à Argentina, temos como exemplo as pesquisas de Alejandro Frigério (2006), que aponta a existência de linhas raciais de desigualdade racial na sociedade argentina, ocultadas – no que diz respeito aos afrodescendentes - por um duplo processo de invisibilização da herança africana no nível micro e macro social, associado à narrativa oficial da branquitude (“*blanquedad*”) da sociedade argentina, que inclui componentes de inferiorização do negro. A presença de fatores raciais que impedem a mobilização social de contingentes de cor mais escura, tradicionalmente chamados de “negros” ou “villeros”⁴⁵ tem sido, segundo ele, sistematicamente deixada de lado pelos estudos sobre a sociedade argentina, que privilegiam o fator classe.

⁴⁴ Disponível em:

<http://www.geledes.org.br/criminalidade-negra-banco-dos-reus-desigualdade-acesso-justica-penal/>

⁴⁵ Os termos “negros” e “villeros” tem, segundo Frigério, conotação simultaneamente social-geográfica e racial, embora o discurso dominante tenda a enfatizar o aspecto de classe, diminuindo a importância do fator racial. O autor argumenta que há uma coincidência que não pode ser negada entre esses dois fatores. Essa combinação pouco clara e por vezes ocultada entre fatores raciais e sociais na estereotipação de camadas da sociedade se parece ao que ocorre no Brasil, onde vige o argumento de que não há discriminação racial, somente social na sociedade. Essa interrelação entre raça e classe que se observa em ambas as sociedades não pode ser explicada com argumentos dedutivistas simplificados, devendo ser

Tudo isso sugere que se investigue a fundo as relações entre o eurocentrismo como lógica discursiva e as correlações entre clivagens raciais, desigualdades socioeconômicas e no acesso a cidadania plena no Brasil e na Argentina, assim como em outros países latino-americanos, interpretáveis a partir do conceito de colonialidade do poder.

Considerações finais

O objetivo inicial, na concepção desta pesquisa, foi de verificar a possibilidade de utilizar contribuições teóricas associadas ao conceito de “colonial” na pesquisa histórica em torno da formação das contemporâneas sociedades latino-americanas. Nesse sentido, o empreendimento foi bem-sucedido, tendo se encontrado insights e conceitos frutíferos para esse fim, tanto entre a bibliografia pós-colonial, quanto entre os teóricos do modernidade-colonialidade, sendo que entre estes últimos, o avanço da elaboração teórica com relação à problemática proposta acima superou as expectativas.

Os conceitos de eurocentrismo e colonialidade do poder, este último cunhado por Aníbal Quijano, se mostraram como contribuições teóricas centrais que encontramos ao longo da pesquisa. Ao articular os componentes da narrativa eurocêntrica da modernidade, evolucionismo e dualismo, às relações de poder que operam no campo do trabalho e da cidadania, Quijano nos oferece uma leitura das relações de poder a partir do âmbito racial/cultural, tendo em vista o longo processo histórico que se desencadeou a partir da colonização da América. A construção coletiva de uma agenda de pesquisa decolonial, por parte dos teóricos do modernidade-colonialidade permite um maior refinamento e sofisticação dos argumentos em torno dessa perspectiva. Nesse sentido, também exploramos o pensamento outros três autores do grupo, Walter Dignolo, Enrique Dussel e Santiago Castro-Gómez. Os conceitos de sistema-mundo moderno-colonial, mito da modernidade e invenção do outro se articulam mutuamente e com os conceitos de eurocentrismo e colonialidade do poder, proporcionando uma interessante perspectiva de investigação histórica.

Entre os autores pós-coloniais tratados em detalhe aqui, Edward Said, Frantz Fanon e Albert Memmi, pudemos observar como os mecanismos de violência colonial - discursiva e sociopolítica – encontram eco nos diferentes continentes, apresentando

investigada a fundo em seus aspectos sociohistóricos, de modo a esclarecer, até onde for possível, os pesos relativos das diversas variáveis responsáveis por essa correlação.

similaridades que sugerem o longo alcance e duração do problema em termos da história do mundo contemporâneo. Enquanto Said, em *Orientalismo*, se ocupou centralmente do conhecimento “científico” e das letras como instrumento de dominação do outro oriental, Fanon e Memmi, nas obras estudadas, expuseram as relações entre o discurso colonizador e a violência cotidiana dos regimes coloniais no norte da África de meados do século XX. Sugere-se aqui como linha de investigação frutífera explorar paralelos entre a sociedade colonial argelina exposta por Fanon e a sociedade brasileira contemporânea: tal empreendimento oferece a possibilidade de perceber as tensões entre a colonialidade do poder como componente estabelecido de um regime político-jurídico, caso da Argélia colonial, e como componente das relações intersubjetivas e padrões de inclusão/exclusão e marginalização/disciplinamento em meio a regimes político-jurídicos formalmente democráticos, o que parece ser o caso do Brasil contemporâneo.

Resta como questão teórica não respondida aqui, e relação entre os conceitos de colonialidade e colonialismo, incluindo o conceito de colonialismo interno, que foi sugerido de forma superficial ao longo do texto, sem, entretanto, ser explorado mais a fundo. Esse problema demanda a investigação das relações entre violência/dominação no campo discursivo e no campo sociopolítico, da qual falaremos adiante.

A pesquisa empírica, centrada nas narrativas nacionais de Domingo Faustino Sarmiento e Francisco Adolfo de Varnhagen, o “Facundo” e a “História Geral do Brasil”, respectivamente, evidenciou a presença dos componentes discursivos do eurocentrismo e da colonialidade entre as narrativas nacionais no período de formação dos contemporâneos estados argentino e brasileiro. Isto confirma a pertinência da perspectiva teórica proposta para os estudos históricos sobre o período de formação nacional nos dois países, e sugere explorações semelhantes com relação a outras regiões da América Latina. Nesse sentido, a história comparada oferece a possibilidade de perceber fenômenos de alcance mais amplo, divisando ao mesmo tempo as particularidades de cada caso. O olhar comparado nos permitiu indicar preliminarmente a forma como a colonialidade do poder opera de forma singular em cada contexto, segundo as configurações de identidades e interesses específicas a ele, ao mesmo tempo em que se utiliza de esquemas discursivos cujo alcance parece ser global, acompanhando o poder de disseminação da versão eurocêntrica da modernidade.

Colonialidade do poder, mito da modernidade e invenção do outro se mostraram conceitos frutíferos para analisar os mecanismos discursivos utilizados por Sarmiento e

Varnhagen seus textos, contribuindo para expor o projeto europeizante e branqueador de suas narrativas nacionais, que, segundo as especificidades de suas autopercepções identitárias e interesses políticos, inventaram o outro como bárbaro, selvagem, atrasado e inferior, e por isso passível de ser explorado, marginalizado ou mesmo exterminado, no movimento de gestação de uma nação verdadeiramente moderna. Esse outro foi definido em termos raciais e culturais, mais raciais em Varnhagen, mais culturais em Sarmiento, e assim mesmo segundo esses dois critérios em ambos os autores. Negros, indígenas e gauchos aparecem assim como outros da razão, obstáculos ao progresso, contingentes incômodos para o ideal de nação moderna, e portanto europeia e branca, que permeia o pensamento de ambos os autores.

Assim mesmo, o escopo da pesquisa empírica neste trabalho foi muito limitado, permitindo apenas fazer apontamentos preliminares e sugestões de pesquisas posteriores, robustecidos pela elaboração teórica preexistente. A escolha das fontes primárias se deu a partir de indícios de que nelas se encontrariam os mecanismos discursivos que passamos a interpretar a partir dos conceitos de eurocentrismo, colonialidade do poder e invenção do outro. Faz-se necessário explorar mais a fundo os debates intelectuais do período estudado, de modo a explorar tensões entre diferentes visões de mundo e narrativas conflitantes, de modo a obter um quadro mais amplo da problemática.

Além disso, apareceu como central ao longo da pesquisa o interesse em explorar a relação entre violência discursiva e violência sociopolítica, a partir da lente interpretativa proporcionada pelo conceito de colonialidade do poder. Este apareceu como um caminho promissor para a exploração de problemas que afligem as sociedades latino-americanas contemporaneamente, desde suas raízes históricas. Enquanto o amplo alcance das narrativas aqui associadas à “versão eurocêntrica da modernidade” – isto é, organizadas em torno da noção eurocêntrica de progresso da civilização – em meados do século XIX é praticamente senso comum entre os historiadores, a forma como esses discursos contribuíram para articular relações de poder nos âmbitos do trabalho, da cidadania e da produção das subjetividades, segundo critérios raciais e culturais, em especial nas sociedades de formação colonial, segue relativamente pouco explorada. Essa é a linha de investigação principal que se sugere aqui, aproveitando-se da contribuição teórica da agenda decolonial.

Por fim, a investigação das relações de poder no âmbito da colonialidade, desde o ponto de vista da formação do mundo contemporâneo – pensado aqui através do conceito de sistema-mundo moderno-colonial -, desafia as noções estabelecidas sobre a organização do poder no mundo de acordo com a lógica do estado-nação, e portanto põe em questão uma ontologia das relações internacionais baseada na fronteira fundamental entre doméstico e internacional. Também evidencia os limites de interpretações das relações de poder baseadas unicamente em conceitos e lógicas do âmbito econômico, como é o caso em grande parte da tradição do materialismo histórico. A investigação sobre o colonial como âmbito do poder se sugere como um dos caminhos possíveis em meio à emergência e ampliação do papel da cultura em meio às diferentes disciplinas de pesquisa social, no contexto da crise epistemológica das últimas décadas.

Pensar as relações de força no contemporâneo mundo globalizado a partir de uma perspectiva histórica informada por conceitos ligados ao colonial como âmbito do poder se apresenta como uma abordagem promissora em termos da pesquisa social e política, tanto no campo das Relações Internacionais como em outras disciplinas da grande área das ciências humanas.

Fontes

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del Poder y Clasificación Social**. Journal of World-Systems research, v. VI, n. 2, summer/fall 2000, pp 342 – 386.

_____. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo. (Comp.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”**. In: LANDER, Edgardo. (Comp.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: Civilização e Barbárie**.

Disponível em:

<http://bibliotecadigital.educ.ar/uploads/contents/DomingoF.Sarmiento-Facundo0.pdf>

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro. **História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal; revisão e notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia**. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1975.

Bibliografia

Alberdi, Juan Bautista. **Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina**. Disponível em:

<http://www.hacer.org/pdf/Bases.pdf>

ÁLVARES, Cláudia. **Teoria pós-colonial, uma abordagem sintética**. In: Revista de Comunicação e Linguagens - Tendências da Cultura Contemporânea. Lisboa: Relógio de Água, 2000.

BALLESTRIN, Luciana. **O giro decolonial e a América Latina**. Disponível em:

http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8321&Itemid=217

BEIRED, José Luiz Bendicho. **Breve História da Argentina**. São Paulo: Ática, 1996.

BULL, Heddley : **“A sociedade anárquica”**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. (Coord). **A construção nacional: 1830 -1889**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2012. (História contemporânea do Brasil)

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CERVO, AMADO Luiz. **O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826 – 1899)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, c1981.

Covenant of the League of Nations. Disponível em:

http://avalon.law.yale.edu/20th_century/leagcov.asp

DEVOTO, Fernando; FAUSTO, Bóris. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850 – 2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUSSEL, Enrique. **Europa, Modernidade e Eurocentrismo**. In: LANDER, Edgardo. (Comp.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **1492, El encubrimiento del Otro: Hacia el origen del “mito de la modernidad”**. La Paz, Plural, 1994.

ECHEVERRÍA, Esteban. **Discurso de inntroducción a uma serie de lecturas pronunciadas por Esteban Echeverría em el Salón Literário, septiembre de 1837**. In: Titto, Ricardo J. de. *El pensamiento de Esteban Echeverría*. Buenos Aires: El Ateneo, 2009.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FREYRE, Julián Cáceres. **Los africanos y su influencia en la población argentina**. Disponível em: http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Indiana/Indiana_9/IND_09_Freyre.pdf

FRIJÉRIO, Alejandro. **“Negros” y “Blancos” en Buenos Aires: Repensando nuestras categorías raciales**. *Temas de Patrimonio Cultural* 16: 77-98. Número dedicado a Buenos Aires Negra: Identidad y cultura. Comisión para la Preservación del Patrimonio Histórico Cultural de la Ciudad de Buenos Aires. 2006.

GEERTZ, Clifford : *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

GELER, LEA. **“Otros” argentinos? Afrodescendientes porteños y la construcción de la nación argentina entre 1873 y 1882**. Tese (Doutorado). Universitat de Barcelona. Departamento de Antropología Cultural e Historia de América y de África. Barcelona, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. In: *Estudos Históricos*, 1988, n. 1. p. 5-27.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A, Rio de Janeiro, 2006.

HALL, Stuart : **Da Diáspora : Identidades e mediações culturais**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2009.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

JAHN, Beate. **The power of culture in international relations**. In: *Culture and International History*. Berghahn Books, 2003, pp. 27-42.

KIPLING, Rudyard. **O fardo do homem branco**. Publicado em 1899. Disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/O_fardo_do_Homem_Branco

LUNA, Félix. **Domingo Faustino Sarmiento**. Buenos Aires: Planeta, 2004.

_____. **José de San Martín**. Buenos Aires: Planeta, 2004.

MACHADO, Marina Monteiro. **Índios e Terras no Império do Brasil**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. In: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0736.pdf>

MAGALHÃES, Basílio de. **Francisco Adolpho de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

MALLON, Florencia E. **Las sociedades indígenas frente al nuevo orden**. In: VÁSQUEZ, Josefina Z. (Dir) *Historia General de América Latina. Volumen VI: La construcción de las naciones latinoamericanas, 1820 – 1870*. Paris: UNESCO, 2003.

MARANGONI, Jonas Barradas. Governar é povoar: A influência alberdiana na organização do Estado Argentino nos meados do século XIX. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2008.

MEMMI, Albert. O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MESGRAVIS, Laima. **A colonização da Ásia e da África**. São Paulo, Atual, 1994.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: Masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo, Annablume, 2012.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Os índios e Império: história, direitos sociais e agenciamento indígena**. Trabalho Apresentado no XXV Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático 36: Os Índios na História, 13-17 de julho de 2009. In: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Trabalhos/ST36Vania.pdf>

MOURA, Luis Cláudio Rocha Henriques de Moura. **Abreu e Lima: Uma leitura sobre o Brasil**. Universidade de Brasília, Departamento de História. Brasília, DF. Dissertação de Mestrado. 2006.

MYERS, Jorge. **A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806 – 1825)**. In: PAMPLONA, Marco A. ; MÄDER, Maria Elisa (org.): *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo, Paz e Terra, 2007.

_____. **La contundência ambivalente: Sarmiento, republicano, liberal y conservador, em la disputa por la construcción de la nación**. In: TITTO, Ricardo de (Comp.). *El pensamiento de Domingo Faustino Sarmiento*. Buenos Aires: El Ateneo. 2010.

NAYLOR, Phillip C. **France and Algeria: A history of decolonization and transformation**. Gainesville: University Press of Florida, 2000.

ODDONE, Nahuel; GRANATO, Leonardo. **El trato a la inmigración en la Argentina de fines del siglo XIX: La matanza de los inmigrantes en Tandil de 1872 y un Estado Nacional que aún no se consolidaba**. 2005. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/ar/2005/cno-migra.htm>

PRADO, Maria Lígia; SOARES, Gabriela Pellegrino. **História da América Latina**. São Paulo, Contexto: 2014.

PRADO, Maria Lígia. **O Brasil e a distante América do Sul**. Revista de História, n. 145 (2001), pp. 127-149. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18921/20984>

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **“Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade”**: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da idéia de Brasil Colônia no Brasil Império. Tese (Doutorado – Programa de pós-graduação em história). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2009.

ROMERO, José Luís. **Las ideas políticas en Argentina**. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 2010.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAMARA, ENI de Mesquita. **Los grupos sociales y la vida cotidiana (1820 – 1870)**. In: . In: VÁSQUEZ, Josefina Z. (Dir) *Historia General de América Latina*. Volumen VI: La construcción de las naciones latinoamericanas, 1820 – 1870. Paris: UNESCO, 2003.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **História das relações internacionais contemporâneas: Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo, Saraiva, 2007.

_____. Revisitando a Escola Inglesa. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292006000100007

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O império em procissão: Ritos e símbolos do primeiro reinado**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

SMITH, Steve. **Singing our world into existence: International Relations Theory and September 11**. In: *International Studies Quarterly* (2004) 48, pp. 499 – 515.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **A Revue des Deux Mondes em face da América espanhola oitocentista: projeções imperiais e apropriações nacionais**. In: BEIRED, J. .L. B.; Capelato, M. H.; Prado, M. L. C. *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. São Paulo, Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010. Disponível em:
<http://www.fflch.usp.br/dh/leha/index.php>

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870 – 1930)**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Disponível em:
http://minhateca.com.br/vergueirohistoria/L*c3*bacio+Menezes+-+Hist*c3*b3ria+da+c3*81frica/Tzvetan+Todorov++A+Conquista+da+Am*c3*a9rica,7346540.pdf

WALKER, R. B. J. **Inside/outside: international relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WATSON, Adam. **The Evolution of International Society**. London: Routledge, 1992.

WINDROW, Martin ; CHAPPEL, Mike. **The Algerian War: 1954-62**. London: Osprey, 1997.